



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Marcus Vinicius de Souza Perez de Carvalho

A cidade em disputa:

modernidade e tradição popular nas feiras livres de Juazeiro do Norte-CE

Marília

2024

Marcus Vinicius de Souza Perez de Carvalho

A cidade em disputa:

modernidade e tradição popular nas feiras livres de Juazeiro do Norte-CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Orientador: Prof. Dr José Geraldo Alberto Bertoncini
Poker.

Coorientadora: Prof. Dr. Thais Regina Pavez

Marília

2024

C331c

Carvalho, Marcus Vinicius de Souza Perez de

A cidade em disputa : modernidade e tradição popular nas feiras livres de Juazeiro do Norte-CE / Marcus Vinicius de Souza Perez de Carvalho. -- Marília, 2024

160 p. : il., fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: José Geraldo Alberto Bertoncini Poker

Coorientadora: Thais Regina Pavez

1. Feiras-Livres. 2. Juazeiro do Norte. 3. Cidade. 4. Sociologia Urbana. I. Título.

Impacto potencial desta pesquisa

A tese apresentada sobre a feira livre e o contexto urbano contemporâneo da cidade de Juazeiro do Norte-CE possui o potencial de contribuir para diversos estudos das ciências sociais no âmbito acadêmico, disponibilizando subsídios para a formulação de políticas públicas que promovam a inclusão social e a preservação de tradições populares.

Potential impact of this research

The thesis presented on the open market and the contemporary urban context of the city of Juazeiro do Norte-CE has the potential to contribute to various social science studies in the academic sphere, providing resources for the formulation of public policies that promote social inclusion and the preservation of popular traditions.

Marcus Vinicius de Souza Perez de Carvalho

A cidade em disputa:

modernidade e tradição popular nas feiras livres de Juazeiro do Norte-
CE

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Pensamento social, Educação e Política Pública.

Banca Examinadora

Profª. Drª. Thais Regina Pavez

UNESP – Câmpus de Marília

Orientadora

Prof. Dr. Antonio Mendes da Costa Braga

UNESP – Marília

Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti

UNESP – Marília

Prof. Dr. Henrique Bosso da Costa

USP – FFLCH

Prof. Dr. Wagner Guilherme Alves da Silva

UFRJ – Museu Nacional

Marília, 31 de julho de 2024

À Feira Livre e à coletividade popular.

Agradecimentos

Todos os processos que compõem esta pesquisa foram atravessados por relações, descobertas, reflexões e análises. A formulação do problema de pesquisa, a elaboração das hipóteses, a aplicação das técnicas e a obtenção de dados, o campo empírico, as idas e vindas, a interpretação e a imaginação sociológica são etapas que carregam a construção individual e social.

Considerando a importância do coletivo para a elaboração desta tese, agradeço à feira livre pela receptividade às diferenças e pela contribuição à tradição popular como fenômeno social que resiste e se adapta à realidade capitalista. Agradeço também aos entrevistados, trabalhadores e transeuntes, com destaque para os feirantes, que foram acolhedores ao intercalar minhas perguntas com o atendimento aos fregueses.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, que foi o cenário da minha formação, e a todos os funcionários, professores e alunos que compõem essa coletividade, a qual incorporei como parte da minha identidade. Agradeço também aos alunos do curso de Educação Física da UNESP – Faculdade de Ciências de Bauru, que contribuíram para minha formação docente.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço à Thais Pavez, minha orientadora ao longo de toda a trajetória acadêmica. Professora durante a graduação e pós-graduação, orientou minha monografia, dissertação e tese. Nesta etapa, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia de Covid-19, conseguimos desenvolver uma reflexão relevante sobre a condição popular.

Agradeço aos participantes da banca de defesa pelas contribuições e pelo refinamento desta tese. Ao professor Antonio Braga, ao professor Marcelo Totti, ao professor Henrique Costa e ao professor e amigo Wagner Silva, registro meu agradecimento.

Agradeço também às professoras Maria Valéria, Fátima Pinho, Maria do Carmo, Talita Roim, Fátima Cabral e à Camila Goés. Ao Tiago Dumont, ao Padre Cícero José e aos padres da casa paroquial de Juazeiro do Norte, ao Renato Casimiro e à sua família, que me receberam com carinho e simpatia.

Ao meu companheiro Flávio, pelo amor, apoio, parceria e paciência: Lili cantou, conseguimos! Ao meu sogro Flávio, à minha sogra Lila e ao cunhado Pedro, pelo apoio à distância.

Agradeço ao meu pai Adalberto e à minha mãe Gisele, pela vida. Ao meu avô Adalberto e à Tia Vilma, pelo acolhimento durante as aulas em Bauru. À Mary e à Ruth, tias-avós que são referências em sabedoria e amor.

Às amigas Selmy, Karina, Darlene, Joy, Bianca e Aline Oliva. Ao Rennan e ao meu querido afilhado Ben. À Mary, minha psicóloga, que fez um excelente trabalho.

Agradeço a todas e a todos pela colaboração ao longo dos últimos anos.

Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga do roçado.
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado.

Por ser de lá
Na certa por isso mesmo
Não gosto de cama mole
Não sei comer sem torresmo
Eu quase não falo
Eu quase não sei de nada
Sou como rês desgarrada
Nessa multidão boiada caminhando a esmo

Lamento sertanejo – Dominginhos e Gilberto Gil

RESUMO

A pesquisa sobre as feiras livres em Juazeiro do Norte foi realizada com o objetivo principal de identificar a relação desse fenômeno social com a modernização urbana da maior cidade do Cariri cearense. De forma específica, a pesquisa expõe e analisa como a feira livre acompanhou a história da cidade e participa do projeto urbano contemporâneo da cidade média nordestina. Quais são as contribuições da feira livre para Juazeiro do Norte? Como a feira está integrada na cidade moderna e atual? O que demonstra o conjunto de tensionamentos e adaptações que compõem a história da feira livre? As questões que orientaram a tese foram desenvolvidas por meio do estudo de caso, baseado na utilização de diferentes técnicas, contemplando a bibliografia, documentação, etnografia, entrevistas e produção de material visual, com a representação das feiras por meio de desenho e fotografias. As feiras selecionadas para realizar um aprofundamento analítico foram a feira do Feijão (próxima ao mercado público Pirajá), feira Senhora Santana (extensão do mercado público José Teófilo Machado), feira Agroecológica (no estacionamento do *shopping center* e na praça pública), além do estudo sobre a feira Santa Luzia e o Mercado Central. O percurso da pesquisa contemplou o estudo da relação histórica do comércio popular com a formação do município e os pontos de intersecção entre a feira e o urbano ao longo do século XX. Na contemporaneidade, o movimento analítico considerou as particularidades que atuaram “de fora para dentro”, por meio da identificação das forças externas que modificaram a feira segundo interesses privados, com mediação do poder público; o segundo movimento analítico contemplou a feira “de dentro pra fora”, considerando as transformações do cotidiano e do trabalho do feirante, que ocorrem por meio do contato da feira com a sociedade contemporânea. Os resultados da interpretação e análise demonstraram a relevância histórica da feira para a cidade de Juazeiro do Norte e sua contribuição para o desenvolvimento urbano atual da cidade média, influenciada por um projeto político de caráter global preocupada com as possibilidades de expansão de lucro sobre a produção cidade.

Palavras-chave: Feiras-Livres; Juazeiro do Norte; Cidade, Sociologia Urbana.

ABSTRACT

The research on open markets in Juazeiro do Norte was conducted with the primary objective of identifying the relationship between this social phenomenon and the urban modernization of the largest city in the Cariri region of Ceará. Specifically, the research exposes and analyzes how the open market has accompanied the city's history and how it participates in the contemporary urban project of this mid-sized northeastern city. What are the contributions of the open market to Juazeiro do Norte? How is the market integrated into the modern and current city? What does the set of tensions and adaptations that make up the history of the open market reveal? The questions guiding the thesis were developed through a case study, utilizing different techniques, including bibliography, documentation, ethnography, interviews, and the production of visual material, representing the markets through drawings and photographs. The markets selected for deeper analytical exploration were the Feijão Market (near the Pirajá public market), Senhora Santana Market (an extension of the José Teófilo Machado public market), the Agroecological Market (held in a shopping center parking lot and in a public square), as well as a study on the Santa Luzia Market and the Central Market. The research path included studying the historical relationship between popular commerce and the formation of the municipality, as well as the points of intersection between the market and the urban landscape throughout the 20th century. In contemporary times, the analytical approach considered the particularities that operated "from outside in," by identifying external forces that modified the market according to private interests, with mediation by public authorities. The second analytical approach considered the market "from inside out," focusing on the transformations in the daily life and work of market vendors, driven by the market's interaction with contemporary society. The results of the interpretation and analysis demonstrated the historical relevance of the market to Juazeiro do Norte and its contribution to the current urban development of the mid-sized city, influenced by a global political project concerned with the possibilities of profit expansion through urban production.

Keywords: Open Markets; Juazeiro do Norte; City, Urban Sociology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Croqui do povoado de Joaseiro em 1875.....	36
Figura 2 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960	57
Figura 3 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960	57
Figura 4 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960	58
Figura 5 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960	58
Figura 6 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960	59
Figura 7 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960	59
Figura 8 - Vista da cidade a partir da colina do Horto.....	62
Figura 9 - Vista da cidade a partir da colina do Horto, em detalhe a verticalização do bairro Triângulo e chapada do Araripe ao fundo	62
Figura 10 - Avenida Ailton Gomes, ciclo-faixa e comércio do canteiro central. 67	
Figura 11 - Carregadores de mercadoria aguardando em seus instrumentos de trabalho	71
Figura 12 - Área destinada a resíduos do trabalho na feira do Feijão e mercado Pirajá, após esvaziamento das caçambas	72
Figura 13 - Feirante-transitória no primeiro plano, barraca de carnes no segundo plano	76
Figura 14 - Veículos que transitam na feira do Feijão	78
Figura 15 - Feira do Feijão ao domingo na rua Cel. Fausto Guimarães (sentido sul- norte).....	80
Figura 16 - Feira do Feijão ao domingo, guarda-sóis coloridos e fluxo de consumidores	81
Figura 17 - Feira livre do Feijão na rua Otávio Aires em 2012 (sentido leste-oeste)	84
Figura 18 – Feira livre do Feijão na rua Otávio Aires em 2022 (sentido leste-oeste)	84
Figura 19 - Rua Otávio Aires em 2023 (sentido oeste-leste)	85
Figura 20 – Rua Otávio Aires em 2023 (sentido oeste-leste)	86
Figura 21 – Desenho em aquarela representando a planta atual da área comercial do Pirajá, com o canteiro central representado pelas bancas verdes, o mercado com bancas azuis, a feira do Feijão com bancas vermelhas e o pátio ocioso à direita em destaque	87
Figura 22 - Área do antigo “posto” Mauro Malzoni em 2012.....	88
Figura 23 – Obras do pátio ocioso em 2022.....	89
Figura 24 - Obras do pátio ocioso em 2022	90
Figura 25 – Imagem do pátio ocioso a partir da rua Cel. Fausto Guimarães em 2023	91
Figura 26 – Registro fotográfico do mercado Central após incêndio na década de 1970	93
Figura 27 – Escadaria do mercado JTM e feira Senhora Santana	95

Figura 28 – Imagem horizontal da área comercial, com destaque central ao quarteirão do mercado JTM e feira Senhora Santana	96
Figura 29 - Feira Senhora Santana, com destaque ao corredor principal voltado à rua Senhora Santana e o mercado JTM ao fundo	97
Figura 30 - Vista interna da feira Senhora Santana e feirantes-comerciantes com as bancas coloridas.....	100
Figura 31 - Obra no quarteirão comercial do mercado JTM e feira Senhora Santana em 2011 (vista da rua Pio X, sentido norte-sul)	102
Figura 32 – Obra no quarteirão comercial do mercado JTM e feira Senhora Santana em 2012 (vista da rua Pio X, sentido oeste-leste).....	103
Figura 33 - Feira livre Senhora Santana e mercado JTM ao fundo em 2017..	104
Figura 34 – Desmontagem das barracas da rua Senhora Santana	106
Figura 35 - Recuperação asfáltica da rua Senhora Santana	106
Figura 36 – Reforma das barracas da feira Senhora Santana.....	107
Figura 37 - Vista aérea da região da pesquisa de campo no bairro Triângulo, com destaque ao shopping Center e os condomínios verticais no seu entorno	112
Figura 38 - Rua Profa. Maria Nilde Couto Bem sentido leste-oeste, vista lateral-sul do Cariri Garden Shopping à esquerda, ao fundo a construção do edifício Office Cariri em 2012	114
Figura 39 - Rua Profa. Maria Nilde Couto Bem sentido leste-oeste, vista lateral-sul do Cariri Shopping à esquerda, ao fundo os empreendimentos imobiliários verticais em 2022	114
Figura 40 – Feira Agroecológico no estacionamento, com o shopping center ao fundo	118
Figura 41 - Feira agroecológica ocupando vagas de estacionamento, no segundo plano a logomarca do supermercado que funciona no subsolo do edifício do Cariri Shopping.....	119
Figura 42 - Vista aérea da Praça José Geraldo da Cruz, local da feira Agroecológica	120
Figura 43 -Relação comercial e confiança entre feirante e freguês, com pagamento de contas e anotações em caderneta	121
Figura 44 – Interações entre feirantes e fregueses na feira Agroecológica, no primeiro plano as mercadorias produzidas pelo feirante-produtor.....	121
Figura 45 – Vista frontal da feira Agroecológica na praça José Geraldo da Cruz, no detalhe o freguês estacionando a motocicleta	123
Figura 46 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2011	158
Figura 47 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2012	158
Figura 48 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2015	159
Figura 49 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2017	159

Figura 51 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2019	160
---	-----

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEASA-CE – Centrais de Abastecimento do Ceará

CELCA – Companhia Elétrica do Cariri

CODEC – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará

JTM – José Teófilo Machado (mercado público)

PLAMEG – Plano de Metas Governamentais (estadual)

SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura

SEMASP - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos

Sumário

Introdução	17
1. A história de Juazeiro do Norte e as feiras livres, construção da vida urbana popular.....	30
1.1 Cariri nativo e invasão colonial.....	30
1.1.1 O povoado de Joaseiro	33
1.1.2 O padre no povoado “desvirtuado”	34
1.1.3 Trabalho e fé, a liderança do Padre Cícero	37
1.1.4 O milagre e o desenvolvimento da cidade santa	39
1.2 Emancipação política, a formação do município	44
1.2.1 A morte do Padre e o futuro incerto	46
1.2.3 Modernidade e religião no século XX	47
1.2.4 A tradicional Feira Livre de Juazeiro do Norte no século XX	48
1.2.5 As mudanças urbanas e o desenvolvimento comercial	54
1.3 O urbano contemporâneo orientado pelo consumo e mercado imobiliário	60
1.4 A cidade média e a atualidade metropolitana	63
1.5 O Século XX e a feira livre em Juazeiro do Norte	64
2. De cima para baixo, feira-satélite e as influências externas	65
2.1 Feira do Feijão e o mercado do Pirajá	66
2.1.1 A formação do “segundo centro”, contexto comercial do mercado Pirajá	66
2.1.2 O mercado Pirajá	68
2.1.3 Feira do Feijão em dias ordinários.....	69
2.1.4 A Feira do Feijão no período noturno.....	71
2.1.5 Feira do Feijão diurna.....	74
2.1.6 Dias extraordinários, as feiras-satélites do Pirajá aos domingos	78
2.1.7 Obras e reformas da feira do Feijão, a intervenção pública na rua Otávio Aires	82
2.1.8 A reforma gradual do pátio ocioso	87
2.2 Feira Senhora Santana e mercado José Teófilo Machado	92
2.2.1 O de cima sobe e o de baixo desce, relação entre mercado JTM e feira livre	93
2.2.2 O cotidiano da feira Senhora Santana	96
2.2.3 A gestão terceirizada, os investimentos imobiliários e a urbanização privatizada no mercado JTM e na feira Senhora Santana	100
2.3 Classificação de trabalho, cultura e mudanças externas	108
3. A feira livre, “de baixo para cima”	110

3.1 Cariri Shopping Center e modernidade “fortificada” do bairro Triângulo, a <i>mancha fortificada</i>	111
3.1.1 Feira agroecológica, comércios populares na praça e no estacionamento do shopping center	116
3.1.2 A feira Agroecológica no estacionamento do shopping center	117
3.1.3 A feira Agroecológica na praça pública	119
3.1.4 Os trabalhos do feirante agroecológico	123
3.2 História, trabalho e feira livre para os feirantes	126
3.2.1 O início como feirante	126
3.2.2 O trabalho do feirante	128
3.2.3 Relação com o poder público	130
3.2.4 Melhorias da feira	132
3.3 Feirantes e feiras na disputa entre interferências externas e resistências populares	133
Conclusão	135
Referências	140
ANEXO A – Lei nº. 16.927, de nove de julho de 2019	147
ANEXO B - Roteiro de entrevista	148
ANEXO C - Lei 1076 de 10 de abr. de 1984	151
ANEXO D - Lei 1355 de 04 de abril de 1988	152
ANEXO E – Lei nº 3821, de 19 de maio de 2011	153
ANEXO F – Decreto nº. 322, de 26 de maio de 2017	155
ANEXO G – Imagens das mudanças da feira Senhora Santana ao longo da década de 2010, na perspectiva espacial da rua Senhora Santana sentido sul-norte	158

Introdução

A pesquisa sobre as feiras livres em Juazeiro do Norte foi realizada com o objetivo geral de identificar a relação desse fenômeno social com o desenvolvimento urbano da maior cidade do Cariri cearense. De forma específica, como a feira livre acompanha a história da cidade e o projeto urbano contemporâneo da cidade média. O percurso da pesquisa foi elaborado por meio de questionamentos que abordam a relação da história do comércio popular com a formação do município e os pontos de intersecção entre a feira e o desenvolvimento urbano ao longo dos séculos XX e XXI.

Para entender a feira livre foi necessário apreender seu contexto e as forças que atuam sobre seu funcionamento. Nesse contexto, considerou-se a cidade, o poder público e os interesses econômicos enquanto influências que se desdobram para a feira, como uma atuação de tendência coercitiva que revela a orientação política do desenvolvimento urbano contemporâneo. Em linhas gerais, o projeto urbano e suas consequências são identificados pela privatização dos espaços, na gestão privada da cidade, no avanço do mercado imobiliário, na atualização urbana por meio da gentrificação e segregação difundida na cidade por espaços que contribuem para o acirramento das tensões urbanas.

Além das influências externas que atuam sobre a feira, foi necessário identificar o funcionamento, as regras, os sujeitos e as representações que compõe internamente a feira livre. Ao considerar a feira livre enquanto um fenômeno social vivo que compõe a história e a atualidade da cultura popular, entende-se que a feira se desenvolve por meio da adaptação e resistência na sua relação com a sociedade e cultura hegemônica.

Nesta pesquisa, além do estudo da cidade e o projeto urbano contemporâneo, o trabalho na feira se revelou uma importante atividade de análise devido à sua relevância para o funcionamento do fenômeno social pesquisado. As transformações sociais que modificam o trabalho alcançam a feira na medida em que se tornam, em determinado grau, uma via de atualização da feira livre.

O percurso analítico identificou as mudanças físicas e estruturais que ocorreram na feira por meio das atividades projetadas a partir de interesses externos. Em um segundo momento, a análise se desdobrou sobre o trabalho do feirante e

sujeitos que compõem o funcionamento da feira, considerando a condição econômica e política relevante de Juazeiro do Norte e seu alcance para o Cariri e outros estados do Nordeste.

Desta forma, as perguntas formuladas que orientaram o desenvolvimento desta tese foram as seguintes, quais as contribuições da feira livre para Juazeiro do Norte? E, como a feira é integrada na cidade contemporânea? O que demonstra o conjunto de tensionamentos e adaptações que compõem a história da feira livre?

Como cientista social, há alguns anos as feiras livres me provocavam questionamentos sobre a cidade. Meu primeiro contato acadêmico com a feira ocorreu no trabalho produzido para a disciplina de Antropologia Urbana que resultou na minha monografia, na área da sociologia, sobre a história e mudanças da principal e tradicional feira livre de Marília, cidade média localizada no interior do estado de São Paulo (Carvalho, 2017).

Na pesquisa de dissertação continuei com os estudos sobre a feira em Marília, meu objetivo foi entender a participação da feira no desenvolvimento urbano orientado por um projeto político de cidade que reforça o lucro projetado nos espaços urbanos (Carvalho, 2019). O ponto inicial da pesquisa foi um acontecimento identificado no trabalho monográfico, que aconteceu em 2015, quando a tradicional feira que ocorria aos domingos na cidade de Marília foi transferida de lugar pelos interesses da igreja neopentecostal Universal do Reino de Deus (considerando a igreja como parte de um grupo empresarial que atua, principalmente, no setor de comunicação e no campo político). O conflito urbano gerado pela tensão entre a feira e a igreja, criado pela instituição religiosa interessada em desocupar a rua onde acontecia a feira para utilizar as vagas de estacionamento, demonstrou o movimento de privatização do espaço público na contemporaneidade. Para entender esse conflito, realizei uma pesquisa qualitativa sobre espaços da cidade que se relacionavam diretamente com a feira, tais como o supermercado, e espaços que estavam presentes na vida cotidiana dos feirantes e seus fregueses, incluindo o shopping center, o centro de comércio popular conhecido como “camelódromo” e outros. A análise desses espaços resultou em duas categorias analíticas, os espaços *espontâneos* e os espaços *estéreis*, que contribuíram para interpretarmos a mudança da feira livre, os interesses da igreja, a relação desse acontecimento com a cidade média contemporânea e o avanço da

economia neoliberal sobre o urbano no interior do estado de São Paulo da região Sudeste por meio da apropriação da cidade pelo mercado imobiliário.

Paralela à dissertação, ao longo do mestrado desenvolvi uma pesquisa com o grupo de pesquisa Classe subalterna no Brasil: Política, Cultura e História, orientado pela professora Thais Pavez na Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp em Marília, alinhado ao grupo Pensamento Político Brasileiro conduzido pelo professor André Singer da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP. No grupo Classe subalterna no Brasil realizamos uma pesquisa sobre comportamento eleitoral e visão de mundo da classe popular acerca do processo eleitoral no âmbito legislativo e executivo em diferentes regiões do país, contemplando cidades do Sudeste e Nordeste. A pesquisa foi inicialmente aplicada nos bairros periféricos da cidade de Marília e em seguida, no formato de estudo comparativo, foi prolongada para os bairros da região norte da cidade de São Paulo. Os resultados preliminares provocaram novos questionamentos sobre as diferenças eleitorais inter-regionais, principalmente as particularidades entre a região Sudeste e Nordeste. Nesse contexto estendemos nossos estudos para a cidade média do Crato e Juazeiro do Norte, localizadas no Vale do Cariri, interior do estado do Ceará.

A pesquisa realizada com o grupo no interior do Ceará ampliou meu referencial empírico por meio do contato com as feiras livres da região do Cariri, em particular as tradicionais feiras livres e o comércio popular transitório nas ruas e praças da cidade de Juazeiro do Norte. Tendo como referências as feiras de Marília, o fluxo de pessoas e a dimensão visual das feiras em Juazeiro do Norte provocaram-me novos questionamentos sobre o fenômeno social e sua relação com o contexto que está inserido. Desta forma, essa experiência de pesquisa que realizei durante o mestrado subsidiou a elaboração de um novo problema de pesquisa projetado para o doutorado.

A escolha das feiras livres e a cidade de Juazeiro do Norte como objeto empírico foi determinada por duas linhas argumentativas: a primeira sobre a presença e cultura popular baseada no catolicismo popular representado pelo Padre Cícero. A segunda argumentação contempla as particularidades das características do desenvolvimento atual da cidade, baseando-se principalmente na expansão da lógica privatizante dos espaços públicos e avanço do mercado imobiliário sobre a cidade média.

O estado do Ceará, como a região Nordeste, possui uma história com relevante participação da classe popular¹, que nesta pesquisa, em linhas gerais, é considerada parcela significativa da população que historicamente desenvolveu práticas e formas de expressão de resistência e adaptabilidade à coerção social e econômica da classe dominante (Thompson, 1988).

A história de Juazeiro do Norte tem particularidades da participação da classe popular no desenvolvimento da vida cotidiana e estrutura social urbana. A formação da cidade está vinculada diretamente à igreja católica, principalmente na participação do Padre Cícero Romão e do “milagre da hóstia” da beata Maria de Araújo que, mesmo com os questionamentos e desaprovação da instituição católica em relação à popularização do Padre e do milagre, foram responsáveis pela ampliação da fé cristã como recurso cultural da classe popular, influenciando a busca de Juazeiro do Norte por fiéis como meio de se aproximar das bençãos do Padre Cícero e, com isso, melhorar suas condições de existência. No campo político, Cícero Romão foi personagem relevante para a emancipação política da vila de Joazeiro com sua municipalização em 1911, foi prefeito e atuou na política estadual defendendo os interesses da cidade e sua inserção na lógica de desenvolvimento urbano do início do século XX (Cava, 1976). Após o seu falecimento em 1934, a imagem do Padre Cícero continuou preservada por meio das romarias que tinham relevância para a economia do município. Como foi observado ao longo da pesquisa, a imagem do Padre Cícero, que representa importância histórica e atual para a cidade e para o catolicismo popular, está exposta em diferentes órgãos públicos e instituições privadas, nos terços e escapulários acomodados na pele quente dos pescoços dos fiéis e romeiros, na sua estátua como símbolos da intelectualidade localizada na praça central, no circuito religioso baseado nos espaços da cidade onde residiu ou nas igrejas que trabalhou.

Nesta pesquisa, a principal contribuição do Padre Cícero para Juazeiro do Norte refere-se à urbanização da cidade por meio da sua atuação no campo econômico e político, como veremos ao longo da tese. Na contemporaneidade, a

¹ O debate sobre “classe e cultura popular” é extenso em diferentes áreas das Ciências Sociais, contudo, nesta pesquisa será utilizada as propostas de compreensão desenvolvidas por Thompson, 1988, que se apoia na história para apreender a cultura popular como expressão histórica de tradições e formas de resistência às orientações econômica e política dominante. Como um conjunto de práticas e expressões, a cultura popular é relacionada à história do cotidiano, práticas comuns, e do trabalho enquanto experiência social que contribui para a formação de uma consciência de classe (Thompson, 1988).

“onipresença” da representação do Padre está relacionada às romarias enquanto prática cultural, que ocorre na cidade há mais de um século com o deslocamento de milhares de pessoas do país, principalmente da região Nordeste, na busca religiosa pelas benções do seu padrinho (Cordeiro, 2011). A influência do Padre Cícero e do milagre da hóstia explicam a origem das romarias, presentes em quatro das dez que ocorrem anualmente. Estas incluem a romaria da celebração em memória da morte da Beata Maria de Araújo em janeiro, a romaria em memória da data de nascimento do Padre Cícero em março, a romaria em memória de sua morte em julho e a romaria de sua ordenação em novembro (Anexo A - Lei n.º 16.927, de 09 de abril de 2019). De acordo com os entrevistados que residem na cidade, as romarias são responsáveis por multiplicar por quatro o número de indivíduos transitando e de compradores na cidade, com a chegada de um milhão de habitantes. A expressiva circulação e consumo de romeiros impactam diretamente na economia da cidade, evidente no aumento da procura por alimentação e hospedagem, proporcional à circulação dos romeiros. Atualmente, há aproximações entre as romarias e a lógica privatizante dos espaços públicos, como foi observado com o teleférico fabricado pela empresa austríaca Doppelmayr, instalado em 2022 sob a supervisão e pela administração do poder público (Oliveira, 2022). Com duas estações, a Romeiro (próximo da igreja matriz Nossa Senhora das Dores e do centro histórico) e a estação Horto (na colina onde está localizada a estátua do Padre Cícero), o percurso de 15 minutos e com passagens individuais no valor de 30 reais (ida e volta), o teleférico foi anunciado como um estímulo moderno para o circuito religioso dos fiéis do Padre (Teleférico do Horto..., 2022). Contudo, considerando o perfil popular dos romeiros, o valor para utilizar o serviço de caráter público é discordante às condições materiais dos peregrinos, reforçando a distinção social e econômica entre os “turistas religiosos” e os romeiros. O teleférico representa a mais recente obra significativa do poder público. Articulou-se com diferentes esferas políticas, como o governo estadual e o município, para melhorar o uso do espaço urbano. Além disso, buscou estimular oportunidades rentáveis geradas pelas romarias. A instalação do teleférico enquanto “investimento” demonstra, em determinado grau, o potencial econômico das romarias para a cidade e região.

Nesse contexto, cidade, religião, classe popular, economia, política e cultura são categorias que orbitam e agem sobre a sociedade juazeirense, uma formação

urbana que deve revelar considerações analíticas pertinentes sobre o problema do desenvolvimento da feira livre na cidade contemporânea.

A segunda linha argumentativa que justifica a escolha das feiras de Juazeiro do Norte está fundamentada no processo contemporâneo de urbanização da cidade. No contexto dos grandes centros urbanos brasileiros, a expansão da cidade no final dos anos de 1980 estava relacionada à atualização do padrão de segregação, com mudanças no padrão baseado na concentração habitacional da elite na região central urbanizada e a marginalização de todo o gradiente da classe popular, obrigada a viver sob a precariedade urbana.

Em Juazeiro do Norte, no final da década de 1980, concomitante à formação de novas áreas residenciais e loteamentos precarizados rumo ao sul do município, desdobramentos da expansão periférica e valorização da região central, observou-se a construção de bairros elitizados ao sul, distantes do núcleo urbano (Pereira, 2014).

Nos últimos anos da década de 1990 e a primeira década do século XXI, a cidade de Juazeiro do Norte era considerada destaque urbano ao nível regional e estadual com o avanço e criação de empreendimentos imobiliários, inserindo a cidade na economia globalizada baseada na sociedade do consumo (Pereira, 2018).

Nesta pesquisa, a proliferação dos “enclaves fortificados” nos grandes centros urbanos e, posteriormente, com sua interiorização para as cidades médias, foi considerada como relevante desdobramento da economia e política neoliberal que orienta a produção do espaço urbano contemporâneo.

Segundo Caldeira (2011), os enclaves são empreendimentos imobiliários privados para uso coletivo, composto por condomínios verticais e horizontais com diferentes funções sociais, voltados para habitação, trabalho, educação, saúde, consumo e lazer; como um conjunto, são espaços que compõem a vida urbana cotidiana.

Com a intenção de valorizar o que é privado, os enclaves são espaços “fortificados” devido as características físicas que garantem a segurança, ordem, higiene presente nos espaços públicos, são isolados por tecnologia de segurança, como muros, portões, “espaços vazios e detalhes arquitetônicos. Desta forma, a lógica que justifica a valorização do privado, garantida pela ordem e segurança,

projeta na cidade a responsabilidade pelo seu enclausuramento, considerando os espaços públicos “perigosos”, “violentos”, “sujos e desordeiros”, um “risco” para os sujeitos e suas famílias.

(...) cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.” (Caldeira, 2011, p. 258-259).

A criação, acompanhada pelo avanço na construção desses espaços, foi observada pela autora a partir das duas últimas décadas do século XX nos grandes centros urbanos brasileiros (Ibid.). Inicialmente consumidos pela classe média e alta, hoje o consumo dos enclaves e sua lógica de funcionamento desdobram-se com algumas alterações para a classe popular. Desta forma, o mercado imobiliário, apoiado na construção dos enclaves como forma significativa de obtenção de lucro, expandiu com a construção desses novos empreendimentos na década de 1980 nos grandes centros urbanos nacionais e, atualmente, se desdobra para o interior dos estados, influenciando o desenvolvimento das cidades médias.

Em linhas gerais, ao considerarmos o acirramento de classe na disputa por acesso a serviços e espaços urbanos é possível identificar, em determinado grau, a atualização, em determinado grau, do padrão de segregação centro-periferia orientada pelos interesses do capital imobiliário em Juazeiro do Norte. Nesse contexto, observa-se a aproximação do desenvolvimento urbano de Juazeiro do Norte com as consequências do processo de neoliberalização das cidades brasileiras, que a partir do período da redemocratização foram organizadas com o objetivo da manutenção política da elite e sua capacidade de obtenção de lucro baseada, entre outras áreas, na expansão do mercado imobiliário (Caldeira, 2000; Harvey, 2001).

Juazeiro do Norte possui uma formação histórica apoiada na presença popular e, hoje, se beneficia da contribuição das romarias para a economia do município. Contudo, é a mesma cidade que, de forma contraditória, conduz urbanisticamente a classe popular para a margem da sociedade, limitando seu acesso aos serviços urbanos e negligenciando suas necessidades mínimas de condições de existência. Uma cidade que está inserida no sistema global de produção capitalista orientado atualmente pela teoria e política neoliberal. Nesse contexto, o que a feira livre revela

sobre a contradição da cidade de caráter popular que se desenvolve à luz da modernidade baseada na expansão do mercado imobiliário e na obtenção de lucro por meio dos espaços urbanos?

Para responder os questionamentos apontados foi necessário adotar uma metodologia que contemplasse as relações externas e internas que ocorrem na feira. Desta forma, em diálogo com as contribuições de Gago (2018) foi possível apreender o desenvolvimento da feira a partir de forças e influência externas, representadas nesta pesquisa pelo poder público, os interesses do mercado imobiliário e setor comercial urbano. Em um segundo momento houve um movimento de apreender a feira “de baixo para cima” (Ibid.), com a intenção de compreender como as mudanças e permanências que ocorrem por dentro da feira, que nesta pesquisa foi representada pela figura do feirante e seu trabalho na feira.

Como recurso teórico de apoio, as reflexões da tese são orientadas, principalmente, pelas contribuições de Ermínia Maricato (2015) sobre identificação das linhas da economia capitalista que atravessam e orientam, neste caso, a feira livre, Teresa Caldeira (2011) com a discussão sobre os “enclaves fortificados” e a atualização do padrão de segregação contemporâneo, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1965; 1978) sobre as transformações e transição do rural para o urbano, Harvey (2005) sobre a produção capitalista do espaço urbano, Dardot e Laval (2016) com a discussão sobre a introdução neoliberal na cidade e Henri Lefebvre (2004; Martins, 1986) considerando as contribuições sobre metodologia de pesquisa, sobre o cotidiano e ritmo social. O conteúdo teórico selecionado a partir dessas autoras e autores, que compartilham da perspectiva crítica sobre o sistema de produção capitalista, orienta e contempla as discussões interpretativas e analíticas sobre a cidade, com a preocupação de entender a sociedade a partir das contradições históricas e atuais produzidas pela lógica do capital.

Na pesquisa qualitativa, baseada no estudo de caso (Severino, 2017; Queiroz, 1991), foi aplicado um conjunto de técnicas usadas para descrever e identificar as características da feira a partir de duas linhas analíticas, a primeira preocupada em reconstruir a história das feiras em Juazeiro do Norte durante o período referente à segunda metade do século XIX, perpassando a municipalização da cidade em 1911 e alcançando o final dos anos de 1980 referente à redemocratização brasileira. A segunda linha analisou a feira a partir da lógica de funcionamento atual e de

acontecimentos contemporâneos, que ocorreram no século XXI. As técnicas de pesquisa aplicadas para a obtenção dos dados foram as entrevistas estruturadas com feirantes e fregueses (ANEXO B – Roteiro de entrevista), além de entrevistas com historiadores, memorialistas e pesquisadores da área, a pesquisa bibliográfica, documental e a observação participante de caráter etnográfico com registro de material visual fotográfico.

As feiras livres pesquisadas foram a feira do Feijão e a feira Nossa Senhora Santana (conhecida como Senhora Santana), ambas com funcionamento diário e como parte da área comercial de mercados públicos, o mercado Pirajá e mercado José Teófilo Machado, respectivamente. A feira Agroecológica que ocorreu no estacionamento do Cariri Shopping às quartas-feiras, concomitante à mesma feira que ocorria na praça José Geraldo da Cruz às sextas. Por fim, a pesquisa se aproximou do comércio realizado no mercado Central e da feira Santa Luzia, localizada na rua Santa Luzia no bairro São Miguel, com frequência semanal, às quartas e aos sábados.

A pesquisa iniciou com a investigação bibliográfica e documental realizada de forma virtual nos bancos e arquivos de produções acadêmicas e nos portais virtuais da prefeitura de Juazeiro do Norte. A investigação bibliográfica contemplou a busca de trabalhos acadêmicos no banco de dissertações e teses de universidades públicas da região Nordeste e do estado de São Paulo por meio de palavras-chave como feira, feira-livre, tradição, urbano, cidade, modernidade, Juazeiro do Norte. Das universidades da região Nordeste, UFC, UECE, UFPE e UFRN, foram selecionados dezessete trabalhos, das universidades do estado de São Paulo, UNESP, UNICAMP e USP foram dezessete trabalhos. Houve a seleção de artigos de periódicos do banco de dados da CAPES e das indicações bibliográficas que surgiram em entrevistas com professores e pesquisadores, totalizando quinze trabalhos sobre o assunto pesquisado. Por fim, a disciplina Formação Econômica do Nordeste, ministrada pelo professor André Martins (UFPE), cursada durante o doutorado expôs uma bibliografia apropriada enquanto dado e conteúdo teórico interpretativo sobre as particularidades da incorporação do Nordeste pelo sistema de produção capitalista brasileiro.

A observação participante de caráter etnográfico (Frehse, 2014), com registro fotográfico, foi realizada nas feiras e na cidade de Juazeiro do Norte em três viagens de campo, desconsiderando a primeira viagem citada anteriormente em 2018 com o caráter exploratório que subsidiou a elaboração do projeto de doutorado.

Contudo, iniciei os estudos e a elaboração da tese em 2020 quando a pandemia de Covid se manifestou. A calamidade global devastou países e famílias, fez a sociedade provar a insaciedade da economia neoliberal baseada em um sistema de funcionamento que garantiu, com variações, o lucro da classe dominante. Considerando os desdobramentos políticos da pandemia, retorno com a exposição das consequências em relação ao desenvolvimento desta tese.

As limitações do trabalho coletivo foram vividas ao longo do doutorado, principalmente no início da pandemia, devido às necessidades de adaptações exigidas. Mesmo com as disciplinas virtuais, reuniões, grupos de pesquisa, eventos e cursos na modalidade virtual, o caráter do trabalho coletivo foi limitado pelas especificidades das atividades não presenciais. O segundo efeito relevante para a pesquisa foi a desorganização do cronograma de atividades que prejudicou, principalmente, a pesquisa de campo. Nesse contexto, ao contrário do projeto inicial que propunha quatro viagens, a adaptação do cronograma de pesquisa possibilitou três oportunidades de pesquisa de campo. Desta forma, a primeira ida à Juazeiro do Norte ocorreu entre janeiro e fevereiro de 2022, a segunda entre abril e maio de 2023 e a terceira em fevereiro de 2024.

As viagens de campo foram planejadas com o objetivo de vivenciar diferentes áreas da cidade, com destaque a duas regiões de Juazeiro, o centro histórico-comercial-popular e o bairro Triângulo com concentração de condomínios privados verticais e horizontais voltados a habitação, comércio e serviço. Desta forma, os locais de hospedagem foram determinantes para a pesquisa etnográfica, na medida em que contribuíram para a vivência em áreas antagônicas, mas que compõe o conjunto urbano da maior cidade do Cariri.

A primeira viagem de campo ocorreu em 26 do mês de janeiro do ano de 2022, com deslocamento entre Marília-SP e Juazeiro do Norte-CE. A pesquisa durou 14 dias, dos quais os últimos três me hospedei na cidade do Crato-CE com o objetivo de observar as feiras da cidade que participou do desenvolvimento de Juazeiro. Foram realizadas visitas etnográficas e entrevistas estruturadas nas feiras em Juazeiro do Norte, a feira do Feijão próxima ao mercado público Pirajá, a feira Santa Luzia, a feira do Cariri Shopping e a feira sazonal de caráter religioso que se instalou nas ruas laterais da igreja Nossa Senhora das Dores devido às atividades da romaria das Candeias. Finalmente, concluí a pesquisa de campo com a entrevista realizada com

a professora Fátima de Moraes Pinho, docente do curso de História da Universal Regional do Cariri URCA, sobre a história de formação das cidades do Crato e Juazeiro do Norte, a participação da religião católica, representada pela figura política do Padre Cícero, para o desenvolvimento de Juazeiro e do Cariri, a relação entre religiosidade e cultura popular, além dos relatos sobre as mudanças da feira de Juazeiro e Crato que a entrevistada testemunhou durante seu período residindo na cidade do Crato.

A segunda viagem de campo ocorreu entre os meses de abril e maio, com duração de vinte e quatro dias, o período mais longo em relação às outras pesquisas de campo. Neste ano, além da hospedagem no bairro Triângulo, fui generosamente hospedado na Casa Paroquial da Diocese de Juazeiro do Norte onde observei e vivenciei o bairro central e histórico com comércio local e lojas de redes nacionais, seus prédios antigos, ruas e calçadas estreitas, intensa circulação de transeuntes e veículos, com os comerciantes ambulantes que vendem tapiocas e café, e os monumentos referentes à história da cidade, como a igreja da Nossa Senhora das Dores, a capela do Socorro e a igreja dos Salesianos. No bairro Triângulo, observei os condomínios empresariais e comerciais, prédios de grandes redes hoteleiras, restaurantes de fast food, avenidas largas com três faixas de circulação de veículos e calçamentos com pouca circulação de pessoas, quando comparado à região central. Além das feiras da cidade, o conteúdo histórico, cotidiano e a estrutura urbana foram apreendidos nas diferentes regiões da cidade e compuseram o conteúdo etnográfico da pesquisa.

As visitas às feiras da primeira viagem foram repetidas em 2023, com a inclusão de mais duas, a feira Senhora Santana, extensão do mercado público José Teófilo Geraldo, e a feira Agroecológica, onde realizei a observação participantes e entrevistas. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida na Biblioteca municipal de Juazeiro do Norte, além de visitas à sebos da cidade onde encontrei uma coleção de reedições e textos inéditos sobre temas que circunscrevem a história da cidade em homenagem ao centenário da cidade, publicada pelo governo municipal com o patrocínio do Banco do Nordeste e a Universidade Federal do Ceará (Santos, 2011; Cordeiro, 2011). Ainda em 2023, em Juazeiro do Norte entrevistei o memorialista e professor Renato Casimiro, cuja contribuição foi relevante para a realização desse trabalho, principalmente na reconstrução da história das feiras livres. Por fim, recebi o

convite para participar de uma aula de campo ministrada pela Professora Fátima Pinho para os alunos do Programa de Pós-graduação em Ensino de História, em que visitamos espaços da cidade para a contextualização histórica do processo de formação de Juazeiro do Norte a partir da história do Padre Cícero.

A última viagem de campo ocorreu em 2024, entre os meses de janeiro e fevereiro, quando ocorreu o contato com feirantes e comerciantes do mercado Central. Mantive a organização da viagem de campo baseada em hospedagem em diferentes regiões da cidade. Acompanhei as feiras do Feijão, N. Senhora Santana, Santa Luiza e a feira Agroecológica. Nesse contexto, presenciei a romaria das Candeias e seu evento final formado pela procissão de romeiros que caminham pelas ruas da cidade, de forma planejada e organizada entre igreja católica e prefeitura, acompanhando um desfile de representações históricas da identidade popular, em cortejo caminham atrás da imagem da santa Nossa Senhora das Dores.

Desta forma, a tese foi elaborada a partir de três capítulos, o primeiro contempla a história de formação da cidade de Juazeiro do Norte, a participação e contribuição do Padre Cícero para o desenvolvimento urbano e destaco as principais feiras livres que participaram da história do município ao longo do século XX. A proposta do capítulo é demonstrar a relação da feira com a formação da cidade, por meio da articulação do fenômeno social com o crescimento da cidade, baseado na economia rural e no comércio local.

No segundo capítulo, alcançamos a contemporaneidade da feira livre em Juazeiro do Norte. O objetivo principal foi apreender o cotidiano das feiras, com suas diferenças de fluxos e práticas culturais ao longo do dia das feiras. Foi possível identificar mudanças e transformações que ocorreram recentemente na feira do Feijão, localizada no entorno do mercado público do Pirajá, e na feira Nossa Senhora Santana como extensão do mercado público José Teófilo Machado. Desta forma, a relação da feira com a cidade é demonstrada por meio do seu cotidiano e mudanças que ocorreram na feira por interferência externa, realizadas por gestão privada e administração pública com o objetivo de modernizar e ordenar o espaço público.

O capítulo três refere-se à relação da feira com a cidade a partir, principalmente, da perspectiva do feirante. Com o movimento analítico orientado “de dentro para fora”, houve uma preocupação em identificar as mudanças que ocorrem na feira a partir dos

sujeitos que a constroem, que nesta pesquisa foi representada pela figura do feirante. Considerando o contexto atual e as orientações políticas e econômicas sobre o desenvolvimento e vida urbana, foi necessário entender o funcionamento e origem da feira Agroecológica no município, que diferente de outras feiras, possui um processo de formação particular com a influência de órgãos públicos de fomento à formação e inclusão da classe popular, representado por produtores rurais, na lógica de expansão do trabalho e da sociedade moderna orientada pelos interesses econômicos e políticos neoliberais.

1. A história de Juazeiro do Norte e as feiras livres, construção da vida urbana popular

O capítulo 1 demonstra a história da relação entre feira livre e a cidade de Juazeiro do Norte, com o objetivo de compreender sua participação na formação e desenvolvimento do município ao longo do século XX.

A argumentação do capítulo foi elaborada a partir da participação da feira na criação do povoado, vila e na municipalização de Juazeiro do Norte; o papel da feira na cidade impulsionada pelo trabalho do Padre Cicero no campo urbano, com a aproximação entre município e modernidade; o crescimento da feira livre e sua relação econômica e política com o comércio local ao longo do século XX; e, por fim, o lugar da feira na cidade média integrada à urbanização contemporânea, orientada pela neoliberalização dos espaços urbanos.

Os dados consultados para reconstruir a história de Juazeiro do Norte e suas feiras livres contemplaram a bibliografia específica, além das entrevistas e interações realizadas no contexto da feira e em outras experiências de pesquisa como, por exemplo, a aula de campo ministrada pela professora Fátima Pinho sobre os espaços e monumentos da cidade. Com destaque para a entrevista de Renato Casimiro que contribuiu para identificarmos as características culturais da feira. Na forma documental, as imagens fotográficas foram utilizadas para demonstrar a representação histórica e contemporânea das feiras no contexto urbano.

1.1 Cariri nativo e invasão colonial

Nos deslocamentos entre Marília e Juazeiro do Norte, realizados por transporte aéreo, somente o voo da segunda viagem de campo em janeiro de 2022 foi diurno. Com o final do voo de aproximadamente três horas, acomodado em poltronas apertadas, foi possível observar a paisagem da região sul do estado do Ceará. Ao se aproximar da cidade de Juazeiro do Norte, as curvas do avião confundiam a visão da paisagem. Como uma balança de medição, daquelas encontradas nas antigas nas feiras livres e armazéns, eu tentava encontrar o equilíbrio horizontal na desorientação

dos movimentos para observar o Vale do Cariri que se expandia nas pequenas janelas ovaladas.

Com a redução da altitude, o Cariri cearense se tornou nítido entre as nuvens. A encosta norte da chapada do Araripe surgiu como um recorte fotográfico em uma moldura, com extensos paredões ondulados e algum grau de inclinação em relação ao solo, cobertos por vegetação de um cerrado compacto com árvores de grande porte (Soares, 1968)², de um tom verde vivo-sertanejo. Segundo a média de precipitação em Juazeiro do Norte (Luna, et al., 2023), o mês de janeiro compõe o período chuvoso na região, o que justifica a vegetação abundante no contexto da caatinga.

Ainda no voo, com a estabilização da linha do horizonte foi possível observar outros fragmentos da paisagem do Vale do Cariri, como as plantações e pastagens em formatos geográficos organizados em um quebra-cabeça de origem fundiária nas planícies da catinga sertaneja. Baseada na fertilidade úmida do Cariri e de forma distinta às possibilidades do sertão cearense que sofria com as secas cíclicas, a produção agrícola e pecuarista se beneficiou da formação geológica da Chapada do Araripe, com suas camadas de arenito permeável que absorvem as chuvas e formam lençóis freáticos no vale (Andrade, 1973).

As características geográficas e biológicas do Vale do Cariri que contribuem para o desenvolvimento da vida humana foram percebidas, originalmente, pela população indígena Kariri que habitava a região. Em concordância com a história do nordeste no período colonial, a chegada das missões religiosas para formação de aldeamentos indígenas foi seguida pelos colonizadores pecuaristas que expulsaram essa etnia de forma brutal, assassinando tribos inteiras para garantir a expansão e reconhecimento territorial da colônia (Andrade, 1973). A intensificação dos conflitos na região se tornou um problema no início do século XVII, o que demandou a atuação de forças coloniais para garantir a dominação da coroa (Leite Neto, 2006). Em linhas gerais, esse período no Vale do Cariri foi marcado pela ampliação do domínio colonial, com a evangelização e produção pecuária, escravidão e morte dos povos indígenas.

Posterior à cruel pacificação, houve a construção das primeiras igrejas de ordem católica e as sedes das fazendas de gado, cujos proprietários provinham da

² A descrição da região do Cariri foi elaborada considerando, como referência, o relato apresentado por Soares (1968).

Bahia e Pernambuco, formando os primeiros povoados do Cariri no século XVIII (Oliveira, 2003). Paralelamente aos bandeirantes no sudeste e outras regiões, a chegada dos vaqueiros e fazendeiros na região corresponde à expansão colonial baseada na pecuária, que se expandiu para o interior das capitanias do Norte e Nordeste. Os colonizadores avançaram sobre as terras, consideradas devolutas, com o gado que pastava as florestas e matas, caminhando nos cenários de extermínio da natureza e vida humana.

No período colonial, a primeira cidade que se destacou no Cariri foi o povoado do Crato, responsável por introduzir na região o estilo de vida da monarquia portuguesa, orientados pela moralidade católica, pela propriedade fundiária e divisão de classe (Queiroz, 2013). O povoado se destacou pela produção pecuária nas margens do vale e, principalmente, pela sua capacidade de produção agrícola de cana-de-açúcar. A vida rural e no povoado eram disciplinadas pela estrutura fundiária escravocrata dos engenhos de açúcar, que produziam a principal mercadoria exportada e base da economia colonial nesse período. A ascensão econômica orientada pela elite agrária colonial do Crato influenciou o crescimento populacional do povoado, na distribuição regional do trabalho e no abastecimento de outros povoados da região (Cordeiro, 2011). Nesse contexto de prosperidade, o povoado no fértil vale do Cariri foi elevado à Vila Real do Crato no ano de 1764 (Cava, 1976).

No final do século XVIII e início do XIX, a desvalorização da exportação do açúcar no mercado colonial ocasionou mudanças na economia. Contudo, a queda dos preços do açúcar não eliminou os engenhos, mas introduziu outras culturas. Em 1840, no Cariri cearense, como também o interior do Nordeste, era incentivado a produção de café, algodão e farinha de mandioca, produtos que atendiam inicialmente a demanda regional (Andrade, 1973).

As condições ambientais, favoráveis à produção agrícola e ao desenvolvimento econômico do Vale do Cariri, formavam o cenário de refúgio para os sujeitos migrantes que fugiam da precariedade da seca e da exploração fundiária, acreditando em possibilidades de melhores condições de vida na região. Desta forma, ao longo do século XIX, o crescimento populacional responsável pela ampliação dos povoados e pela formação de cidades, a ampliação da demanda e comercialização da produção de subsistência, a concentração do poder político e econômico da elite fundiária foram fatores relevantes que contribuíram para a ascensão do Crato, considerado a “Pérola

do Cariri” em 1844. No contexto regional, o desenvolvimento da principal cidade do Cariri cearense contribuiu para a emancipação de povoados da região, como por exemplo Barbalha em 1846 e Missão Velha em 1864 (Cava, 1976), e a criação de novo povoados, como Juazeiro do Norte.

1.1.1 O povoado de Joaseiro

Na região central do Cariri, a uma distância de aproximadamente três horas a cavalo do Crato, nas sombras de três juazeiros descansavam vaqueiros, caixeiros-viajantes e ferreiros que partiam dos povoados da região com destino à feira do Crato (Soares, 2019). A feira livre foi uma importante atividade econômica regional, onde o comércio dos excedentes da produção dos engenhos e da agricultura de subsistência atraía a população da região, contribuindo para a centralização política e econômica do Crato (Reis Junior, 2019)

A frequência de paradas para descanso dos viajantes naquela região foi a primeira manifestação social responsável pela criação do povoado de Joaseiro. O hábito criado pelos viajantes foi seguido pela demarcação da fazenda Tabuleiro Grande, propriedade de Padre Pedro Ribeiro, neto do brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro. Em 1827, o padre-fazendeiro construiu o engenho da fazenda e instalou a pedra fundamental onde foi construída a capela da Nossa Senhora das Dores. Nesse contexto, a vida no povoado se desenvolveu a partir da frequência dos vaqueiros, da construção dos engenhos, da religião católica e das trocas comerciais dos excedentes da produção da estrutura fundiária realizadas inicialmente na forma de escambo entre os trabalhadores das fazendas.

Contudo, para o catolicismo ortodoxo a população que habitava o povoado era desmoralizada. Desse ângulo, o povoado foi caracterizado pelos conflitos, violência e imoralidade cristã que ocorriam nas ruas e festas alcoolizadas, a presença da prostituição, com os encontros entre,

(...) “ladrões de cavalos, ébrios e desordeiros”. O cotidiano era marcado por hábitos, comportamentos e agentes distantes das premissas e ordenamento católico, especificidades sociais que se desdobravam para o desenvolvimento econômico na medida em que a insegurança afastava os comerciantes e a população local (Pereira de Queiroz, 1965, p. 232).

A desaprovação católica justificada pela imoralidade no povoado era reforçada pelo desconforto da prática sincrética entre a cultura e a religiosidade popular. O caso do Padre Ibiapina demonstra essa relação tensionada entre a Igreja e os líderes religiosos que se formavam a partir da demanda popular. A ortodoxia católica atuou contra o trabalho do Padre Ibiapina, que peregrinou pelo Nordeste nas primeiras décadas do século XIX atendendo as necessidades dos sertanejos, criando congregações de fiéis, educando e cuidando da saúde dos filhos da elite, homens e principalmente as mulheres sertanejas. O afastamento de Ibiapina das casas de caridade foi um esforço da igreja em abafar a mistificação popular de orientação católica que projetava no padre a figura de milagreiro, e desarticular a autonomia política que o padre criava por meio do seu trabalho com a classe popular e a elite regional (Cava, 1976)³.

1.1.2 O padre no povoado “desvirtuado”

No contexto de precariedade material, distante da ortodoxia católica e com a vida no povoado marcada pela marginalidade econômica e social, a chegada do Padre Cícero Romão Batista⁴ em Joaseiro no ano de 1872 tinha como principal motivação cristã a necessidade de acompanhar e “revitalizar” a população. Sem desconsiderar as demandas sociais⁵, o argumento íntimo que mobilizou o padre foi a interpretação mística de um sonho em que o sagrado do coração de Jesus incumbia ao Padre a missão de zelar pela vida da população, orientando-a para a redenção pela fé. O sonho e a realidade confluem na análise do Padre Cícero, demonstrando sua tendência em apreender a vida por meio de premissas religiosas, refletindo a visão de mundo católica do seu tempo.

³ Na região do cariri, Padre Ibiapina construiu quatro casas de caridade, em Crato, Barbalha, Milagres e Missão Velha entre os anos de 1864 a 1869. No total havia 22 casas de caridade no Nordeste árido, com a principal função de atender a população sertaneja, com educação, formação católica de mulheres e acolhimento religioso. “(...) Por fim, reuniu pobres e ricos no trabalho em comum pela glória de Deus e pelo progresso material do homem. (...)”. (Cava, 1976)

⁴ Para biografia do Padre Cícero Cf. Cava, 1976.

⁵ A formação romanizada do contexto do século XIX foi ensinada ao padre que possuía referências sociais e culturais da realidade do interior do Ceará, o que justifica sua atenção e compreensão, em determinado grau, pelo sincretismo popular entre o catolicismo romano ortodoxo e o catolicismo pré-existente (Braga, 2008).

É possível afirmar que uma das principais características de Padre Cícero como homem religioso foi sua capacidade de ser um mestre no pensar e agir como sacerdote na conjuntura sociopolítica e econômica, com um viés religioso. Ou se preferirmos, sua religiosidade (o seu “re-ligar”) teve por marca justamente uma ação sócio-política-religiosa de inspiração católica, cristã no essencial, típica de um padre do século 19. E, igualmente, as narrativas de seus sonhos místicos (...) apontam muito mais para a ideia de que eles eram algo voltado para as demandas e compreensões divinas relativas ao momento, pessoas e situações neles envolvidas, do que como algo voltado para a possibilidade de um relacionamento afetivo intenso com Deus.” (Braga, 2008, p. 83)

Ao longo das duas primeiras décadas do seu sacerdócio em Joazeiro, Padre Cícero desenvolveu seu trabalho no povoado, catequizando, recuperando a religiosidade da população à medida em que introduzia pressupostos morais.

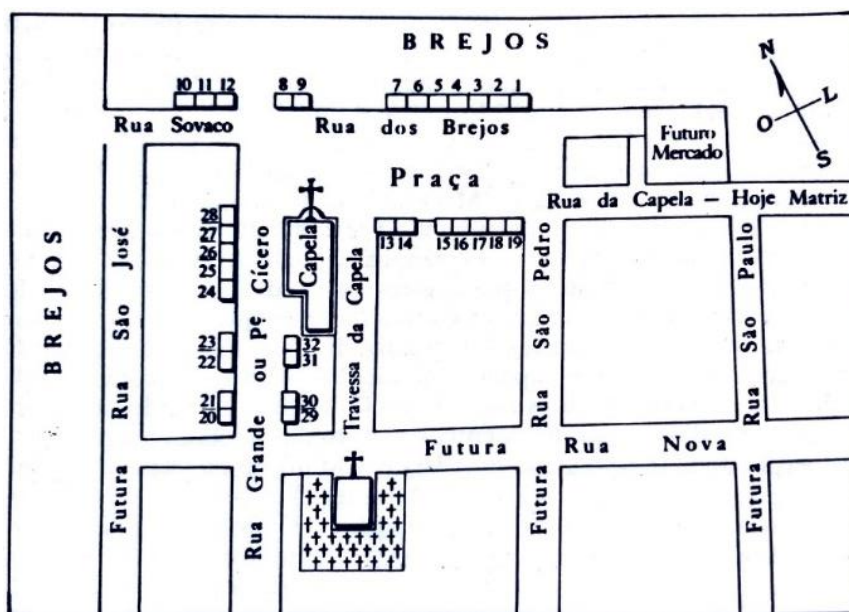
A existência nômade; maltratado, a batina em remendos, cabelo e barbas crescidos, apoiado a um cajado, andava em peregrinação de sítio em sítio, de casa em casa, em constantes missões, pregando, apaziguando brigas, organizando terços, novenas e procissões, procurando remediar o abandono em que vivia aquele povo. Instituíra o culto de Nossa Senhora das Dores, dando-lhe grande ênfase. E, no povoado, procurava organizar pomposas festas, com o fito de atrair para a Igreja populações indiferentes. (Pereira de Queiroz, 1965, p. 232)

Como parte de uma geração de padres, que não perderam as referências históricas que formaram sua identidade, tais como o trabalho do padre Ibiapina e as casas de caridade, que inclusive foi local de tratamento de seu pai, Padre Cícero desenvolveu um trabalho de acolhimento espiritual-religioso a todos, pobres ou ricos, e, pontualmente, material à população de vida precária e sertanejos migrantes que abandonava suas casas em fuga das secas que marcaram o final do século XIX e início do XX (Braga, 2008).

Contudo, o crescimento do povoado de Joazeiro esteve associado às limitações estruturais que influenciaram a sua criação. No ano de 1875, viviam 2 mil pessoas no povoado, organizadas a partir da lógica da concentração de terra que reforçava a desigualdade, exclusão e miséria. A família Bezerra de Menezes (descendentes do Padre Pedro Ribeiro) com mais quatro famílias formava a pequena elite agrária, juntas exerciam papel importante para a economia de Joazeiro na medida em que eram sustentadas pelo trabalho de sujeitos escravizados e seus descendentes, sujeitos considerados mestiços, os brancos pobres e a população sertaneja migrante que se instalavam no povoado para trabalhar nos engenhos. No povoado se reuniam as famílias dos engenhos para as cerimônias religiosas e para o

comércio realizado nas feiras, na década de 1870 o povoado possuía uma capela, uma escola e 32 prédios com tetos de palha, com duas ruas, a Rua Grande (conhecida atualmente como rua Padre Cícero) que se estendia paralela à capela e perpendicular à segunda rua, a rua dos Brejos (Cava, 1976).

Figura 1 - Croqui do povoado de Joaseiro em 1875



Fonte: Cava, 1976, p. 42.

O comércio realizado no povoado era baseado principalmente nas feiras. Nesse contexto, o uso de transporte de tração animal para passeio e transporte humano, de gêneros alimentícios, material de construção e utensílios diversos era frequente na região, como também o aluguel dos animais que pastavam no Quadro Grande (extenso lote da região central que foi desmembrado ao longo do tempo para a construção de habitação particular e espaços públicos). Os animais que pastavam e eram cuidados no espaço próximo à atual praça Padre Cícero, alugados para o deslocamento humano e de cargas, formaram a conhecida Feira do Capim. Os negócios da feira prosperaram com a expansão e diversificação do comércio no local com “a venda de café, tapioca, doce de coco, filhós, cocada, pé-de-moleque, roletes de cana, amendoim, bolo de mandioca e o caldo de cana muito apreciado pela sociedade da época, especialmente nas noites enluradas (...)” (Walker, 2017, p. 25). Contudo, em 1922 o plano de urbanização de Padre Cícero atuou sobre o Quadro Grande, a primeira reforma no espaço foi responsável por dividir o lote por ruas (rua Santa Rosa, São José, Padre Cícero, São Pedro, São Francisco e Cruzeiro). As

mudanças no espaço forçaram o deslocamento da Feira do Capim para onde, hoje, está instalado o prédio da Prefeitura Municipal.

Contudo, os últimos períodos de seca do século XIX, que ocorreram no período entre os anos de 1877-1879 e 1888-1889 (Braga, 2008), intensificaram a miséria no Cariri. Os ciclos de secas que atingiram o Nordeste fragilizaram a estrutura fundiária, levando à precariedade aguda principalmente à vida da população sertaneja. A ausência de chuvas no verão determinava o consumo sertanejo de suas próprias produções. Com o esgotamento dos seus recursos, por meio da migração buscavam outros locais para viver⁶. Nesse período, a seca provocava o flagelo da vida camponesa, obrigando a dispersão pela pressão da miséria, da fome e da doença em busca de trabalho e de refazer as redes de apadrinhamento e proteção referentes à cultura coronelista local (Neves, 2012).

1.1.3 Trabalho e fé, a liderança do Padre Cícero

O contexto da estrutura fundiária escravocrata caracterizada pelo coronelismo colonial pode sugerir dúvidas sobre o lugar do Padre Cícero nesta hierarquia social. Em linhas gerais, o trabalho de acolhimento e aconselhamento do sacerdote, embora se aproxime do clientelismo, não deve ser interpretado como atividade de coronel, cuja ação política é baseada na imposição e violência. As cordiais relações entre Padre Cícero e os coronéis do Cariri também não devem influenciar a projeção desse papel. Sem desconsiderar as contradições da relação de poder entre o padre e seus fiéis, o trabalho do padre e seu lugar na estrutura social aproxima-o de um “clientelismo católico, no qual os aspectos morais e religiosos se encarregam de dirimir

⁶ Com temperaturas médias anuais altas e pouca variação térmica, o interior do Nordeste é ambientado, majoritariamente, pela regularidade do clima semiárido baseado em estações de chuvas bem definidas nos meses de verão-outono e temporadas secas no inverno-primavera. Contudo, secas cíclicas ocorreram na região, desregulando o regime pluvial e intensificando, ao limite, o flagelo da vida sertaneja. As necessidades criadas pelo clima e morfologia da região determinaram a adaptação dos sertanejos que, inseridos no sistema fundiário, armazenavam alimentos e a produção particular no período de chuvas para serem consumidos na estiagem. “O sertanejo está sempre preocupado com a possibilidade de uma seca, já que desde os tempos coloniais ela se vem repetindo, com maior ou menor intensidade, mas com uma periodicidade impressionante” (Andrade, 1973, p. 51).

aquilo que poderia aproximá-lo do coronelismo político, no seu lado mais perverso, notadamente a questão da violência” (Braga, 2008, p. 202).

Entre o ano da sua chegada, 1872, e a seca de 1899, “o padre construiu uma reputação muito boa entorno de seu sacerdócio, sendo admirado e respeitado por muitos” (Ibid., p. 113). O desapego material, a peregrinação no povoado e na área rural, o apaziguamento de conflitos, os aconselhamentos, as missões e a atuação religiosa na organização de terços, novenas e procissões eram as atividades que Padre Cícero desenvolvia com interesse e comprometimento proporcionais à demanda e necessidade do povo sertanejo (Pereira de Queiroz, 1965). Nesse contexto, o trabalho do sacerdote foi a base para sua formação como líder religioso (Cordeiro, 2011).

Porém, ainda não era considerado “santo”. Era, isto sim, o conselheiro e o pai; o próprio nome pelo qual o designavam os romeiros: “Meu Padrinho”, “Padim Ciço”, demonstra que dele esperavam antes de mais nada proteção e arrimo. As relações que reciprocamente se instalaram eram de tipo paternal: à obediência e ao acatamento dos romeiros, o Padre Cícero correspondia com proteção e amparo. Prova temo-la na responsabilidade que demonstrava com relação aos romeiros, e que se tornava flagrante por ocasião das secas. O comportamento que manifestou durante o flagelo acompanhado de epidemias que se estendeu de 1877 a 1879, foi em seguida repetido todas as vezes em que a estiagem assolou a região: instalação de retirantes em terras que eram suas e que cultivavam de graça; conselho sobre novas culturas, como a mandioca e a maniçoba; distribuição de víveres; iniciativa de obras públicas em que os retirantes pudessem ganhar a vida, etc¹³. levava a efeito estas atividades não só com os recursos que possuía, mas também pedindo-os aos governos, diante dos quais se apresentava como o porta-voz dos flagelados, o protetor dos humildes, o advogado dos pobres. (Pereira de Queiroz, 1965, p. 233)

O conteúdo dos aconselhamentos, o sentido da atuação do Padre Cícero era proporcionar uma alternativa de sobrevivência de ordem religiosa por meio da articulação do trabalho e da fé. A sentença “em cada casa uma oficina, em cada oficina um altar” (Araujo, 2005), reforçava a inserção da moral católica na vida cotidiana, do mesmo modo que disciplinava e garantia o comprometimento dos sujeitos ao trabalho produtivo, simbolizado como boa conduta cristã que assegura salvação dos castigos divinos, um caminho para redenção. A atuação de Cícero, enquanto agente aglutinador, fortaleceu e ampliou a base social como força de trabalho popular no contexto rural fundiário e, posteriormente, na sociedade urbana (Cordeiro, 2011). Desta forma, Padre Cícero contribuiu para a expansão social nas terras da Chapada

do Araripe a partir da ocupação de sertanejos em propriedades da igreja (doações realizadas por coronéis locais como forma de agradecimento ou dizimo elitizado) que, incentivados pelo sacerdote, criavam seus cultivos agrícolas para atender à crescente demanda do povoado. “A referida ação econômica do Padre repercutiu na expansão de Joaseiro, impulsionando o crescimento e a prosperidade do lugar” (Araujo, 2005, p. 41).

1.1.4 O milagre e o desenvolvimento da cidade santa

A última seca do século XIX, entre os anos de 1888-1889, compôs uma série de ciclos que agravou exponencialmente as condições de existência do sertanejo com a improdutividade das fazendas, das suas plantações e criações particulares. O cenário de infertilidade e morte foi instaurado novamente no sertão nordestino. Como em outras secas, o interior do Ceará reencontrou a precariedade e a expressão da falência humana, calamidade de tal ordem que se estendia do sertão ao vale do Cariri. Como justificativa para o sofrimento, em Joaseiro se tornou predominante a interpretação simbólica-religiosa das secas como “castigo” à população desvirtuada, afastada da moralidade católica de uma vida que conduziria à salvação. Nesse contexto, Padre Cícero desenvolveu na igreja Nossa Senhora das Dores, com as beatas e beatos, atividades religiosas como missões, leituras bíblicas e congregações para orações com a finalidade de alcançar a graça da intervenção divina sobre as condições que minavam a vida na região (Braga, 2008).

De forma semelhante à seca de 1877-1879, orientados pelo padre Cícero, igreja e população retornaram com pesar às suas orações, quando em 1 de março de 1889 houve o milagre da hóstia. Na vigília noturna, a beata Maria Araújo tingiu a hóstia de sangue quando a levou à boca na comunhão da santa missa, um acontecimento extraordinário que se repetiu às quartas e sextas-feiras ao longo de dois meses referentes ao período da quaresma (Forti, 1999).

A hierofania manifestada no corpo da beata Maria Araújo foi interpretada como manifestação particular da fé, O sangue de Cristo que surgiu na hóstia simbolizou a redenção divina para os pecados e o castigo da seca. Nesse contexto, a participação

do Padre Cícero e sua crença no milagre fomentaram sua relevância enquanto figura religiosa, na qual foi projetada, em determinado grau, a responsabilidade pelo milagre.

(...) o milagre se sustentou na fé de que aquele fato era uma resposta misericordiosa da Santíssima Virgem e do Sagrado Coração de Jesus às súplicas, orações e aos desagravos daquelas pessoas para que o flagelo e aflição fossem minimizados e suprimidos”. (Braga, 2008, p. 152)

Com a propagação popular do milagre e a publicação pela imprensa, A Igreja Católica Ortodoxa iniciou um processo de marginalização e desacreditização do milagre. Ainda que no primeiro momento o catolicismo tenha demonstrado respeito por Maria de Araújo e ao padre⁷, a hierarquia eclesiástica rechaçou a legitimidade do milagre e a atuação do padre Cícero (Cava, 1976). O afastamento do padre Cícero e a relação tensionada com os interesses da igreja se desdobraram ao longo da vida do padre, e apenas recentemente houve o processo de perdão do padre pelo Vaticano em 2015 (Santos, 2015), e a autorização da abertura do processo de beatificação do padre em 2022 (Roque, 2022).

O milagre não se limitou ao acontecimento em si, se tornou uma referência para outras práticas religiosas, como, por exemplo, as missas, novenas e romarias. O povoado se tornou um espaço sagrado, levando centenas de peregrinos de diferentes lugares do Nordeste a Joazeiro para o encontro com o Padre dos desamparados. Em menos de dez anos, entre 1890 e 1898, a população mais que duplicou com a peregrinação dos romeiros à terra que se tornava santa (Cava, 1976). Nas primeiras décadas do século XX, os romeiros e os sertanejos da região, atraídos pelo desenvolvimento do povoado, foram incorporados pelo funcionamento da sociedade, como trabalhadores residentes fizeram parte da base da economia local gerando crescimento da demanda comercial e de serviço⁸.

A maioria da população que deu origem ao município era formada por indivíduos miseráveis, perseguidos por questões de posse da terra, ex-

⁷ A primeira romaria foi organizada pelo Monsenhor Francisco Rodrigues Monteiro, reitor do seminário do Crato, quando congregou a população do Crato em direção a Juazeiro, composta pelos sertanejos peregrinos, a classe popular, os representantes da religião católica e a elite agrária e comercial do povoado e região, demonstrando o prestígio do Padre Cícero pelo clero e sociedade local (Braga, 2008).

⁸ Além dos sujeitos que formavam a força de trabalho e dos romeiros peregrinos, o povoado era conhecido por “Embora não tivesse ainda havido, em Joazeiro, conflito declarado entre as autoridades civis constituídas e os adeptos do Padre Cícero, o arraial conseguiu atrair elementos, socialmente marginais, cujos costumes e cujas crenças fanáticas muito contribuíram para justificar a impressão de que Joazeiro era uma “cidadela de sectarismo e fanatismo”. (...) (Cava, 1976, p. 118)

cangaceiros, ex-“mulheres da vida”, “sem-terras”, retirantes das grandes secas que assolaram o Nordeste no início do século XX e portadores de doenças crônicas que no Joaseiro do Padre Cícero buscavam aconselhamento, refúgio, redenção e melhoria de condições de vida e de trabalho. Muitos desses indivíduos vinham originalmente em romaria. Para os romeiros de outrora que fixaram residência no município, é amplo o repertório de acontecimentos fantásticos, da ordem do milagroso e do sobrenatural que reconstituem os caminhos que os trouxeram para Joaseiro. (Cordeiro, 2011, p. 135)

A expansão da classe popular, o fortalecimento econômico e a relevância política do povoado despertam curiosidade, tendo em vista a contradição entre precariedade e desenvolvimento. Os problemas na região, como, por exemplo, a exploração fundiária, o coronelismo e os períodos de secas, foram acirrados à medida em que aumentava a escassez de recursos com o intenso fluxo de romeiros pobres, reforçando a miséria e a morte no cotidiano do povoado. Contudo, de forma particular, o trabalho do Padre Cícero foi responsável por inserir, em determinado grau, os romeiros na lógica de funcionamento social do povoado à medida em que, ao depender do fluxo de demanda, sugeria e orientava a população pela busca de trabalho, apoiando o trabalho como expressão positiva à moral cristã (Araujo, 2005).

Desta forma, parte dos romeiros foi absorvida pela área rural para trabalhar nas fazendas, compondo a estrutura fundiária e participando da economia baseada na produção agrícola⁹. Outra parcela foi incorporada pelo povoado que, residindo em moradias precárias em regiões próximas ao centro e a igreja, era estimulada pelo sacerdote à produção artesanal com a criação de manufaturas rústicas que atendiam os interesses da população que aumentava anualmente e da região. Os números expressam esse crescimento no povoado, em 1875 havia 2 mil habitantes (período da chegada do Padre Cícero) (Cava, 1976), em 1905 havia 12 mil (após o milagre em 1899), no ano de 1909 com 15 mil (Queiroz, 2013) e no início de 1940, alguns anos

⁹ Com a orientação de Padre Cícero, os romeiros que se instalavam na área rural eram estimulados à produção agrícola de subsistência, como arroz, feijão e milho, e a compor o sistema de produção fundiária (em 1909 havia na área rural 22 engenhos de açúcar e dezenas de propriedades de preparação da farinha de mandioca). Padre Cícero participou da introdução da produção de borracha de maniçoba na região como, também, atuou no resgate da produção de algodão entre os anos de 1908 e 1911 com a aquisição das primeiras máquinas a vapor de descaroçamento da matéria-prima. A participação de Joaseiro no comércio exterior com a exportação da sua produção rural fortaleceu sua influência na economia regional, além de fortalecer a estrutura fundiária baseada no domínio econômico e político da elite rural. (Cava, 1976, p. 144).

após o falecimento do Padre, havia 38.530 habitantes em Juazeiro do Norte (IBGE, 1946).

Os números anteriores revelam um dado curioso de Juazeiro do Norte, a saber, o perfil de sua aglomeração possui um caráter essencialmente urbano, isso antes mesmo de sua elevação à condição de vila e sede municipal em 22 de julho de 1911. Esse aspecto decorre do intenso processo migratório ocorrido no povoado. Diferentemente do que se verificava no interior do Nordeste em virtude das fortes secas que abalaram a região no final do século XIX e no princípio do século XX, principalmente no Ceará, Juazeiro passava por um extraordinário e constante crescimento populacional ano-a-ano.” (Queiroz, 2013, p. 95)

No povoado, a expansão populacional e, como consequência, a demanda de comércio e serviços foi notável com a chegada dos romeiros, mobilizados inicialmente pelo milagre de hóstia. Em 1909, a população habitava a região central do povoado, no entorno da igreja, formada por “22 ruas e duas praças públicas iluminadas a querosene. Prestando serviços à cidade, havia duas padarias, três barbearias, quinze alfaiatarias, duas farmácias, vinte escolas primárias (das quais, apenas duas eram públicas), uma tipografia, uma estação de telégrafo, uma agencia de correios, um tabelião e uma repartição da Coletoria de Impostos do Estado” (Cava, 1976, p. 144).

Nesse contexto, as principais atividades econômicas presentes no povoado eram relacionadas a construção civil, produção de artigos domésticos a partir da matéria-prima extraída na região como painéis, cutelaria, sapatos, objetos de couro, chapéus, esteiras de fibras vegetais, corda, barbante, sacos e outros tipos de “embalagem”. Além da população residente, os peregrinos que visitavam Joazeiro no período das romarias consumiam mercadorias domésticas, artigos religiosos e lembranças da cidade do padrinho, estátuas de barro e maneira do Padre Cícero, Virgem Maria, de outros santos, rosários e medalhas de ouro, prata e mercadorias diversas proveniente da produção regional como, por exemplo, a rapadura e fogos de artifícios que, como um conjunto simbólico, compunham o cotidiano, as malas e adornavam os corpos dos romeiros peregrinos. A predominância do estilo de vida sertanejo e “as habilidades do povo local (...) levaram, eventualmente, à fabricação e exportação de instrumentos rurais típicos, tais como, enxadas, pás, facas, punhas, (...) revólveres, balas e pólvora” (Ibid., p. 145).

No final da década de 1910, a ampliação da região central do povoado ocorreu com a habitação popular, mas também com as mudanças dos artesãos para

residências com oficinas maiores, com melhores equipamentos em uma área de fácil acesso aos consumidores formados pelos assalariados residentes e população itinerante. No povoado residiam diferentes trabalhadores como, por exemplo, “40 mestres-de-obras, 8 ferreiros, 7 oficinas de latoeiro, 15 fogueteiros, 20 oficinas de sapateiros, marcenarias, 2 ouvires, 35 carpintarias e uma fundição que produzia os sinos das igrejas, relógios de paredes e de torre de igrejas que eram exportados pelo Nordeste” (Ibid.).

A produção dessa multiplicidade de mercadoria que atendia diversas demandas, da construção civil ao cotidiano doméstico, fortaleceu o setor comercial que, no primeiro momento, era responsável pela venda da mercadoria para que, em seguida, atuasse na financeirização das manufaturas por meio de empréstimos e investimento nas relações trabalhistas com os produtores (Ibid., p. 146)

A possibilidade de desenvolvimento de relações de trabalho com caráter moderno, a expansão econômica do comércio e serviço concomitante ao crescimento populacional, enquanto particularidades da história de Joaseiro, demonstra a intenção do progresso de caráter positivista. Nesse contexto, a próspera economia do povoado foi responsável pelo crescente valor de arrecadação tributária, que tinha parte considerável absorvida pelo município sede do Crato, com destaque a contribuição para o estado, federação e, principalmente, para o desenvolvimento do Cariri (Ibid.).

A ascensão econômica nas primeiras décadas do século XX, considerando as características apresentadas, provocou disputas entre o povoado e sua cidade sede que envolveram os políticos locais e estaduais¹⁰. No cenário de tensionamento entre a conquista da independência de Joaseiro e a manutenção da subalternização ao município do Crato, a tese de Araújo (2005) apresenta reportagem de 1910 do jornal O Rebate¹¹ que demonstrava a relevância econômica da arrecadação do povoado a partir dos valores recebidos pela feira livre.

¹⁰ Sobre a história do conflito mencionado e seus desdobramentos para a política regional Cf. Braga, 2008; Cava, 1976.

¹¹ Criado por intelectuais liberais de Joaseiro, o objetivo do jornal era comunicar em favor da independência do povoado e encerrou as atividades após a municipalização de Joaseiro em 1911 (Araújo, 2005). “(...) Desde 1909, período em que os intelectuais e a elite comercial juazeirense lutavam para a emancipação política de Joaseiro, se colocava como justificativa, para esse desligamento da cidade do Crato, o progresso do lugarejo. Esse discurso imagético se pode visualizar nas matérias do Jornal O Rebate feitas em 1909 a 1910 (...)” (Gomes, 2015, p. 19).

Joaseiro, localidade, cujo imposto da feira (...) é arrematada por sete contos de réis, não pode continuar redusida [sic] à ínfima condição de povoamento, sem que tal injustiça desperte o clamor público, convencendo-nos da realidade de uma conspiração (...) (Araujo, 2005, p. 57).

Nesse contexto, a pesquisa sobre a história das feiras livres antes da independência do povoado resultou na identificação de duas feiras iniciais, a Feira do Capim voltada aos animais, como foi apresentado, e a Feira Livre. Inicialmente a feira fora esporádica nas últimas décadas do século XIX, ocorrendo na empoeirada praça à frente da capela de Joaseiro com a passagem de mercadores vindos de Missão Velha com destino ao Crato, que trocavam café ou produtos locais com os moradores do povoado e dos engenhos de açúcar (Cava, 1976). Na virada para o século XX e já com a presença do Padre Cícero, houve a construção do antigo Mercado Público entre as ruas Dr. Floro e São Pedro, próximo da capela Nossa Senhora das Dores. Conhecido popularmente como Mercado da Carne, o espaço comercializava carnes e cereais, sem grande variação de produtos (Renato, maio de 2023). Nesse contexto, houve a criação de uma feira semanal que ocorria aos domingos próximo ao mercado e à capela Senhora das Dores, onde feirantes vendiam em barracas ou sobre lonas os excedentes da sua produção rural e produções artesanais (Walker, 2013). Contudo, com a desativação do Mercado da Carne em 1905 o movimento de fregueses da feira foi enfraquecido, deslocando-a para a rua São Pedro, cruzando as Ruas Nova e do Cruzeiro para, em seguida, se estabelecer definitivamente na Praça da Independência, conhecida atualmente como Praça Padre Cícero (Walker, 2017).

1.2 Emancipação política, a formação do município

Em linhas gerais, as tensões no cenário da política estadual¹² e regional com a divergência entre Crato em relação aos interesses do povoado, a concessão de terras das cidades de Barbalha e Missão Velha para a formação do município de Joaseiro, o desenvolvimento econômico baseado nos setores de comércio e serviços, a adaptação da produção rural de exportação com as mudanças dos ciclos produtivos, o rendimento gerado com a produção de subsistência e artesanal manufaturada, a

¹² A competição por apoio político entre o governador do estado, Accioly, o prefeito do Crato e os representantes de Joaseiro, principalmente na figura do Dr. Floro Bartholomeu, formaram o cenário de tensionamento político estadual e regional (Cava, 1976).

consolidação da elite local formada por fazendeiros e comerciantes em ascendência, o crescimento populacional fomentado pelo catolicismo popular, foram os argumentos que reforçaram a necessidade e o interesse na emancipação política de Juazeiro (Cava, 1976; Braga, 2008; Cordeiro, 2011; Pereira de Queiroz, 1965).

O trabalho do Padre Cícero e, principalmente, o milagre da beata Maria Araújo foram responsáveis por reforçar a relevância do conteúdo religioso na dinâmica social e política do povoado. Nesse contexto, a cidade se desenvolveu e prosperou à luz do catolicismo popular, como a terra da redenção.

Desta forma, a participação do Padre Cícero foi determinante para a municipalização de Juazeiro em 22 de julho de 1911. Ainda que o rechaço do milagre e sua dimensão social pelo catolicismo romano tenham formado a base argumentativa que afastou o padre das atividades sacerdotais, sua relevância social, econômica e política se manteve. No decorrer do tempo, com seu trabalho pastoral, Cícero Romão Batista se manteve reconhecido como padre. O respeito gerado pelo seu sacerdócio e seus vínculos com a elite e a classe popular contribuíram para sua evolução como líder político¹³.

A ascensão econômica e política de Juazeiro se estendeu ao Cariri, tornando-se referência enquanto centro de produção agrária, comercial e de serviços. A produção agrária de algodão, incentivada pelo Padre como vimos, se tornou relevante para cidade à medida em que fortalecia sua importância no comércio exterior e fomentava sua urbanização. A partir de 1918, por meio da parceria entre governo federal, municipal e investimento internacional voltados, principalmente, para a produção agrária, houve a construção, por meio de força de trabalho assalariado, de açudes para abastecimento das plantações e estradas para escoamento da produção em direção aos portos do litoral (Oliveira, 2014).

Ainda que a precariedade material e social fosse presente na vida do povoado, na década de 1920, há registros de obras urbanas que aproximavam Juazeiro da modernidade, com a pavimentação de ruas da área central, seguida pela inauguração a linha férrea em 1926. A novidade foi recebida com grande entusiasmo pela

¹³ Padre Cícero se tornou o primeiro prefeito por meio de articulação política em que o principal representante para o cargo preferiu assumir a liderança da câmara municipal para evitar tensionamento com o governo estadual representado por Accioly (Cava, 1976).

população e setores econômicos, tanto por ser um canal de modernização da cidade como para a ampliação do comércio, serviços, e possibilidade de mobilidade e transporte regional da população e da produção da cidade. A doação de terreno pelo Padre Cícero para a construção do primeiro campo de aviação caracteriza as obras de época reforça a inserção da modernidade urbana em Juazeiro (Oliveira, Paulo, 2014).

Nesse período, entre 1920-1930, o poder público investiu, ainda que de forma limitada, em obras voltadas para os romeiros, como a reforma e ampliação da praça Monsenhor Esmeraldo onde acontecia os ritos e a recepção aos romeiros, e a instalação de símbolos religiosos como a estátua de Padre Cícero na praça Almirante Alexandrino, conhecida atualmente como praça Padre Cícero (Oliveira, Paulo, 2014).

1.2.1 A morte do Padre e o futuro incerto

Em 1934, a morte de Padre Cícero causou preocupação da elite local e poder público com a possibilidade do declínio do desenvolvimento, o receio de revoltas populares, fuga da força de trabalho popular, a violência e medo da visita de grupos cangaceiros que eram presentes na história recente da região. As especulações sobre o futuro de Juazeiro estavam relacionadas ao retorno da miséria e conflitos, colocando em risco inclusive a presença dos peregrinos nas romarias.

Sem ele, qual seria o sentido e o significado da existência de Juazeiro? Os sertanejos pobres, agora abandonados à própria sorte, eram, paradoxalmente, a riqueza dali. Sua mão de obra e seu parco poder de consumo sustentavam o município e garantiam a prosperidade dos pequenos empresários e comerciantes. (Silva, Amanda, 2019, p. 114)

Contudo, o padre não morreu simbolicamente e no imaginário popular, o santo padre permaneceu nas orações e intenções dos fiéis. Ainda que a morte do padre representasse o fim da sua atuação política, houve a intensificação da devoção dos romeiros que ofertavam flores, orações, velas e amor à memória do padre em seu túmulo instalado na capela do Socorro e na estátua de bronze, que se tornaram símbolos religiosos e parte do circuito religioso baseado na história do padre (Silva, Amanda, 2019, p. 122). Como herança ao povo juazeirense, Padre Cícero deixou uma

cidade complexa, se compararmos com outras cidades do Cariri¹⁴, com aproximadamente 40 mil habitantes e com desenvolvimento econômico em ascensão baseado principalmente na indústria artesanal e comércio, além da inserção material e simbólica de Juazeiro na urbanidade moderna com o reforço da ordem urbana baseada no trabalho e moral cristã, com as reformas viárias e a oferta de serviços de mobilidade, educação, financeiro (com dois estabelecimentos de crédito, o banco Juazeiro e a Cooperativa Agrícola Juazeirense) e outros (Pereira de Queiroz, 1965).

1.2.3 Modernidade e religião no século XX

Como veremos a seguir, ao longo das décadas no século XX e mesmo com os receios gerados com a morte do líder político e religioso, Juazeiro do Norte se desenvolveu por meio da sua ampliação no setor industrial e no setor de comércio e serviços; seu crescimento com as significativas taxas de crescimento demográfico; e com o fortalecimento das instituições públicas e privadas.

O conteúdo religioso que contribuiu para o desenvolvimento da cidade permaneceu gerando renda para a cidade, principalmente com a rentabilidade produzida pelas romarias e os turistas religiosos, fortalecendo a elite comercial local e sendo valorizado pela população e poder público. Nesse contexto, a cidade possui uma dimensão histórica, em que relaciona religião e tradição com modernidade e desenvolvimento econômico, forças antagônicas que se complementam de forma particular em Juazeiro do Norte.

As transformações urbanas que ocorreram em Juazeiro na década de 1950 estão associadas ao crescimento demográfico da cidade. A imigração de sertanejos peregrinos, a instalação dos romeiros e a taxa de natalidade formaram uma população de 48.687 habitantes (IBGE, 1950), que contribuíram para redimensionar a demanda por uma cidade apropriada à vida urbana. Além das reivindicações da população por melhorias nos serviços públicos, o aumento demográfico continuou associado ao

¹⁴ Na década de 1930 a população do município era a maior da região com mais de 32 mil habitantes, se destacando demograficamente em relação à cidade do Crato que detinha pouco mais de 29 mil (Cava, 1975).

desenvolvimento econômico proporcional a intensificação e criação de novos problemas urbanos e sociais.

Nesse contexto, o progresso da cidade apresentava uma tendência contraditória. A ascensão e crescimento populacional não acompanhava o atendimento e criação de soluções para as demandas sociais¹⁵. Os elementos modernos e urbanos eram contornados pela precariedade, os espaços urbanos eram preenchidos não somente pelas obras que sinalizavam o progresso, mas também pelos ambulantes que de forma frágil buscavam vender seus quitutes pelas ruas, pelos “mendigos” que se espalhavam em ambientes com maior concentração de pessoas e pelas “meretrizes” que invadiam as suas ruas centrais (Gomes, 2015).

1.2.4 A tradicional Feira Livre de Juazeiro do Norte no século XX

A origem da tradicional feira livre que ocorreu na cidade por décadas no século XX se desenvolveu a partir da feira que acontecia na praça à frente da igreja Nossa Senhora das Dores e foi transferida para a rua São Pedro, lateral da praça Padre Cícero. Ao longo do tempo, a feira tinha como eixo central a Rua São Pedro, estendendo-se desde a praça Padre Cícero até a antiga rua São João, hoje conhecida como rua Alencar Peixoto. Essa via principal era complementada por ramificações que se estendiam por um quarteirão à direita e à esquerda, criando uma espécie de setorização na feira. Segundo entrevistado Renato (maio de 2023), na Rua Santa Luzia, em direção ao lado leste, encontrávamos o artesanato de fibras e cordas, enquanto do lado oposto havia produtos como redes e algumas confecções. Já na descida pela Rua da Conceição, encontrávamos os doces e objetos de cerâmica, formando um panorama diversificado de mercadorias, fregueses e sujeitos ao longo das ruas.

¹⁵ Como forma de atender às demandas urbanas da população, em 1951 foi elaborado a lei orçamentaria para elaboração do plano de urbanização com a pavimentação de ruas, arborização de ruas e praças, ampliação da estrutura de água e esgoto, investimento na mobilidade e no comércio popular, a partir de melhorias da feira com a aquisição de um terreno para utilização dos feirantes. Em linhas gerais, as obras urbanas, além de atender determinada parcela de interesses popular, tinha como principal objetivo o “embelezamento da cidade” (Gomes, 2015, p. 71).

A setorização da feira tinha suas particularidades como, por exemplo, a necessidade de separar o local de venda de sabão da área dos alimentos. Isso se devia ao hábito dos frequentadores de experimentar os alimentos, como a farinha, levando um punhado à boca antes de realizar a compra; o gesto dos fregueses e a própria mercadoria obrigavam o distanciamento dos produtos químicos para evitar a contaminação. “porque o engraçado da feira, ninguém se falava nisso, porque botava um punhado na boca, o camarada colocava na boca e fazia assim [movimento de jogar a farinha da mão para dentro da boca aberta]” (Renato, maio de 2023).

A proximidade da praça Padre Cícero trazia consigo uma atmosfera peculiar, por ser “ponta” da feira, ali se montavam as barracas de fogos de artifício que eram produzidos em manufaturas artesanais na cidade. A venda de fogos se intensificava nos períodos da romaria quando “o romeiro quando chega ele quer avisar, não só avisar, mas saudar a santa, então ele compra aquele maço de foguete e ele, ou alguém por ele, irá soltar na frente da igreja por exemplo, as veze na frente do tumulto do padre Cícero” (Renato, maio de 2023), uma tradição que se estende à contemporaneidade.

No entorno da praça, encontrávamos a área dedicada aos cereais, com destaque para a goma e a farinha de mandioca, fundamentais na culinária local, além de outros produtos como arroz, feijão e milho. Era possível encontrar uma variedade de produtos, desde miudezas até itens de vestuário e mantimentos básicos, como sal, açúcar e café. A feira, realizada sempre aos sábados, representava um importante ponto de encontro entre a população urbana e rural, destacando-se como um momento de abastecimento e interação entre diferentes comunidades.

O pagamento pelas mercadorias na feira era realizado mediante o uso de dinheiro em espécie, enquanto nas bodegas era possível comprar fiado onde você podia pegar o talãozinho da compra e assinar, utilizando a caderneta como forma de crédito popular na época. Diferente do que ocorria na feira e o acesso da classe popular, na década de 1950 era introduzido na cidade o sistema financeiro com a Cooperativa de Consumo e Crédito Juazeirense Ltda que, em parceria com o Banco do Brasil, fornecia crédito aos pequenos proprietários das indústrias artesanais, das manufaturas e produção rural da cidade e do Cariri. O reforço ao sistema de crédito ocorreu em 1957 quando houve a instalação do Banco do Nordeste na cidade (Gomes, 2015).

A produção agrícola do algodão forneceu matéria-prima para a fabricação de tecidos que eram comercializados em dezenas de lojas na cidade, fundamental para o trabalho das costureiras da região cuja produção era predominantemente artesanal, sem a presença de indústrias têxteis na região no final da década de 1950. O entrevistado Renato (maio de 2023) explica que a ideia de roupas na modelagem de camisetas, por exemplo, era algo novo e representava o isolamento relativo da cidade em relação ao acesso a produtos industrializados, apesar de seu desenvolvimento em relação à região do Cariri.

Contudo, durante a década de 1960 o estado do Ceará decidiu investir na industrialização e urbanização do Cariri, promovendo o primeiro Plano de metas governamentais (PLAMEG) que resultou na criação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Ceará (CODEC). Enquanto a atuação da CODEC foi significativa para o desenvolvimento industrial de Fortaleza, no Cariri ela foi estimulada por um convênio entre a Universidade da Califórnia e a Universidade Federal do Ceará, que identificou o potencial industrial de regiões pouco desenvolvidas. O projeto Asimow, derivado desse convênio, foi responsável por reconhecer as características das produções locais, resultando na instalação de duas plantas industriais em Juazeiro do Norte em 1963, a Indústria Eletroquinad, dedicada à produção de máquinas de costura, rádios e motores elétricos, e a LUNA, voltada para a fabricação de calçados (Queiroz, 2013). No entanto, essas indústrias enfrentaram dificuldades e foram fechadas ainda na mesma década devido à resistência da cultura local à mudança para um modelo ortodoxo industrializado. Embora o plano Asimow não tenha alcançado os resultados esperados, ele despertou o interesse pela modernização industrial na elite local, um interesse que se reflete na contemporaneidade com Juazeiro do Norte se destacando como um dos principais centros de produção calçadista do país. Como resultado desse impulso industrial, em 1961, foi fundada a Companhia Elétrica do Cariri (CELCA) que contribuiu para a modernização de Juazeiro por meio da atualização da cadeia produtiva com novos equipamentos e tecnologia, por introduzir a cultura de massa e modernização cotidiana por meio de eletrodomésticos como a televisão¹⁶ e uso de refrigeradores domésticos (Pinho, 2023; Renato, maio de 2023).

¹⁶ Com a energia elétrica disponível pelo fornecimento da CELCA e o crescimento das atividades industriais, houve a chegada de novos equipamentos modernos como, por exemplo, a instalação de

Além do caráter comercial da feira, havia a presença estimulante da cultura popular. Não faltavam grupos folclóricos, violeiros, cordelistas e brincantes, que davam vida e cor à feira. Entre as figuras marcantes desse cenário estava o Cego Oliveira, um habilidoso tocador de rabeca que sempre encontrava lugar na porta da loja do pai de Renato Casimiro (maio de 2023), “o pai fechava uma porta [da sua loja] pra ele ficar, era uma família de cegos que todos tocavam, depois que papai morreu, ali chegava [o filho de Oliveira] mesmo sem feira, aí ele chegava, o seu Francisquinho, eu posso ligar minha caixa de som aqui?”

O entrevistado explica (Renato, maio de 2023) que além dos feirantes fixos em barracas ou tendas, havia os personagens ambulantes como o vendedor de rapé que percorria o local com um chifre de boi enfeitado, com sinos e adereços.

Durante esse período, uma prática comum era a reciclagem de latas de combustível, óleos lubrificantes e produtos alimentícios. Conhecido como “flandre”, era responsável pela produção artesanal de utensílios a partir das embalagens, as latas eram viradas ao avesso para aproveitar o revestimento interno, que se assemelhava ao níquel, e eram reaproveitadas para diversos fins. Uma das utilizações mais comuns era na fabricação de chaleiras domésticas para fazer café. Essas chaleiras possuíam uma estrutura peculiar, como um candeeiro, eram formadas por paredes verticais e uma abertura que se assemelhava a um “vulcão”. A forma triangular ou trapezoidal conferia um visual único a essas chaleiras, que se tornavam verdadeiras miniaturas de utensílios domésticos tradicionais.

Apesar dos desafios impostos pela cultura de massa, a cultura popular ainda existia discretamente em grupos musicais tradicionais. Contudo, o declínio da participação da música e dança popular de origem rural estava relacionado à ascensão da indústria cultural por meio do forró comercial, “não o forró das heranças do tipo Luiz Gonzaga, mas sobretudo por esse new forró e o sertanejo universitário” (Renato, maio de 2023).

Itens como farinha, feijão e arroz eram essenciais para a alimentação popular, enquanto o óleo não servia apenas para fins culinários, mas também medicinais. Os

antenas de sinal televisivo, enquanto resultado da mobilização de intelectuais da cidade, comerciantes e poder público. Para a instalação da antena foi escolhida a colina do Horto, contudo, foi necessário a retirada de árvores centenárias, relevantes para a identidades e memória da cidade e dos romeiros (Pinho, 2023).

remédios populares tinham forte presença na feira com uma grande variedade de vendedores oferecendo ervas medicinais, provenientes dos sítios locais. Essas ervas eram utilizadas na preparação de chás e garrafadas para diversas doenças. Por exemplo, era comum encontrar um xarope alcoólico adocicado para problemas intestinais, infusões como o chá de folha de goiabeira, conhecido por suas propriedades antibacterianas e antiparasitárias, como foi confirmado pelo entrevistado, “a gente sabe fazendo em laboratório, eu mesmo lembro disso muito antes depois comprovando esse negócio, mata salmonela, mata micróbios pesados que causa gastroenterite, desidratação” (Renato, maio de 2023). Vendiam-se também unguentos, uma pasta oleosa utilizada para aliviar dores articulares, muitas vezes feita com gordura animal, como o sebo de carneiro “capado” ou “emasculado”, porque segundo o entendimento popular, os hormônios do animal interferem nas propriedades da gordura. Esses elementos representavam tradições que refletiam um conhecimento prático sobre os recursos naturais e suas propriedades medicinais, transmitido ao longo das gerações.

Na feira, para comprar óculos, era necessário levar linha e agulhas. Os vendedores possuíam uma grande variedade de óculos para corrigir duas doenças principais: a miopia, quando a visão é prejudicada para longe, e o astigmatismo, quando a dificuldade está em enxergar de perto. A primeira pergunta que os vendedores faziam era: “É para perto ou para longe?”. Com base na resposta, começava o teste, uma verdadeira sessão de refração similar à que foi realizada pelo oculista, porém, ajustando-se os óculos ali mesmo. “Está melhor? Está pior?” - perguntavam, refinando a escolha até encontrar a melhor opção para o cliente (Renato, maio de 2023).

A demora de acesso dos cidadãos por certas “comodidades”, como o gás butano para uso doméstico, obrigava as residências a terem condições para a utilização de lenha e carvão (Renato, maio de 2023). Os utensílios de cozinha não eram feitos predominantemente de alumínio. Embora houvesse alguns itens como o aço inoxidável, Casimiro (maio de 2023) explica que a cerâmica cozida era o material predominante para a preparação de alimentos, desde panelas até recipientes de decantação, a cerâmica inclusive conferia um sabor especial aos alimentos, tornando-os ainda mais saborosos.

A comercialização de sabão na feira demandava medidas preventivas, pois não podiam misturar-se com a venda de alimentos, como feijão e farinha. As mulheres que fabricavam sabão com densa concentração de produtos químicos, produziam bolas de sabão preto sem muitos atrativos com alta concentração de potassa e anilina, resultando em uma coloração azulada escura ou amarelada. As pessoas do campo costumavam comprar principalmente o sabão preto redondo para lavar roupas e louças. Além disso, na feira, era comum adquirir bolas de cera para lacrar recipientes, como tambores ou silos de zinco utilizados para armazenar arroz. Essa cera era obtida a partir dos favos de mel, recurso utilizado após a extração do mel pelos produtores rurais¹⁷. Na produção, a cera era batida até adquirir determinada consistência e comercializada para vedar recipientes e evitar a oxidação dos alimentos.

Em determinada época, especialmente durante a temporada de moagem da cana-de-açúcar e produção de rapadura, a feira tornava-se ainda mais atrativa devido à variedade de doces disponíveis, incluindo as barras de doce de goiaba, marcadas em tabuleiros em formas retangulares. Na feira, há uma linguagem própria, e uma das expressões mais típicas está relacionada à medida de porções. Quando alguém desejava uma quantidade específica de um item, os doces por exemplo, costumava-se dizer "bota um mercado", indicando uma porção pré-estabelecida para cálculo do preço. No setor dos cereais, a medição não era feita em balanças, mas sim com cuia que era uma medida padrão de madeira com formato quadrado. O litro não era medido pelo nível do líquido, mas sim pela formação de uma pirâmide dentro da cuia: conforme os grãos eram adicionados, o vendedor observava até que ponto a pirâmide se formava, indicando assim a medida desejada. Ao adquirir corda na feira, você encontraria uma ampla variedade não apenas em termos de espessura, mas também de tipos, como as cacimbas, usadas para amarrar jumentos ou para serviços domésticos, e sua unidade de medida não era o metro, a corda era medida pela braça que correspondia à distância do nariz até a ponta dos dedos com os braços

¹⁷ Empresas locais compravam potassa, que vinha em tambores de aproximadamente 200kg em forma de uma pedra única. Para transformá-la em um estado utilizável, era necessário contratar um trabalhador que a quebrava com um grande martelo, pois não havia outra maneira de abri-la. Após horas de batidas, o material era vendido em pequenas quantidades para os consumidores. Nas fazendas, essa potassa era usada em conjunto com diversas gorduras para produzir sabão. A proporção exata de potassa em relação à gordura era calculada, e a mistura era fervida em caldeirões antes de ser colocada em formas para secar e adquirir a forma final do sabão.

estendidos, ou seja, um comprimento de corda equivalente a um braço humano esticado.

1.2.5 As mudanças urbanas e o desenvolvimento comercial

Ao longo das décadas de 1950 e 1960, as obras estruturais como a ligação da cidade com outras regiões do estado por meio da linha férrea e investimento viário, as transformações do cotidiano e das possibilidades industriais com a instalação da rede elétrica, a edificação de prédios públicos, residenciais, ampliação dos meios de comunicação e o crescimento populacional foram fatores que reforçaram a modernidade em Juazeiro do Norte. Concomitante à economia orientada pelo interesse na industrialização, na produção agrária, ancorada principalmente no enriquecimento do comércio urbano cujo lucro era ampliado com a migração religiosa e intensificado pelos períodos de romaria, a cidade foi conduzida à modernização da produção capitalista e ao estilo de vida urbano. Nesse contexto, a evidência dessa afirmação é observada com o encerramento da tradicional feira livre da cidade a partir de diferentes argumentos e interesses políticos.

Desde os anos 1950, a feira tem sido uma fonte de incômodo aos comerciantes da região central de Juazeiro. Com o objetivo de demonstrar o progresso da cidade, as autoridades municipais implementaram medidas para transferir algumas atividades para áreas mais distantes do centro urbano. Essas ações foram motivadas pelas demandas e pelo apoio dos comerciantes locais, que buscavam aumentar suas vendas e preservar o controle do espaço da Praça Padre Cícero, um ponto turístico importante da cidade. Em resposta a essas mudanças, alguns comerciantes organizaram um abaixo-assinado contra a realização da feira (Gomes, 2015).

Segundo Renato (maio de 2023), o primeiro “golpe” que a feira sofreu foi a instituição da “semana inglesa”. A elite comercial se incomodava com a feira aos sábados, tanto pelo prejuízo da diminuição das vendas, quanto principalmente pelas características da feira, em que feirantes e fregueses possuíam hábitos que divergiam dos interesses e ordenamento do projeto urbano moderno. Portanto, a alternativa encontrada para cercear a feira livre em Juazeiro do Norte foi a instauração da conhecida “semana inglesa”, que é um modelo específico de regimento de trabalho.

Dá-se o nome de “semana inglesa” ao regime de trabalho em que após cinco jornadas consecutivas de plena produção, sucede uma reduzida aos sábados e, depois, repouso completo aos domingos. Este costume, que teve voga, a princípio, na Idade Média, entre os artesãos, foi abandonado por algum tempo e mais tarde, a partir de 1825, voltou a ser adotado na Inglaterra, com o fim declarado de permitir que os serviços de limpeza e arrumação das oficinas fossem feitos aos sábados, garantindo-se, assim, o descanso dominical completo após a semana de trabalho, que naquele tempo ia, geralmente, além de 60 horas. (Palmério, 1945, p. 67)

A “semana inglesa” foi “decretada” no país em 1945 no governo de Getúlio Vargas (Decretada, 1945)¹⁸. Contudo, segundo os entrevistados (Renato, maio de 2023), a “semana inglesa” foi estabelecida em Juazeiro do Norte durante o governo do prefeito Mozart Cardoso de Alencar, entre os anos de 1973 a 1975.

O próprio comércio de Juazeiro, por meio da associação comercial, fez uma pressão no sentido de colocar coerência a isso, qual a coerência? Era que de fato havia a semana inglesa, ou seja, o comércio estava praticando isso, a outra coisa era, por exemplo, o fato de que o status do comércio era uma coisa que não convivia bem, porque a feira emporcalhava o ambiente. (Renato, maio de 2023).

O desenvolvimento da zona comercial de Juazeiro estava relacionado aos interesses da elite local que demandava melhorias públicas na região central visando a ampliação do lucro. Desta forma, os representantes das negociações na Câmara Municipal promoviam discussões e ações para alcançar seus objetivos. As concessões realizadas pelo poder público, no caso o encerramento da tradicional feira livre, ocorreram devido ao valor da arrecadação que esse setor da economia gerava para o município, disponibilizando recursos significativos para o financiamento de projetos públicos por meio de parcerias. Essas parcerias visavam, entre outras coisas, construir e modernizar os espaços de convívio em Juazeiro (Gomes, 2015).

Concomitante a “semana inglesa”, houve a criação do poder público de novas feiras em bairros do município. A Lei n.º 296 de 20 de outubro de 1967 autorizou a criação de feiras em determinados dias, horários e localizações definidas pelo poder executivo. Ainda que o documento não expresse as justificativas para criação das feiras, é possível inferir, considerando o contexto, que foi uma medida para suprir o encerramento da tradicional feira que ocorria na região central. A forma encontrada

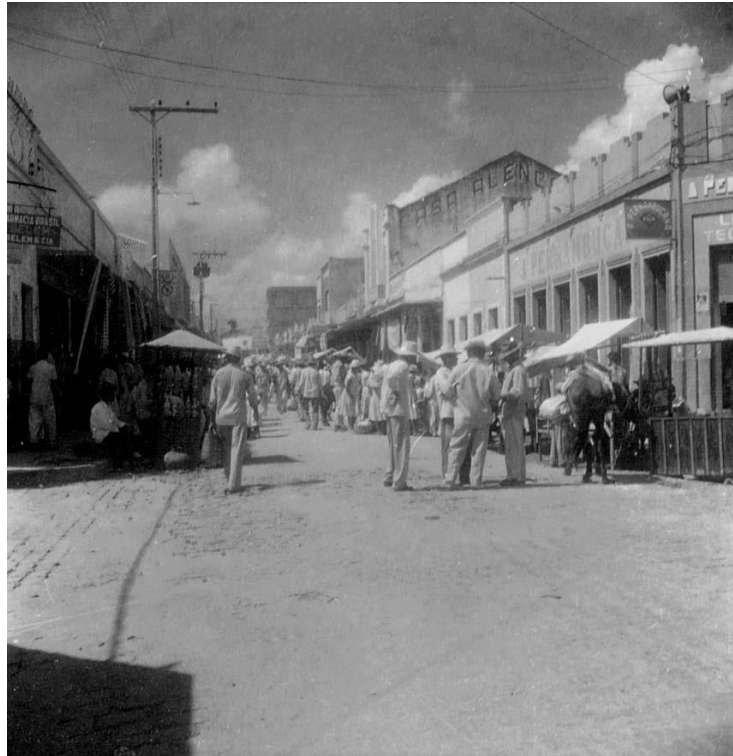
¹⁸ Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1945_00213.pdf> Acesso em: set 2023.

para atender à demanda popular por abastecimento e descentralizar o comércio popular, levando feirantes a outras regiões.

Os dados obtidos sobre as feiras livres na década de 1980 em Juazeiro do Norte foram coletados a partir do material legislativo disponibilizado pela Câmara Municipal do município. Nessa década houve a criação de duas feiras livres, a primeira em 1984 no bairro de Fátima realizada às sextas-feiras e localizada entre as ruas Santa Rita, Floriano Peixoto, Doutor Floro e a rua Machado de Assis (ANEXO C – Lei n.º 1076 de 10 de abril de 1984). A segunda-feira foi criada no bairro dos Salesianos em 1988, com sua realização às segundas-feiras no horário comercial (ANEXO D – Lei n.º 1355 de 04 de abril de 1988).

O desaparecimento da feira central foi um golpe duro para muitos, pois a vida doméstica estava profundamente entrelaçada com a expectativa da feira de sábado. Não havia alternativas significativas em termos de abastecimento; as bodegas locais ofereciam um sortimento limitado, com estoques modestos para atender às necessidades do dia a dia. Geralmente, os produtos disponíveis eram de curta duração, como doces enlatados ou óleo engarrafado, e não havia uma variedade extensa como encontramos nos supermercados modernos. Os alimentos perecíveis eram obtidos principalmente na feira semanal e nos mercados municipais.

Figura 2 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960



Fonte: Bernardes, Nilo; Jablonsky, Tibor (1962).

Figura 3 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960



Fonte: Bernardes, Nilo; Jablonsky, Tibor (1962).

Figura 4 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960



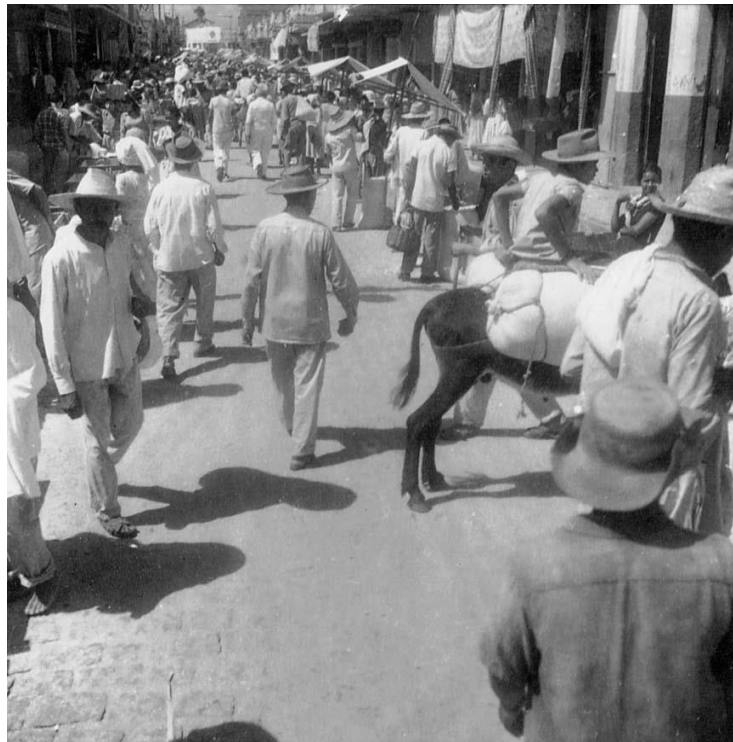
Fonte: Bernardes, Nilo; Jablonsky, Tibor (1962).

Figura 5 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960



Fonte: Bernardes, Nilo; Jablonsky, Tibor (1962).

Figura 6 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960



Fonte: Bernardes, Nilo; Jablonsky, Tibor (1962).

Figura 7 - Feira Livre em Juazeiro do Norte na década de 1960



Fonte: IBGE, 1960.

1.3 O urbano contemporâneo orientado pelo consumo e mercado imobiliário

O primeiro supermercado instalado na região central, em uma das ruas perpendiculares onde a feira acontecia em Juazeiro do Norte foi o Supermercado Puma na década de 1960. Contudo, a presença desses espaços e seu estilo de vida urbana foram expandidos na década de 1990 na cidade, principalmente com a instalação do supermercado São Luiz em 1997 enquanto estabelecimento comercial do Cariri Garden Shopping localizado no bairro Triângulo. Na região central houve a instalação do supermercado Super Lagoa no antigo prédio do Puma em 1999 (Pereira, 2014).

No final do século XX e principalmente nas primeiras décadas dos anos 2000 foram construídos espaços modernos voltados para o consumo, que acompanham a lógica neoliberal e que influenciam o desenvolvimento urbano moderno e o cotidiano urbano contemporâneo. Em 1997 foi construído o primeiro shopping do interior do Ceará, o Cariri Shopping, inicialmente propriedade do BicBanco e construído pela LM Construtora no valor de doze milhões de dólares, em 2012 passou a ser chamado Cariri Garden Shopping. Na primeira década do século XXI em Juazeiro do Norte foram construídos estabelecimentos comerciais de caráter neoliberal de grupos internacionais, como, por exemplo, as Lojas Americanas, supermercado Atacadão do Grupo Carrefour, em 2010 o Wall Mart foi responsável pela construção do Hiper Bompreço e o Maxxi Atacado em 2012, ano também da inauguração do primeiro imóvel comercial da rede nacional Magazine Luíza. A participação do poder público para o desenvolvimento da cidade pode ser ilustrada, entre outras ações, pelo investimento de mais de setenta milhões de reais do governo do Ceará em parceria com o Banco Mundial para a Reconstrução e Desenvolvimento do sistema viário por meio da construção do Anel Viário que contorna a cidade no final da primeira década dos anos 2000, além do Centro Multifuncional de serviços, da Praça dos Romeiros e o Roteiro da Fé (Ibid.).

Em relação ao processo de interiorização da produção imobiliária no estado, em Juazeiro do Norte houve o desenvolvimento incipiente da mercantilização do solo urbano na última década do século XX. Com o passar do tempo, o mercado imobiliário atuou na valorização da região central a partir de construções de espaços modernos

de habitação, símbolos do estado moderno e de consumo de caráter doméstico, como shopping centers e supermercados. Contudo, na virada de século e seus primeiros anos houve um avanço expressivo do desenvolvimento urbano na cidade de Juazeiro a partir da influência do mercado imobiliário e do desempenho do poder público com a construção, edificação e manutenção de imóveis voltados para moradia, consumo e lazer, além das obras de infraestrutura urbana.

Segundo Pereira (2018), o final da década de 1980 e o início dos anos de 1990 foi o período marcado pelo início da verticalização da cidade de Juazeiro do Norte com a construção dos primeiros condomínios verticais pela indústria local, a WR Engenharia, no bairro Lagoa Seca localizado na região sul para uma parcela da classe que buscava espaços de moradia específicos, que atendessem as novas demandas urbanas de acordo, inclusive, com a lógica urbana das metrópoles brasileiras. Após um período curto, em 2010 o mercado imobiliário ressurgiu com vitalidade por meio da construção do edifício vertical que seria na época o mais alto do estado com vinte seis andares no bairro Lagoa Seca, apartamentos vendidos antes da inauguração. Em 2011 foi divulgado a construção de “enclaves fortificados” (Caldeira, 2011) na região sul da cidade e a construção mais de mil unidades habitacionais referentes aos investimentos federais do Programa de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida; no mesmo ano o setor da construção civil foi responsável pela maior empregabilidade na cidade. A cidade de Juazeiro do Norte como fonte de obtenção de lucro pela lógica neoliberal demonstrou sua potencialidade por meio da supervalorização do solo urbano, chegando a 1.900% em algumas áreas, como, por exemplo, a região Sul, com o bairro Lagoa Seca, e a região oeste, em direção à cidade do Crato.

Figura 8 - Vista da cidade a partir da colina do Horto



Fonte: Produzido pelo autor, 2024.

Figura 9 - Vista da cidade a partir da colina do Horto, em detalhe a verticalização do bairro Triângulo e chapada do Araripe ao fundo



Fonte: Produzido pelo autor, 2024.

1.4 A cidade média e a atualidade metropolitana

Desta forma, a virada do século é caracterizada pela expansão do consumo, privatização dos espaços públicos, intensificação da expansão do mercado imobiliário e gentrificação. Além dos grandes centros urbanos brasileiros, a inserção de um desenvolvimento moderno e orientado por interesses neoliberais é observado nas cidades médias do interior dos estados, com a possibilidade de expansão por meio da apropriação de espaços urbanos e mercado consumidor. Nesse contexto, a interiorização da expansão imobiliária demonstra a tendência urbana em que o projeto de desenvolvimento urbano dos grandes centros se torna onipresente, ou seja, com ampliação da metropolização da rede urbana brasileira (Santos, 2008).

Segundo Sposito (2001), além das características populacionais referentes a 100 a 500 mil habitantes, a cidade média deve ser definida por sua localização geográfica, economia e urbanização que, como um conjunto, refletem as condições das atividades produtivas e prestação de serviço da cidade. Nesse contexto, a captação das cidades médias pelo capitalismo imobiliário demonstra em determinado grau sua relação e aproximação com a rede urbana regional, nacional e internacional, inserindo a cidade média dentro da lógica globalizada do sistema político-econômico.

Na contemporaneidade, a cidade de Juazeiro do Norte, em conjunto com a cidade do Crato, Barbalha e outras seis cidades, formou o núcleo metropolitano. Essa formação conhecida como Crajubar representa o núcleo da Região Metropolitana do Cariri, criado pelo governo do estado em 2009 (Pereira, 2018). A principal e maior cidade desse núcleo metropolitano é Juazeiro do Norte com 286.120 habitantes (IBGE, 2022), que apresenta contínuo crescimento com a incorporação e reforço de segmentos da produção capitalista, como, por exemplo, o comércio e serviços urbanos, turismo religioso e segmentos industriais, envolvidos pela atuação do mercado imobiliário a partir do interesse rentista da venda ou aluguel de propriedade e do processo de financeirização que alcança as etapas de investimento, produção, venda e obtenção de lucro que ilustra, em linhas gerais, a produção neoliberal dos espaços urbanos.

1.5 O Século XX e a feira livre em Juazeiro do Norte

Em linhas gerais, a feira livre acompanhou a formação das cidades do Nordeste. Nesse contexto, os argumentos apresentados no capítulo 1 justificam a relação de proximidade da feira livre com a criação do povoado, no processo de formação da vila e na municipalização de Juazeiro do Norte.

A feira livre, enquanto parte da tradição popular, é sustentada por interesses e relações comerciais, concomitante às influências sociais, culturais e políticas definidas por determinado espaço e temporalidade. Desta forma, a análise sobre a história da feira livre em Juazeiro do Norte demonstrou sua contribuição para a formação do caráter comercial do município e para a economia da cidade.

Com sua expansão ao longo do século XX, a feira tornou-se referência local e regional ao comércio e abastecimento urbano. Contudo, nas últimas décadas do século XX a feira passou um processo de cerceamento, baseado no tensionamento da feira com a elite comercial local e poder público que limitaram o desenvolvimento da feira livre com a justificativa de ordenamento e modernização dos espaços públicos.

Por fim, o período de cerceamento da feira livre encontra a ascensão do projeto privatizador da cidade, que foi observado nos grandes centros urbanos, que foi expandido para as cidades médias. O desenvolvimento urbano baseado na privatização dos espaços e vida pública, no distanciamento da vida social e coletiva, na desvalorização da estrutura pública, com a participação da financeirização da vida urbana, representadas nesta pesquisa pelo mercado imobiliário que determina a gentrificação contemporânea; foram características que encontraram em Juazeiro do Norte a possibilidade de expansão, com a infiltração das forças e interesses neoliberais no projeto político urbano. Desta forma, a análise demonstra, em determinado grau, a relação contemporânea entre Juazeiro do Norte e o projeto urbano baseado nos interesses neoliberais, orientado pela privatização da cidade e da vida urbana.

2. De cima para baixo, feira-satélite e as influências externas

A modernização de Juazeiro do Norte é um processo contínuo, iniciado com a atuação política do Padre Cícero antes da municipalização em 1911, desenvolvendo-se ao longo do século XX com as transformações urbanas baseadas na transição do rural para o urbano e alcançando a contemporaneidade com sua inserção no projeto moderno de cidade orientada pelo consumo. No contexto atual, surge a questão, como a feira livre acompanha e se relaciona com o urbano?

A proposta do capítulo dois é responder o questionamento a partir de uma reflexão sobre as transformações da feira livre que surgem “de cima para baixo”. Considerando o sentido neoliberal sobre a atualização do regime de acumulação global, que se desdobra para novas estratégias e interesses públicos e privados (Gago, 2018), quais são e como operam as forças externas que atuam sobre a feira livre?

Duas feiras livres da cidade de Juazeiro do Norte foram pesquisadas e analisadas para entendermos o papel desse fenômeno urbano na cidade contemporânea. Desta forma, a feira do Feijão e a feira Nossa Senhora Santana, conhecida como Senhora Santana, são feiras-satélites que se formaram no entorno de mercados públicos, mercado do Pirajá e mercado José Teófilo Machado respectivamente, e compõem atualmente áreas comerciais importantes para a economia e abastecimento local e regional.

O segundo capítulo está organizado em duas seções de cada feira livre mencionada anteriormente. A interpretação e análise contemplaram o cotidiano dessas feiras e as transformações que ocorrerão nas primeiras décadas do século XXI, impulsionadas por forças e interesses externos.

Compreender o funcionamento atual das feiras é essencial para, com base na discussão histórica do primeiro capítulo, entender como a tradição popular ainda influencia, em certa medida, as feiras livres na contemporaneidade. Em seguida, a discussão aborda as principais mudanças, obras e reformas nas feiras-satélites, motivadas por interesses externos que acompanham projetos de desenvolvimento urbano. As transformações das feiras foram justificadas pela necessidade de modernização da cidade e espaços públicos. O objetivo era desobstruir ruas e praças

ocupadas pelo comércio popular e reformar esses locais, adequando-os aos princípios de organização e ordenamento urbano.

2.1 Feira do Feijão e o mercado do Pirajá

2.1.1 A formação do “segundo centro”, contexto comercial do mercado Pirajá

O mercado público do bairro Pirajá foi inaugurado em 1987 na avenida Ailton Gomes com o objetivo de abastecer a população e escoar a produção rural regional. Ao longo do tempo, o mercado público se tornou relevante para a economia municipal, regional (ao atender o Cariri) e estadual (com a comercialização da produção de cidades da Bahia e Pernambuco).

Como “subcentro”, o bairro Pirajá “é uma área que tem uma expressão de centralidade significativa no contexto da estrutura urbana influenciando muitos bairros, visto que tem uma presença forte de comércio popular e funciona inclusive aos domingos sobretudo devido à presença do Mercado Público do Pirajá” (Pereira, 2014, p. 206). A centralidade comercial do mercado Pirajá influenciou o desenvolvimento econômico do bairro, atraindo outros estabelecimentos e feiras para o entorno. Nesse contexto, o bairro de Pirajá, que na segunda metade do século XX era predominantemente residencial e localizado na periferia da cidade, passou por uma rápida transformação, sendo elevado à condição de “segundo centro comercial mais importante da cidade”, conforme relato dos entrevistados.

Hoje em dia, as vias ao redor do mercado têm um perfil comercial, com diversos tipos de lojas, especialmente a Avenida Ailton Gomes, que é uma rota crucial para o sistema de transporte urbano, pois conecta o norte ao sul da cidade. Com a ampliação na década de 1980, a avenida se tornou o principal eixo vertical de deslocamento no município ao conectar os bairros centrais com os bairros ao sul do município (Soares, 2019). Na área onde o mercado está instalado, a avenida Ailton Gomes possui quatro faixas de trânsito, duas faixas sentido norte e duas faixas sentido sul separadas por um canteiro central e uma ciclo faixa (no sentido sul-norte). No lado oposto ao mercado, na avenida Ailton Gomes, existem estabelecimentos que atendem as diversas demandas dos cidadãos, incluindo pontos de venda de material de

construção civil, alimentação (massas, salgados), farmácias, variedades (brinquedos, utilidades e decoração doméstica, armarinhos), roupas e calçados, tecidos, concessionárias de motocicletas (Honda), óticas (regionais e de rede nacional Diniz), perfumaria (franquia da rede nacional Boticário), eletrônicos, papelaria e outros. No mesmo local, há também comércios dedicados a diversas necessidades, ampliando a gama de opções para os residentes da área.

O canteiro central da avenida Ailton Gomes, à frente do mercado (lado oeste), é composto por espaços vazios onde se montam bancas e pequenos *boxes*, como cômodos em formato quadrangular, ao longo de aproximadamente 300 metros, onde vendedores comercializam roupas, alimentos (cafés e salgados), pequenas gráficas (cópia e impressão), produtos de utilização doméstica, produção de chaves, manutenção de celulares e um box-loja autorizada de empresa de telefonia (Tim). No canteiro central aos sábados e domingos, dias de maior fluxo de fregueses, é possível observar comerciantes atípicos do cotidiano do canteiro central.

Figura 10 - Avenida Ailton Gomes, ciclo-faixa e comércio do canteiro central



Fonte: Produzido pelo autor, 2023

2.1.2 O mercado Pirajá

O mercado do Pirajá ocupa o espaço de um quarteirão e seu acesso é possível pelas quatro ruas que o contorna, a avenida Ailton Gomes (oeste), a rua Otávio Aires (sul), Cel. Fausto Guimaraes (leste) e a rua Ver. José Rodrigues Soares (norte). A área interna do mercado possui determinada setorização, com a área norte voltada para o comércio de roupas novas, usadas ou peças “falsificadas”, a noroeste há o comércio eletrônico intercalado por bancas de comida dispostas em corredores estreitos como vielas, na área leste há bancas-cozinhas onde majoritariamente mulheres produzem caldos em grandes caldeirões servidos em pratos fundo no balcão, onde sujeitos consomem refeições diárias. Na área central-sul, como um pátio interno, é exposta à mercadoria perecível comercializada, por atacado e varejo, em bancas, tablados ou embalada em sacos.

Dentro do quarteirão do mercado, seu entorno é formado por lojas voltadas para as ruas, utilizadas para o estacionamento de veículos particulares em dias ordinários da semana, de segunda a sexta-feira. Contudo, nos dias extraordinários, aos sábados e principalmente os domingos, o uso da rua no entorno do mercado é transformado por um movimento de expansão das atividades comerciais do mercado e da feira-satélite. Assim como houve em outros mercados públicos ao longo da história do município, tais como o mercado de Carnes no início do século XX e o mercado José Teófilo Machado (Senhora Santana) na segunda metade do século XX, a instalação de um novo mercado é acompanhada pela formação de uma feira livre.

Nesse contexto, próximo ao mercado Pirajá orbita diariamente a feira do Feijão. O comércio da feira do Feijão e do mercado Pirajá possui um ritmo de funcionamento, ou seja, em cada período do dia há diferentes atividades, demandas e sujeitos. Conforme observaremos adiante, durante a noite as atividades do mercado e da feira-satélite começam nas madrugadas com a venda no formato atacado de mercadorias por “fornecedores-intermediários” ou produtores aos feirantes e comerciantes que reabastecem seus estoques. No período diurno o comércio é caracterizado pelo varejo, com a venda em pequenas quantidades de mercadorias aos fregueses e clientes.

2.1.3 Feira do Feijão em dias ordinários

No contexto atual, a feira-satélite do mercado Pirajá acontece na rua Cel. Fausto Guimarães, onde há o acesso leste ao mercado. Nos dias ordinários, de segunda a sexta-feira, a feira se estende ao longo do trecho delimitado pela rua Otávio Aires e pela avenida Presidente Castelo Branco, ocupando o quarteirão ao sul do mercado.

O trabalho na feira do Feijão é desempenhado por feirantes fixos e transitórios. Os feirantes fixos atuam regularmente e possuem um ponto na feira, enquanto os feirantes transitórios trabalham em mais de uma feira durante a semana, mas frequentam a feira do Feijão principalmente aos domingos. Os feirantes, fregueses, clientes e outros sujeitos que circulam pela feira são, como um conjunto, os atores responsáveis pelo funcionamento da feira livre.

Desta forma, as entrevistas e a observação etnográfica revelaram variações na intensidade de trabalho e na presença dos agentes que formam a feira livre. O ritmo semanal das feiras começa com segundas-feiras reduzidas. A presença de feirantes é tímida, pois a maioria reserva esse dia para descansar. Já nas terças-feiras, há o retorno gradual dos feirantes. Alguns começam a trabalhar de madrugada, enquanto outros chegam no início da manhã. À medida que os dias passam, o trabalho na feira se intensifica. O aumento de feirantes-transitórios e fregueses é notável, chegando a pé com seus carrinhos ou conduzindo veículos particulares, como carros e motocicletas.

O início do dia de trabalho na feira do Feijão e no mercado Pirajá acontece nas primeiras horas da madrugada. No primeiro momento, por volta das 2h, feirantes chegam e começam a trabalhar, o ritmo é acelerado com a montagem das barracas e organização da mercadoria para iniciar o atendimento dos primeiros fregueses, negociar com fornecedores ou produtores, interagir com outros feirantes, se alimentar, e outras atividades.

Diferentes de outros momentos da feira, na madrugada circulam vendedores-ambulantes que alimentam os trabalhadores da feira. Na rua Cel. Fausto Guimarães, próximo ao mercado, uma vendedora com seu carrinho adaptado fornecia café, bolos e salgados aos feirantes, seus principais fregueses, que partiam alimentados

enquanto a vendedora anotava a venda “fiada” na caderneta. Com o amanhecer, não é possível encontrar esses vendedores, pois partem para outra feira, região comercial ou retornam para suas residências quando a mercadoria acaba. O hábito de trabalho desses sujeitos é a caminhada (encontrei outra vendedora ambulante na feira Senhora Santana, quando entrevistava uma feirante que me ofereceu um chá para acompanhá-la, escolhi erva-cidreira, o mesmo que o dela).

Os caminhões de fornecedores e produtores são estacionados na rua Otávio Aires, onde antes havia as barracas fixas incorporadas pelo mercado na reforma de 2021 que será discutida neste capítulo. Na rua, vendedores negociam com clientes enquanto ajudantes descarregam caixas de mercadorias perecíveis. Estas incluem tomates, favas de feijão-de-corda e pequi, que os feirantes passam o período de trabalho descascando. Além disso, há hortaliças, pepinos, pimentas, pimentões, batatas, abacaxis, mandioca, uvas e outros.

O trabalho comercial realizado na feira é apoiado, em determinado grau, por uma lógica de funcionamento que demanda uma organização específica. Além do trabalho dos feirantes, outras modalidades de trabalho compõem a feira livre, tais como os carregadores de mercadoria. Na base dessa hierarquia de trabalho precarizado que sustenta a feira livre, há carregadores de mercadoria que iniciam e encerram o trabalho junto da feira. O trabalho é realizado por homens que conduzem carrinhos-de-mão carregados de mercadorias comercializadas em atacado por produtores ou fornecedores, levando a mercadoria dos pontos de venda para os veículos dos consumidores.

Considerando o contexto da feira livre, o trabalho dos carregadores é caracterizado pela precariedade, com condições de trabalho mais frágeis se comparadas às dos feirantes, por exemplo. O trabalho manual, dependente de força física para carregar o peso da mercadoria, está distante das normativas de segurança do trabalho, da proteção ou representação sindical. Esses trabalhadores da feira estão inseridos na lógica de vulnerabilidade e sobrevivência do trabalho considerado “bico”, ou seja, uma modalidade que não dispõe de registro ou qualquer tipo de estabilidade.

Figura 11 - Carregadores de mercadoria aguardando em seus instrumentos de trabalho



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

2.1.4 A Feira do Feijão no período noturno

O feirante Cícero comparece, em quase todos os dias da semana, nas madrugadas da feira do Feijão e no mercado Pirajá para repor suas mercadorias, vendidas em sua loja (estilo “box”) e banca no mercado Central. Ao chegar na feira às 3h10, encontro Cícero¹⁹ no ponto de encontro que ele tinha indicado, o “lixão” (Cícero, janeiro de 2024), que é uma área externa do mercado Pirajá, na esquina entre a rua Cel. Fausto Guimarães e a rua Otávio Aires, onde estão as caçambas, de coleta de material de construção, utilizadas para armazenamento dos resíduos produzidos pelo trabalho do mercado e da feira. Para quem conhece o espaço, o ponto de referência citado pelo feirante é rapidamente resgatado na memória por tratar-se de uma área importante pela sua função, pela localidade espacial próxima à feira, parte do mercado e pela condição física do espaço. Mesmo com a limpeza diária das vias públicas e troca de caçambas pelo poder público, nos dias de maior fluxo a área é contornada por bancas de feirantes que, junto aos fregueses, reclamam do cheiro e sujeira. Ao

¹⁹ Cícero, 50 anos, feirante-comerciante do mercado Central, residente de Juazeiro do Norte.

longo das visitas etnográficas, foi possível observar pessoas discutindo na procura por alimento para consumo em caixas no “lixão”, sacos ou montes em formato piramidal de material orgânico resultante do trabalho dos feirantes e permissionários do mercado.

Figura 12 - Área destinada a resíduos do trabalho na feira do Feijão e mercado Pirajá, após esvaziamento das caçambas



Fonte: Produzido pelo autor, 2023

Em uma noite de janeiro com fina garoa noturna, encontro Cícero com seu “carrinho-de-mão” carregado de mercadoria e conectado a sua motocicleta. O feirante comenta que realiza no mínimo duas “viagens” por dia com o carrinho cheio, naquele momento havia pimentas, tomates, mandioca, coentro e outros, seu carrinho estava carregado conforme a cuia utilizada como unidade de medida apresentada no capítulo anterior. O transporte das mercadorias adquiridas na feira do Feijão para o mercado Central pode ser contratado por 30 reais, porém o feirante prefere realizar o deslocamento. Ao ser questionado sobre a aquisição das mercadorias, Cícero apontou afirmativamente com a cabeça para o interior do mercado.

Ainda que os produtores visitem a feira nas madrugadas do Pirajá, a presença dos fornecedores-atravesadores é significativa e relevante para o comércio do local. Em linhas gerais, o trabalho do fornecedor, ou atravessador, é baseado na aquisição

da produção de produtores rurais de Juazeiro do Norte, de outros municípios do Cariri ou de outros estados, como Pernambuco e Bahia, para revender em grande e média escala, na modalidade atacado, para seus clientes-feirantes e comerciantes de Juazeiro do Norte e região. Como foi citado, os fornecedores são encontrados em seus veículos estacionados na rua, mas também no pátio central da área interna do mercado do Pirajá, onde atendem clientes esporádicos e fregueses, com quem a negociação é orientada pela intimidade e fidelidade baseada na construção temporal da relação entre os sujeitos.

Os entrevistados informaram que o mercado do Pirajá e a área comercial do seu entorno, representados pela feira do Feijão e os imóveis comerciais, são considerados o principal centro de abastecimento do município e região. Contudo, na gestão do governador Cid Gomes (2007-2014), representado pelo Secretário das Cidades, Camilo Santana, houve a inauguração do CEASA Cariri em Barbalha em 2012, um município que compõe a região metropolitana CRAJUBAR. A obra conduzida pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e a instituição CEASA-Ceará custou aproximadamente 11 milhões (Secretário das cidades..., 2012). A principal função do novo CEASA era garantir o abastecimento da região por meio da concentração espacial de produtores e comerciantes, com acesso facilitado e distante do centro urbano do principal município do Cariri cearense; localizado na rodovia CE-060 e próximo ao limite entre os municípios de Juazeiro do Norte e Barbalha. Três anos após sua inauguração, para os analistas estaduais do CEASA-Ceará, o espaço tinha alcançado a estimativa comercial esperada, tornando-se um mercado abastecedor da Região Metropolitana, formada por municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha e outras cidades da região, e de outros estados (Ceasa Cariri..., 2015).

Porém, para os feirantes entrevistados que residem em Juazeiro do Norte, o local onde o CEASA funciona é distante, por isso, frequentar o CEASA aumentaria o custo de transporte. Outros fatores como preço da mercadoria, disponibilidade de tempo e ausência de veículo próprio somam-se à argumentação dos entrevistados.

Tudo é comprado no mercado do Pirajá, centro de abastecimento. Tem o CEASA, mas fica muito longe e os preços também são mais fora do normal do preço daqui. Sempre compro aqui, porque é mais próximo aqui. Quem tem carro, veículo próprio, e tempo vai lá no CEASA, é legal lá também, já comprei lá, mas não gostei muito por conta de perder muito tempo. (Cícero, janeiro de 2024)

Segundo os entrevistados, são as grandes redes de supermercado os principais clientes do CEASA que realizam compras em grande volume que contribuem para melhores preços (Meire, janeiro de 2023²⁰; Cícero, janeiro de 2024). Os feirantes-comerciantes entrevistados, que não frequentam o CEASA Cariri, são os que adquirem a mercadoria no Pirajá ou direto com o produtor como, por exemplo, a feirante Inês²¹ que compra feijão em Brejo Santo-CE, a Quitéria²² com os cultivadores de Granito-PE e Manoel²³ feirante da Senhora Santana, com fornecedores de frutas e aves em Missão Velha-CE.

Por fim, o argumento dos feirantes que justifica a importância do centro comercial de abastecimento do Pirajá é o costume, baseado no hábito construído, em alguns casos, pelas famílias dos feirantes e nas relações de fidelidade com os comerciantes (fornecedores e produtores); além do local atender outras demandas da vida cotidiana por meio da concentração comercial. Com o avanço das décadas, houve o desenvolvimento do hábito que sustenta a cultura popular dos feirantes e, a justificativa para o desinteresse em frequentar o CEASA Cariri.

2.1.5 Feira do Feijão diurna

Antes de amanhecer chega à feira do feijão os últimos feirantes-fixos, aqueles que trabalham regularmente na mesma feira, montam suas bancas ou barracas em pontos regulares. Como um conjunto, nesse contexto a feira é formada pela presença em média de quarenta feirantes, considerando a possibilidade de variabilidade. Comparado às horas iniciais, no período matutino ocorrem mudanças no ritmo da feira com o aumento de feirantes e crescimento na frequência de fregueses preocupados em adquirir mercadorias frescas.

Com a banca montada e a mercadoria exposta, o momento é de vendas. Como em outras feiras (Carvalho, 2019), o comércio possui um ritmo que intensificava gradualmente e após determinado horário ocorre seu declínio, finalizando com a “xepa”, uma prática comercial em que os feirantes diminuem o preço da mercadoria

²⁰ Meire, 47 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte.

²¹ Inês, 56 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte.

²² Quitéria, 52 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte.

²³ Manoel, 45 anos, feirante da feira Senhora Santana, residente em Juazeiro do Norte.

perecível com o objetivo de vender integralmente a mercadoria, pois, a sobra representa prejuízo.

Diferente da noite quando os cheiros presentes na feira são lavados pelo frescor e umidade do ar, no período matutino os aromas da feira se intensificam com o calor da estrela nordestina. Com o passar das horas, o cheiro das frutas se sobressai, como o pequi, fruta do cerrado brasileiro, descascada nas barracas pelos feirantes com suas facas para a extração da polpa utilizada em receitas doces e salgadas. A polpa, esferas amarelas da metade do volume da fruta, é reunida em sacos transparentes ou exposta em pequenas bacias de plásticos para escolha do freguês. Ao longo da feira do Feijão é possível identificar as pirâmides de cascas de pequi que se formam entre as barracas. O destaque ao pequi nas observações etnográficas está relacionado ao período das viagens de campo, que ocorreram nos primeiros meses do ano, no verão, época favorável para a produção da fruta.

Na extremidade sul da feira do Feijão, próximo ao cruzamento da rua Cel. Fausto Guimarães com a avenida Pres. Castelo Branco, há as bancas e barracas que vendem ervas aromáticas, com destaque à quantidade de coentro comercializada. As feiras de Juazeiro do Norte confirmam o tempero mais utilizado pela população regional. O coentro, enquanto erva aromática da família *Apiaceae*, é utilizado como tempero na culinária popular nordestina e nortista, presente nos acarajés, nos pratos baianos festivos como as moquecas de peixes e frutos-do-mar, na alimentação sertaneja com pratos de miúdos de carnes ou no tempero do feijão de fava (Cascudo, 2015). Na feira do Feijão, o coentro é vendido fresco como grandes e médios buques, as ramas reunidas com uma fita de plástico são compradas por consumidores e comerciantes que trabalham com alimentação.

O comércio de carne ocorre na feira do Feijão de forma semelhante a outros pontos comerciais, tais como os mercados públicos da cidade. Na feira havia somente uma barraca de comércio da proteína animal que funcionava de quarta-feira a domingo, podendo apresentar alguma variação. O açougueiro da feira explicou que adquiria sua mercadoria no matadouro, onde trabalhou anteriormente. Na barraca são expostas verticalmente as peças de carne sobre o balcão, na lateral da barraca o feirante utilizava a balança, a máquina de corte e um ventilador pequeno direcionado à mercadoria fresca, como uma tentativa de espantar os insetos que se aproximam naturalmente. Aos domingos, concomitante ao feirante-fixo de carnes, é possível

encontrar feirantes-transitórios vendendo peixes em pontos diferentes na rua Cel. Fausto Guimaraes, com estrutura simples, um guarda-sol, isopor com gelo onde armazenam a proteína animal e o instrumento de descamar.

Figura 13 - Feirante-transitória no primeiro plano, barraca de carnes no segundo plano



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

O caráter público da feira livre, enquanto espaço moderno aberto com acesso democrático, é responsável por aproximar o fenômeno urbano às potencialidades e fragilidades que acompanham a história da sociedade urbana brasileira. Nesse contexto, mesmo com a espontaneidade e receptividades pública da feira livre para o campo popular, o fenômeno social, enquanto espaço conveniente a livre espontaneidade social (Carvalho, 2019), demonstra as fragilidades da vida democrática nos espaços urbanos ao considerarmos, por exemplo, da presença do trabalho precário e a vulnerabilidade da figura dos sujeitos que habitam às ruas de Juazeiro do Norte.

Nesta pesquisa, como em outros espaços públicos, a vulnerabilidade da sociedade urbana pode ser representada pelos sujeitos marginalizados, que residem e circulam na feira livre e no entorno da região comercial. A figura do pedinte e de

peessoas sob efeitos de substâncias entorpecentes, tal como a bebida alcoólica, permeia o cotidiano da feira livre. O caráter público, o comércio de valores acessíveis à classe popular e a possibilidade de trabalho (ou de realizar “bicos”) são características do funcionamento que tornam a feira receptiva aos marginalizados pelo projeto da cidade moderna. A possibilidade de desenvolvimento de relações sociais baseadas na solidariedade, ainda que mínima em alguns casos, é fundamentada na alteridade da precariedade, no entendimento das dificuldades e limitações de si e do outro a partir do reconhecimento do seu lugar na sociedade. Desta forma, o desenvolvimento de relações sociais é característico das feiras livres, como foi possível observar nas interações, conversas, desentendimentos leves e intensos, flertes e paquera, ajuda e rechaço.

Nos períodos do dia que ocorre a feira do Feijão não há a transformação integral do uso da rua. As atividades da feira ocorrem junto à circulação de motocicletas conduzidas com velocidade reduzida. Em dias ordinários os condutores reduzem a velocidade quando estão na feira, direcionam-se direto para uma banca, realizam suas compras e partem desviando das pessoas. Segundo os feirantes, os clientes e fregueses que chegam na feira de motocicletas não residem na região, são moradores de outros bairros do município, o que demonstra a relevância comercial da área. Contudo, quando a feira possui fluxo intenso de pessoas na rua, as motocicletas aparecem com menor frequência e quando são vistas estão sendo conduzidas lentamente pelo condutor sobre o veículo, quase que com as pontas dos pés. Ao longo da pesquisa de campo, não foram observadas a utilização de sinalização necessária para o fechamento temporário da rua, tampouco agentes públicos para auxiliar no trânsito da região.

Figura 14 - Veículos que transitam na feira do Feijão



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Desta forma, a feira do Feijão nos dias ordinários apresenta uma lógica de funcionamento que é intensificada e tensionada gradualmente ao longo dos dias da semana. O comércio reduzido às segundas-feiras é ampliado com o retorno dos feirantes-fixos, produtores e comerciantes, e com o hábito dos consumidores de realizar as compras de acordo com o surgimento das necessidades cotidianas.

2.1.6 Dias extraordinários, as feiras-satélites do Pirajá aos domingos

Aos domingos, o comércio se amplia na região do mercado do Pirajá. Além da feira do Feijão que se desdobra por outros quarteirões na rua Cel. Fausto Guimarães e o funcionamento das lojas na região em horário atípico, há o comércio popular de roupas na avenida Ailton Gomes, próximo ao mercado. No sentido norte-sul, ao lado oposto do mercado e no início do canteiro central comercial da avenida, existe o comércio de roupas usadas expostas sobre lonas nas calçadas e dispostas em cabides nos portões de onde operam uma escola municipal de educação infantil Izabel da Luz. Como uma feira-brecho-livre, durante a viagem de campo de 2022 foi possível

observar as roupas expostas em montes sobre a lona na calçada da escola. Ao caminhar pelo brechó livre no sentido norte, atravessando a rua Jacinto Rocha, há a praça Gregório Callou onde, aos domingos, é dominada pelo comércio de roupas, calçados e outras mercadorias que poderiam ser encontradas em um bazar beneficente. Na praça as pessoas escolhem as peças, o “provador” é em via pública onde se compara o tamanho das roupas medindo-as sobre os corpos. A criança corre entre os bancos da praça para alcançar sua família, leva consigo um cabide com um vestido colorido tremulando com os passos rápidos, alcança a senhora para quem entrega o vestido e questiona, “ficou bonito?”. Como nas feiras livres, mulheres, homens e crianças socializam nesse contexto comercial, na praça conversam sentados em bancos e nas sombras quentes de árvores realizam trocas sociais, culturais e políticas em um contexto onde compartilham do interesse comercial em comum.

A feira do Feijão reconfigura a região do entorno do mercado Pirajá aos domingos. O aumento no número de trabalhadores que atuam como fornecedor-atravessador, produtor, feirante-fixo e transitório é relevante. Nesse contexto, destaca-se a presença do feirante-transitório, que trabalha em outras feiras durante a semana e aos domingos comparece no maior ponto de comércio popular da região. A observação participante que realizei nas feiras de Juazeiro do Norte permitiu que eu identificasse, por exemplo, o feirante-comerciante de queijos que trabalhava na feira Santa Luzia de quarta e sábado, aos domingos podiam ser encontrados entre as bancas de roupa no lado norte da rua Cel. Fausto Guimarães na feira do Feijão. O feirante-transitório-comerciante Arnaldo trabalha com frutas na feira Santa Luzia, aos domingos trabalha na feira do Feijão na rua Otávio Aires próximo ao acesso sul do mercado Pirajá, segundo o feirante (Arnaldo, janeiro de 2024), “de domingo a feira é boa, só é mais fraco na semana, mas as freguesas são boas”.

É visível a ampliação da dimensão física da feira, que contorna o lado norte do mercado pela rua Ver. José Rodrigues Soares, com o comércio de roupas “importadas”, peças falsificadas de grandes marcas internacionais adquiridas em Fortaleza, segundo os entrevistados; e o lado leste do mercado, entendendo-se pela rua Cel. Fausto Guimarães, com a venda de produtos de necessidade doméstica, utensílios de cozinha (panelas, facas, talheres, potes), roupas expostas em

manequins, produtos de limpeza (amaciante de roupa e desinfetante), brinquedos, bijuterias e relógios, animais (galinhas e seus filhotes, peixe).

Figura 15 - Feira do Feijão ao domingo na rua Cel. Fausto Guimarães (sentido sul-norte)



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Após o cruzamento com a rua Otávio Aires, o comércio é realizado majoritariamente com mercadoria alimentar perecível, com a criação de uma terceira fileira de feirantes no centro da rua (em relação à feira nos dias ordinários). Desta forma, a área central da feira do Feijão aos domingos, considerando a concentração de feirantes e fregueses, é composta por três fileiras de feirantes que trabalham sob a sombra de guarda-sóis coloridos, separados por dois corredores por onde circulam fregueses caminhando ou em motocicletas e bicicletas.

Figura 16 - Feira do Feijão ao domingo, guarda-sóis coloridos e fluxo de consumidores



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

O fluxo de fregueses é intenso e chama atenção ao compararmos com os dias ordinários, a caminhada pela feira é lenta e pausada. Os sons da feira se combinam, feirantes exclamam a qualidade e valores de suas mercadorias, conversas e gritos, veículos estacionam no entorno da feira e por meio de caixas de autofalantes expõe produtos medicinais e pedidos de ajuda financeira para pessoas com enfermidades.

Aos finais de semana, principalmente aos domingos, é possível observar o pedido de ajuda em dinheiro de pessoas com problemas graves de saúde. A mendicância é realizada em carros com autofalantes externos que estacionam próximos aos acessos à feira do Feijão, como no caso do carro que reproduzia em alto volume a voz da senhora relatando sua história e condição de saúde fragilizado. Com um tumor no rosto que poderia ser observado in loco, a voz gravada convidava as pessoas a se aproximarem e conferirem o estado de saúde da senhora que aguardava no assento do passageiro. O segundo exemplo é o carro que narrava o caso de um senhor com hérnia no abdômen e pedia ajuda para realizar o tratamento,

uma cirurgia no valor de oito mil reais, na lateral do carro havia um pôster com a imagem do senhor segurando uma “massa” a frente do corpo.

A importância comercial da feira de domingo atrai participações musicais de artistas locais e o trabalho de venda de produtos musicais. Próximo à área do coentro, o feirante-transitório, com seu carrinho adaptado para tocar CDs, vendia mídias musicais ao som de músicas do Jota Quest e Kid Abelha. Com aproximação do cliente ou outros sujeitos o feirante abaixa o volume da música para ouvir e conversar ou aumenta o volume quando a aproximação é indesejada. A segunda presença musical era uma dupla de cantores da cidade que, interagindo com as pessoas, dublavam músicas autorais ou grandes sucessos da música industrial popular da década de 1990 e 2000; avistei a dupla próxima ao centro da feira, na área das caçambas de lixo, o único lugar no centro da feira do Feijão onde havia um pequeno espaço para trabalhar.

A feira livre do Feijão, satélite do mercado Pirajá, é ampliada ao longo dos dias ordinários, como um pulso que estende os limites e avança sobre a rua Cel. Fausto Guimarães. A feira participa e contribui para a importância comercial da região do mercado, transformando a área aos domingos com a presença do comércio popular nas ruas que contornam o mercado, desdobrando-se para ruas perpendiculares, para as esquinas da avenida Ailton Gomes onde imóveis comerciais funcionam em horário atípico. Por fim, o encerramento das atividades no domingo é seguido pelas atividades tímidas da segunda-feira, iniciando novamente seu ciclo de expansão semanal.

2.1.7 Obras e reformas da feira do Feijão, a intervenção pública na rua Otávio Aires

Na primeira viagem de campo em 2022 foi observado o funcionamento do mercado e, principalmente, da feira que acontecia no seu entorno, localizada na rua Otávio Aires (ao sul do mercado) com bancas fixas e na rua Cel. Fausto Guimarães com a montagem de barracas por feirantes. Esta parte da feira do Feijão foi eliminada, como veremos a seguir.

Em 2022, no trecho da rua Otávio Aires, onde há o acesso sul do mercado (limitado pela avenida Ailton Gomes e rua Cel. Fausto Guimarães), havia

aproximadamente 30 bancas fixas instaladas em dois corredores: o corredor norte em contato com o mercado e o corredor sul sobre a calçada (no lado oposto ao mercado). As bancas de madeira pintadas de verde com teto de lonas eram separadas pela área livre da rua, que não era limitada ao trânsito de veículos que circulavam pela rua ou eram estacionados próximos às barracas.

A feirante Quitéria trabalhava nas barracas fixas (fevereiro de 2022) e relatou sua relação com a feira e a cidade. Ainda jovem migrou para a cidade, pois “Juazeiro do Norte é muito boa para trabalho”. Nesse contexto, a feira surgiu para entrevistada como “oportunidade de trabalho”. Com o passar do tempo, seu marido se tornou “queijeiro” (feirante-comerciante de queijos produzidos no sertão de Pernambuco). Atualmente, após o falecimento do marido, a feirante adquire suas mercadorias de produtores em Granito-PE, onde visita semanalmente para reposição do seu estoque. Quanto à história da feira-satélite, Quitéria menciona que, apesar de trabalhar no mesmo local desde que começou, ocorreram algumas alterações.

Nunca fui mudada da banca, mas agora vai mudar. O que manda fez a reunião com a gente. A prefeitura fez reuniões e decidiu que aqui [rua Otávio Aires] vai ficar só estacionamento “zona azul”. Vai mudar muitas coisas, o planejamento é de colocar todo mundo pra dentro do mercado. Antes eu não queria muito, mas tem que aceitar. Quase ninguém gostaria que mudasse, avisaram a mudança, não teve negociação nem conversa. (Quitéria, fevereiro de 2022)

Como última parte de um projeto de remoção da feira livre na rua Otávio Aires, a reforma citada por Quitéria foi coordenada pela Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos (SEMASP) e inaugurada em 20 de março de 2022 na gestão do prefeito Gledson Bezerra (2021-2024, Podemos).

Em 2012, o mesmo trecho da via pública era ocupado integralmente por barracas e bancas de feirantes, como uma extensão do mercado do Pirajá. A Figura 17 ilustra a estrutura física da feira que foi atualizada por meio de ações do poder público com o objetivo de liberar a rua para a circulação de automóveis e para o uso como estacionamento. Como a área comercial do canteiro central, a origem dessa parte da feira estava relacionada ao passado, quando a feira do Feijão ocorria na avenida Ailton Gomes na virada do século XX para o XXI, como foi relatado pelos feirantes.

Figura 17 - Feira livre do Feijão na rua Otávio Aires em 2012 (sentido leste-oeste)



Fonte: Google StreetView, 2012.

Figura 18 – Feira livre do Feijão na rua Otávio Aires em 2022 (sentido leste-oeste)



Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

Em dez anos, segundo as imagens, é possível verificar as mudanças que participaram do processo de reforma da feira do Feijão como, por exemplo, a

desocupação dos feirantes na área central da rua para desbloquear a via pública para circulação de veículos. Contudo, a última obra realizada foi responsável por liberar a rua para o uso de estacionamento, justificada pelo poder público como demanda dos fregueses que utilizavam irregularmente as ruas do entorno para o estacionamento dos veículos particulares.

Figura 19 - Rua Otávio Aires em 2023 (sentido oeste-leste)



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Figura 20 – Rua Otávio Aires em 2023 (sentido oeste-leste)



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

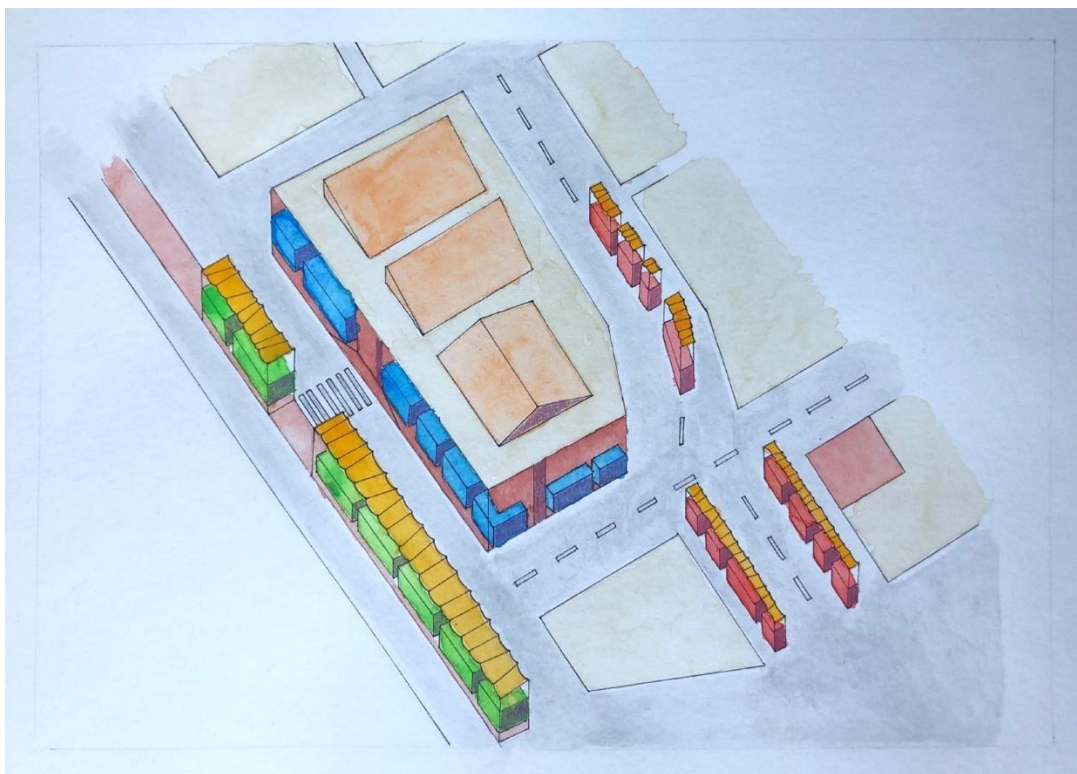
Segundo o poder público, 64 feirantes que compunham a feira do Feijão na rua Otávio Aires foram integrados pelo Mercado do Pirajá (Prefeitura inaugura..., 2022). As barracas foram desmontadas e novas bancas de alvenaria e azulejadas foram construídas à margem sul do mercado. Concomitante à incorporação dos feirantes ao mercado, houve a recuperação asfáltica, reforma da iluminação e ampliação da utilização da via para circulação e estacionamento de veículos como, por exemplo, carros, motocicletas, caminhões de fornecedores ou produtores que estacionam às madrugadas e outros trabalhadores que compõe a feira.

Atualmente, é possível inferir que a retirada da feira do Feijão no trecho da rua Otávio Aires, mesmo com a incorporação dos trabalhadores pelo mercado Pirajá, reforçou a presença dos feirantes onde hoje acontece a feira do Feijão, localizada na rua Cel. Fausto Guimarães e distante da avenida Ailton Gomes.

2.1.8 A reforma gradual do pátio ocioso

No início dos anos 2000, na esquina entre as ruas Cel. Fausto Guimarães e Otávio Aires havia a unidade básica de saúde, o “posto” Mauro Malzoni que atendia a população do bairro Pirajá, a área destacada na Figura 21 (atrás das barracas vermelhas). O imóvel onde funcionou o “posto” de saúde foi demolido e a finalização das obras públicas resultou em um terreno aberto nivelado que, devido sua localização, foi gradualmente incorporado pelo comércio da feira.

Figura 21 – Desenho em aquarela representando a planta atual da área comercial do Pirajá, com o canteiro central representado pelas bancas verdes, o mercado com bancas azuis, a feira do Feijão com bancas vermelhas e o pátio ocioso à direita em destaque



Fonte: Produzido pelo autor, 2024.

Segundo a Figura 22 é possível identificar que em 2011 restava somente o muro do “Centro de Saúde”, o terreno aberto e restos das obras. Em 2017, havia a ausência do muro, a construção de lojas-box de alvenaria a oeste do terreno e a

utilização da área livre do terreno para estacionamento de caminhões e de carros durante os períodos de feira.

Figura 22 - Área do antigo “posto” Mauro Malzoni em 2012



Fonte: Google Streetview, 2012.

Atualmente, a última reforma registrada foi observada em sua fase final na primeira viagem de campo em 2022. Os feirantes comentaram que era uma obra estadual, contudo, nos últimos dias de janeiro, funcionários e sinalização indicavam atividade do poder municipal. Em linhas gerais, a obra consistiu na pavimentação de parte do pátio e na instalação de rede elétrica, com postes de iluminação pública no interior do terreno (Figura 23).

Figura 23 – Obras do pátio ocioso em 2022



Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

O objetivo da demolição do “posto” de saúde e a nivelação do terreno à margem da feira do Feijão foi disponibilizar nova área para o comércio local. Porém, as informações coletadas com os entrevistados são desencontradas, o que não possibilita indicar o objetivo específico para as obras. Para o feirante Maciel (jan. 2023)²⁴, “Eles queriam tirar nós daqui pra botar nós nesse canto aí, mas não tiraram e a gente fica na rua”, quando questionado sobre a finalização da obra o feirante comenta, “abandonaram, não sei porque não terminaram”. A feirante Inês, expõe comentários específicos, que “ouviu na feira”, que justificam o interesse em deslocarem os feirantes para o terreno citado.

Estão falando que estão ajeitando esse piso aí, para botar a gente aí para dentro para desocupar as ruas, para deixar vago, dizem que a rua é para estacionamento, para sair do meio da rua, para não ter acidente. [Houve acidentes recentemente?] Não. Eles querem tirar o povo da rua para por ali para dentro [do terreno], mas eu acho que na rua seja melhor, mais central, fica mais central e já estamos acostumados a trabalhar aqui. (Maciel, jan. 2023)

²⁴ Maciel, 39 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte

Contudo, para o feirante Cícero (jan. 2023)²⁵, a intenção é utilizar o espaço para estacionamento de veículos, enquanto os feirantes permaneceriam montando e desmontando a feira do Feijão na rua Cel. Fausto Guimarães.

Figura 24 - Obras do pátio ocioso em 2022



Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

²⁵ Cícero, 35 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte.

Figura 25 – Imagem do pátio ocioso a partir da rua Cel. Fausto Guimarães em 2023



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Em 2024, a área do terreno, semelhante a um pátio após as obras de 2022, estava abandonada. Foi possível distinguir tentativas de manutenção e limpeza do lugar que era usado para depositar os resíduos produzidos pela feira, a calçada do entorno tinha sido limpa parcialmente com a retirada dos resíduos que foram removidos para o centro do pátio, formando um relevo de entulho, como se tivessem “arrastado” a “sujeira” das bordas para o centro. Ao fundo do pátio, próximo ao lado norte e distante das ruas, havia uma “tenda” com as laterais e o teto fechadas com lona, como um banheiro para as pessoas que residem na rua. Próximo ao “banheiro”, no canto interior do terreno havia um grupo de cinco pessoas sentadas, camuflados pela precariedade; próximo deles havia um homem que urinava em pé de costas para a feira.

2.2 Feira Senhora Santana e mercado José Teófilo Machado

O mercado José Teófilo Machado, conhecido popularmente como o mercado Senhora Santana, está localizado na rua Leão XIII, número 118. Contudo, o edifício que hoje abriga o mercado JTM, inaugurado no início da década de 1970 no bairro Salesianos, era conhecido como uma unidade de cultura popular onde artistas e artesãos populares trabalhavam com xilogravura, escultura, pintura, fotografia e outras expressões artísticas, “uma espécie de museu e ateliê” (Renato, maio 2023).

O mercado Central, construído na década de 1930 no bairro central como parte do projeto de urbanização introduzido pelo Padre Cícero, sofreu um grande incêndio em 1974 que danificou a estrutura do edifício. Nesse contexto, a necessidade de realocar os comerciantes do mercado Central foi atendida com a instalação dos trabalhadores no prédio inaugurado no bairro Salesianos poucos anos antes. O espaço destinado à cultura popular foi reduzido e eliminado gradativamente com o avanço da nova função social do espaço baseada no comércio de alimentos e de necessidades cotidianas. Mesmo com a finalização da reforma do mercado Central, os comerciantes não retornaram e permaneceram no “novo” mercado público, que passou por “um novo disciplinamento com a geração de um adensamento ao redor que gerou a feira permanente” (Ibid.).

Figura 26 – Registro fotográfico do mercado Central após incêndio na década de 1970



Fonte: Arquivo de Renato Casimiro (2023)

A atualização da função social do espaço foi fomentada pelo avanço das atividades do comércio popular, transformando o espaço em um novo mercado público e eliminado o trabalho popular artístico e cultural que era realizado.

Desta forma, a história da formação da “feira permanente” no entorno do mercado JTM é similar à formação da feira do Feijão no mercado Pirajá. A origem histórica das feiras-satélites está relacionada ao processo de concentração de comerciantes no entorno dos mercados públicos. As feiras livres, formadas na órbita dos mercados, participam da história e desenvolvimento urbano de Juazeiro do Norte. Portanto, feira livre e mercado público se tornam complementares em relação à sua relevância para a cidade.

2.2.1 O de cima sobe e o de baixo desce, relação entre mercado JTM e feira livre

Atualmente, o mercado público José Teófilo Machado, a feira-satélite, o prédio comercial e o estacionamento desativado construído no começo da década de 2010,

formam uma área equivalente a um quarteirão (Figura 27). A localização do quarteirão do comércio popular na principal via do bairro Salesianos, Rua São Pedro, influenciou na formação de uma área comercial que se tornou extensão do centro tradicional.

A história desses espaços nos últimos 25 anos, com destaque ao mercado JTM e sua feira-satélite, apresenta particularidades na relação entre diferentes temporalidades que formam o cotidiano da vida urbana (Martins, 1986). Desta forma, por meio da pesquisa sobre o cotidiano e transformações da feira Senhora Santana foi possível identificar a história do crescimento urbano na cidade média do interior do Nordeste, o sentido político de diferentes gestões urbanas (pública e privada) e as transformações da região comercial por meio da atualização neoliberal do mercado imobiliário.

Especialmente, abaixo do nível do mercado, a calçada à oeste do quarteirão foi cotidianamente ocupada formando uma feira que expandiu em direção à rua Senhora Santana. Segundo a feirante Maria (jan. 2024), que trabalha na feira “desde que se entende por gente, a feira sempre foi aqui no meio dessa rua, lá dentro eram as carnes e roupas, aqui [referindo à área externa] foi as frutas, aqui fora, mas minha vó tinha ponto lá dentro de caldo” (Maria, jan. 2024).

A distinção espaço-social, no formato de segregação, está presente, segundo a feirante Maria²⁶, em dois segmentos que caracterizam a relação entre feira e o mercado JTM, primeiro sobre a posição do mercado (interno, privado, protegido, acima) e da feira (externa, público, exposta, abaixo), segundo, no tipo de mercadoria comercializada.

²⁶ Maria, 49 anos, feirante da feira Senhora Santana, residente em Juazeiro do Norte (área rural).

Figura 27 – Escadaria do mercado JTM e feira Senhora Santana



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Na contemporaneidade, a lógica de funcionamento do mercado público e da feira permanece com pouca variação. No mercado, permanece o comércio de roupas em boxes localizados a leste do interior do mercado com acesso à rua São Pedro, importante via urbana que conecta o norte e o sul do município; a oeste, no limite com a área externa onde a feira acontece, há os açougueiros instalados em bancas, mas diferentes dos boxes, esses são pequenos cômodos cercados de alvenaria com uma superfície azulejada, sem teto, com um balcão onde realizam os cortes e a exposição das peças de frangos, porcos e carne bovina. Devido à variação topográfica do terreno, os portões do lado oeste do mercado possuem escadarias de acesso. A calçada oeste e o trecho da rua Senhora Santana (limitado pela rua Leão XIII, lado sul do mercado, e rua Pio X, lado norte do mercado), se tornaram o cenário da feira-satélite que foi, e continua sendo sustentada majoritariamente pela atividade comercial de mercadorias perecíveis, um estilo comercial caracterizado pela imprevisibilidade e risco devido, principalmente, à ausência de condições necessárias para o armazenamento da mercadoria (Carvalho, 2019).

Figura 28 – Imagem horizontal da área comercial, com destaque central ao quarteirão do mercado JTM e feira Senhora Santana



Fonte: Google Maps, 2024.

2.2.2 O cotidiano da feira Senhora Santana

A feira é formada por três corredores de bancas de cor verde com separação e limitação frontal de alvenaria, preenchida com placas de madeira e com teto do tipo “eternit”. O corredor principal é o maior, com as bancas voltadas para rua Sra. Santana possui comprimento de aproximadamente 100 metros e ocupa integralmente o lado oeste do quarteirão. A separação das bancas com a rua é um calçamento de cerca de sessenta centímetros de largura, onde os fregueses se posicionam para fazer suas compras, equilibrando-se no “meio-fio”, segurando sacolas, conduzindo motocicletas ou automóveis (alguns fregueses compram de dentro dos seus carros, param ao lado da banca e seguem o sentido único da rua). Os outros dois corredores de bancas estão ao fundo do espaço, atrás do principal e possuem uma área reduzida localizada entre o lado norte do mercado e a rua Pio X. Os corredores de bancas são intercalados por espaços de circulação de fregueses e transeuntes.

Figura 29 - Feira Senhora Santana, com destaque ao corredor principal voltado à rua Senhora Santana e o mercado JTM ao fundo



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Com a observação participante foi possível calcular aproximadamente quarenta bancas, nas quais homens e mulheres trabalham solitários ou em grupos familiares, como foi possível observar, por exemplo, nas bancas em que mulheres exercem múltiplas funções, intercalando o trabalho de feirante com o trabalho de cuidado com as crianças que descansavam sobre os tabuleiros vazios da banca vizinha, assistindo vídeos no celular e estapeando as pernas para afastar moscas indesejadas.

O trabalho na feira Senhora Santana, diferente da feira do Feijão, é realizado majoritariamente por feirantes-fixos com a presença mínima de feirantes-transitórios, mesmo aos finais de semana. As bancas separadas por pequenos muros de alvenaria são fixas, o que limita a expansão da feira com a presença dos feirantes-transitórios ou de novos feirantes-fixos.

Como ocorrem nas feiras, o início está relacionado à chegada dos feirantes, em dias ordinários entre 6h e 7h da manhã e encerramento das atividades por volta da “hora do almoço”. De segunda a sexta-feira, o freguês vespertino encontrará poucas bancas abertas. Contudo, Eliana faz parte do pequeno grupo de feirantes que

trabalham em horário diferente, a feirante chega por volta das “8h, 8h30” e encerra seu horário junto ao horário comercial, explica que o fechamento das bancas no início da tarde contribui para suas vendas no período vespertino, quando “o pessoal está saindo do trabalho”, e justifica seu horário, “em casa não faço nada, prefiro ficar trabalhando aqui” (Eliana, jan. 2024)²⁷.

Aos finais de semana a feira Senhora Santana acompanha o horário comercial do mercado JTM e do centro urbano. Nesse contexto, aos sábados e domingos a feira inicia entre 5h e 6h, no sábado ela pode se estender concomitante ao horário comercial e encerrar as atividades no final da tarde, aos domingos a feira finaliza às 13h.

A rotina de trabalho é movimentada, demanda atenção e agilidade. Como um caso comum, baseado nos hábitos predominantes da rotina de trabalho dos feirantes entrevistados, o feirante realiza diferentes atividades ao longo do dia de trabalho. Antes de chegar à feira há o preparo da mercadoria, organizando em suas residências ou comprando com fornecedores, ou produtores. A chegada à feira é seguida pela montagem da banca com a limpeza do espaço, separação e distribuição da mercadoria sobre o tabuleiro, instalação da balança e equipamentos de trabalho como, por exemplo, a caixa de dinheiro, caderno de anotações e sacolas plásticas.

Com o início das vendas, os feirantes atendem clientes esporádicos e os fregueses que são consumidores “fixos”, que permanecem comprando com o mesmo feirante com quem nutrem uma relação de intimidade em diferentes graus de simpatia. “Chega uma pessoa, chega outra, ó tem gente que chega aqui, as vezes vem um senhor da idade, daí eu digo, diga jovem, o que o senhor quer? As vezes ele vai até ali e volta, diz assim, “eu vou comprar com a senhora só porque me chamou de jovem”. Eu digo, ooo glória.(Ibid.). As interações e relações sociais com os fregueses são intercaladas por conversas com outros feirantes e pessoas que trabalham na área como, por exemplo, os permissionários do mercado JTM e os vendedores-ambulantes de doces, bolos, cafés e chás. Ao longo do dia de trabalho, surgem acontecimentos que demandam atenção do feirante como, por exemplo, a reposição de mercadoria, garantir o “troco” para os consumidores, problemas diversos da estrutura da banca, da qualidade da mercadoria, demandas externas ou pessoais.

²⁷ Eliana, 49 anos, feirante da feira Senhora Santana, residente em Juazeiro do Norte.

Enquanto atendem, os feirantes estão atentos à mercadoria, reparando no que pode ser reposto. Em intervalos curtos, na ausência de fregueses há o preparo e reposição da banca, com a organização da exposição da mercadoria em diferentes segmentos, de forma a ressaltar seu frescor. Contudo, há as particularidades de alguns feirantes no preparo de suas mercadorias, como Eliane que antes de iniciar a entrevista preparava o “arrumadinho”, uma porção de mercadoria da sua banca armazenada em pequenos sacos plásticos contendo “meio maço de alface, limão, tomate, pimenta e coentro” (Ibid.).

As bancas dos feirantes-comerciantes são caracterizadas pelas cores. A abundância, em quantidade e variedade, revela que o feirante comercializa mercadorias adquiridas majoritariamente com fornecedores ou produtores na área comercial do mercado Pirajá (Figura 29). A feirante Maria (fev. 2023) explica que frequenta o mercado três vezes por semana para comprar as frutas que serão revendidas em sua banca, o feirante Naldo²⁸ adquire mandioca e batata-doce no Pirajá, Marli e Branca²⁹ vão todos os dias no mercado Pirajá e na feira do Feijão para reabastecer suas bancas. Contudo, há feirantes da Senhora Santana que adquirem as mercadorias nas cidades da região com produtores rurais, como Manoel³⁰ que obtém as frutas e aves (galinhas vivas) na cidade de Missão Velha, sem precisar negociar com o fornecedor ou atravessador. Para um número menor de feirantes, há a possibilidade de adquirir as mercadorias com fornecedores e produtores que vão à feira Senhora Santana, onde negociam com os feirantes-comerciantes.

²⁸ Naldo, 52 anos, feirante da Senhora Santana, residente em Juazeiro do Norte.

²⁹ Branca, 46 anos, feirante da Senhora Santana, residente em Juazeiro do Norte.

³⁰ Manoel, 45 anos, feirante da Senhora Santana, residente em Juazeiro do Norte.

Figura 30 - Vista interna da feira Senhora Santana e feirantes-comerciantes com as bancas coloridas



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

2.2.3 A gestão terceirizada, os investimentos imobiliários e a urbanização privatizada no mercado JTM e na feira Senhora Santana

A administração pública no mandato do prefeito Manoel Santana (2009-2012, PT) foi responsável, entre outras atividades, por mudanças contemporâneas na disposição do ordenamento urbano em relação às áreas de comércio popular. Segundo o entrevistado que trabalhou próximo à administração naquele contexto histórico (Miguel, fev. 2023),

Aqui ocorreu uma ocupação desordenada de alguns espaços públicos, e alguns deles por ser um local de comércio de produtos de hortifrutigranjeiro, peixe e o próprio comércio informal ocupava as calçadas que aqui são pequenas, estreitas, a gente tentou organizar tudo aqui, mas tinha algumas situações que eram bem emblemáticas. (Miguel, fev. 2023).

No início do século XXI, a política de reordenamento espacial de Juazeiro do Norte fez parte do projeto de desenvolvimento urbano apoiado pelo poder executivo,

como veremos. O interesse em desobstruir as ruas e praças ocupadas, permanentemente ou não, pelo comércio popular compôs o projeto político da cidade baseado na modernização urbana. A valorização da mobilidade urbana baseada no livre trânsito de veículos, as demandas sanitária e de saúde pública, a necessidade de “revitalização” dos espaços urbanos, a possibilidade de crescimento econômico baseado na lógica de acumulação do mercado imobiliário foram as justificativas identificadas na atuação da administração pública.

No contexto da gestão de Santana, com a intenção de modernizar a da cidade, houve mudanças, reformas e obras nos espaços ocupados pelo interesse popular como, por exemplo, a eliminação da feira-satélite da rua São Pedro próximo ao mercado Central (os últimos vestígios da atividade comercial popular referente à tradicional feira livre dos anos 1960, exposta anteriormente); o deslocamento da feira-da-troca que ocorria no estacionamento do estádio municipal de esporte Mauro Sampaio “Romeirão” e a mudança da feira do peixe, ambas deslocadas para o bairro João Cabral; as reformas do mercado Central e do mercado Senhora Santana; e a inauguração do Centro de Apoio ao Romeiro inauguração da Praça dos Romeiros (espaço comercial e de serviços de alimentação relevante para os circuitos religiosos dos romeiros) (Van den Brule, 2011).

Em 2009, o poder público concedeu, via abertura de licitação e contratação, por vinte anos a administração dos mercados públicos, frigorífico industrial do Cariri e terminal rodoviário interestadual e intermunicipal para a empresa SR Empreendimentos (Silvio Rui Empreendimentos Imobiliários Ltda. criada em 1993 com sede em Fortaleza-CE)³¹.

A empresa terceirizada projetou reformas nos espaços públicos que administrava, como ocorreu no mercado público JTM, onde a gestão da SR Empreendimentos iniciou uma obra no edifício central e no entorno, dentro do quarteirão. Em 2011, ocorreu a fase inicial da obra de expansão do comércio e melhoria nas condições existentes, à esquerda da Figura 30 há o registro da

³¹ Os documentos oficiais disponibilizados pelo portal da prefeitura são limitados, há um recorte de décadas de ausência de documentos oficiais disponíveis que foram pesquisados e solicitados ao longo da pesquisa, mas sem retorno positivo. Desta forma, somente dois documentos foram encontrados no banco de dados disponível pela prefeitura sobre a Silvio Rui Empreendimentos imobiliários, um deles foi uma autorização de permuta de terrenos entre prefeitura e a empresa em 2011. (ANEXO E – n.º 3821 de 19 de maio de 2011)

planificação do terreno, o mercado ao fundo com diferença entre os níveis do solo; e à direita, no primeiro plano estão as barracas e bancas ocupando a rua Senhora Santana, obstruindo o acesso à rua e aos imóveis residenciais e comerciais.

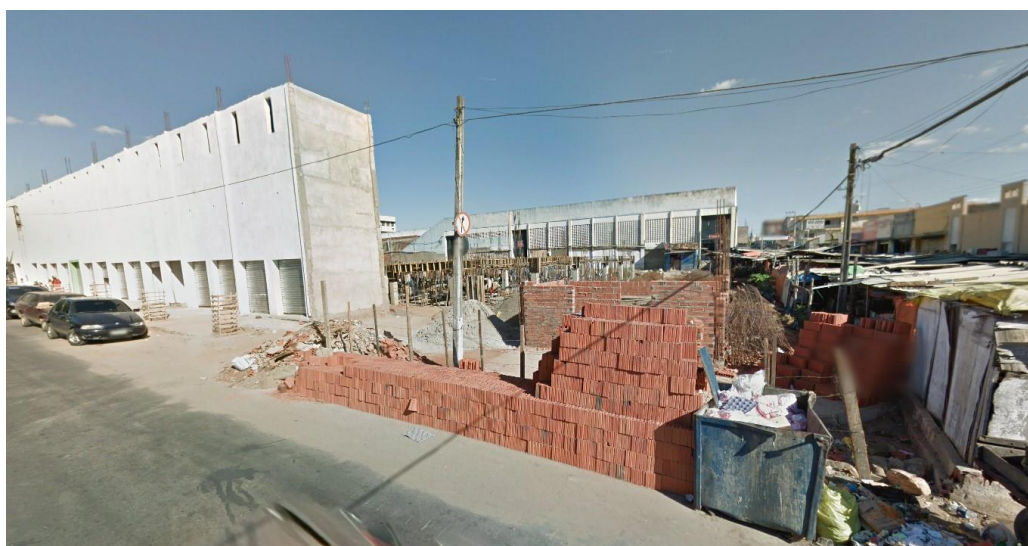
Figura 31 - Obra no quarteirão comercial do mercado JTM e feira Senhora Santana em 2011 (vista da rua Pio X, sentido norte-sul)



Fonte: Google StreetView, 2011.

No ano seguinte, houve construção de um novo edifício com pequenos boxes-lojas dentro do quarteirão e do lado oposto ao mercado. A segunda construção observada foi o estacionamento no andar inferior em relação ao nível do mercado para atender à demanda dos fregueses e clientes da área comercial.

Figura 32 – Obra no quarteirão comercial do mercado JTM e feira Senhora Santana em 2012 (vista da rua Pio X, sentido oeste-leste)



Fonte: Google StreetView, 2012.

O esforço da empresa terceirizada em desenvolver seus projetos imobiliários não foi observado na administração e, principalmente, na manutenção dos espaços públicos. Em 2013, houve uma mobilização entre os comerciantes do mercado JTM e feirantes para denunciar a administração terceirizada (outros espaços administrados pela empresa também demonstravam insatisfação). As queixas expunham as irregularidades da gestão como, por exemplo, as limitações de acesso ao mercado com os portões fechados e as escadarias de acesso com degraus destruídos decorrentes das obras iniciadas em 2009, o deslocamento de bancas e barracas, ameaças de desapropriação dos permissionários e prejuízos financeiros com a queda das vendas (Gestão..., 2013).

Com o passar do tempo, as queixas e os problemas da administração privada aumentaram, especialmente em 2017, quando na administração do prefeito Arnon Bezerra (PDT) ocorreu o encerramento contratual com a SR Empreendimentos Imobiliários. Além da organização dos trabalhadores e suas manifestações públicas expondo a precariedade dos espaços, o descumprimento contratual também se estendeu às obrigações com o poder público como, por exemplo, a ausência de repasse de 2% do valor arrecadado e a acumulação de dívidas em Imposto Sobre Serviço (ISS) (Walker, 2017). Desta forma, após tentativas de contato com a SR Empreendimentos e as notificações judiciais elaboradas pela SEMASP em diálogo

com a demanda dos trabalhadores, em 2017 foram publicadas a declaração de caducidade e o retorno da administração pública na regularização dos espaços públicos gestados pela empresa terceirizada (ANEXO F – Decreto n.º 322 de 26 de maio de 2017.).

No ano do retorno à administração pública, a feira Senhora Santana e o mercado JTM foram registrados na Figura 33 (2017), onde reconhecemos a conclusão da obra realizada na gestão privada, à esquerda estão os estabelecimentos comerciais e o estacionamento, no centro da imagem há três corredores de bancas, um deles (o terceiro da esquerda para direita) está fixado entre a calçada e a rua, localizado no “meio-fio”. A imagem registra o trecho da rua Sra. Santana de asfalto irregular, com um poste de concreto da altura de, aproximadamente, um metro para impedir a passagem de veículos médios ou de tamanho considerável e, por fim, um corredor “extra” de barracas instaladas à frente de imóveis residenciais e comerciais (do outro lado da rua Sra. Santana).

Figura 33 - Feira livre Senhora Santana e mercado JTM ao fundo em 2017



Fonte: Google Streetview, 2017.

Atualmente, o mercado JTM e a feira satélite Senhora Santana permanecem sob administração pública, com a SEMASP responsável pela gestão e melhoramento dos espaços públicos e pela contratação de convênios com empresas privadas³².

³² O ANEXO G - Imagens das mudanças da feira Senhora Santana ao longo da década de 2010, na perspectiva espacial da rua Senhora Santana sentido sul-norte, demonstra, por meio de imagens, às

Desta forma, a última e mais recente reforma e modificação espacial da feira-satélite ocorreu em 2021, na gestão do prefeito Gledson Bezerra (Podemos). As reformas foram mobilizadas pelas queixas dos feirantes e fregueses sobre as condições precárias da feira, mas principalmente pelo descontentamento dos comerciantes que dividiam o uso da rua Senhora Santana. Nesse contexto, as reformas foram realizadas para atender diferentes interesses. Com a liderança da SEMASP em parceria com a SEINFRA e participação dos permissionários, houve a desmontagem das barracas instaladas na rua Senhora Santana (Figura 34) (Ascom, 2021a), a recuperação asfáltica de 750m² das ruas que contornam o quarteirão onde o mercado JTM e a feira estão instalados, recuperação da iluminação pública com e sinalização de trânsito (Figura 35) (Ascom, 2021b) e, por fim, houve a readequação das barracas com a construção de novos espaços (Ascom, 2021c). A última etapa do projeto de reforma da feira, a construção de novas bancas de alvenaria divididas segundo normativas (Figura 36), foi responsável por retirar da rua Senhora Santana o último corredor de barracas com a expansão da calçada, que incorporou o corredor e dispôs uma margem de aproximadamente 60 centímetros de calçamento à frente das bancas.

Figura 34 – Desmontagem das barracas da rua Senhora Santana



Fonte: Ascom, 2021a.

Figura 35 - Recuperação asfáltica da rua Senhora Santana



Fonte: Ascom, 2021b.

Figura 36 – Reforma das barracas da feira Senhora Santana



Fonte: Ascom, 2021c.

No período aproximadamente de um mês, durante as obras os feirantes foram realocados para o interior do mercado e retornaram para a feira em 11 de dezembro de 2021 quando ocorreu a reinauguração da feira livre com apresentações culturais e a presença de políticos e representantes do poder público (Mirelly, 2021).

A análise da reforma realizada em 2021 indica, em determinado grau, o sentido político do desenvolvimento urbano. A incorporação da feira pelo quarteirão comercial por meio do prolongamento da calçada representou uma aproximação à institucionalização pública, ou seja, uma intenção de modernização da feira. Segundo os dados analisados, as reformas orientadas por normativas sanitárias e de segurança foram justificadas enquanto melhoramento das necessidades de trabalho dos feirantes e para sofisticar a aperfeiçoar o comércio tradicional e popular. Em paralelo, retirar a feira da rua Senhora Santana assegurou o livre acesso à circulação de veículos automotivos e ao uso de estacionamento, além de garantir o livre acesso dos residentes e comerciantes que dividem o uso da rua. Portanto, o poder público age no sentido de conciliar, em determinado grau, a demanda social com as exigências urbanas, indicando a tendência de atender o projeto político urbano, defendido como “modernização” da cidade. Esse funcionamento é percebido pelos feirantes com

neutralidade, quando questionados os feirantes da Senhora Santana sobre o papel da prefeitura para o funcionamento da feira as respostas tendem à imparcialidade, “não ajuda, nem atrapalha”.

Por fim, a administração do espaço realizada pela SEMASP, em parceria com a SEINFRA, acompanhou o processo de licitação e contratação da empresa terceirizada COSAMPA Projetos e Construções Ltda.³³ em 2020, com o objetivo de “executar reforma e requalificação do mercado José Teófilo Machado (Mercado Senhora Santana), incluindo praça [antigo estacionamento construído na gestão privada] e feira livre” (Contrato nº 2020.11.05.01-SEINFRA, 2020, p. 01). A grande obra que engloba os três espaços, foi iniciada em 2020 com a reforma da “praça” de estacionamento, contudo, segundo os registros públicos a obra está paralisada com previsão de retomada em janeiro de 2024 (Obras municipais, 2024). Nesse contexto, foi anunciada em maio de 2024 pelo poder público a retomada da obra com a previsão de doze meses para a construção e reforma de 187 boxes, dos quais 94 serão bancas de hortifruti, 60 compondo a nova praça de alimentação e 33 voltados para artigos turísticos, além da recuperação da cobertura termoacústica, revitalização das fachadas, novos banheiros e um estacionamento subterrâneo para 54 vagas para carros e 30 para motocicletas (Ascom..., 2024).

2.3 Classificação de trabalho, cultura e mudanças externas

Com o capítulo dois, foi possível identificar as temporalidades que formam o espaço da feira livre na atualidade. A categoria feira-satélite representa uma modalidade do comércio popular relevante para a cidade; são feiras que participaram da história de Juazeiro do Norte e, atualmente, contribuem para a economia do município com a função de abastecimento da população, como também pelo trabalho realizado pelos antigos e novos feirantes.

³³ De acordo com a legislação vigente, o contrato foi realizado no valor de 6.155.029,33 de reais para atender as obras do projeto inicial, a quantia foi dividida em 5.457.229,84 reais para o mercado, 680.479,57 reais para a praça e 341.493,69 para a feira. O contrato elabora pelo poder público, está de acordo com a legislação vigente (Edital da concorrência pública nacional nº 2020.11.05.01-SEINFRA, 2020).

A classificação do trabalho na feira, como, por exemplo, o feirante-produtor, feirante-comerciante, fornecedor, produtor, feirante-fixo e feirante-transitório, contribui para entendermos a lógica de funcionamento da feira e sua inserção no mundo do trabalho contemporâneo. A condição precária e informal do trabalho na feira, concomitante à absorção de força de trabalho vulnerável, demonstra uma função social relevante para o município, na medida em que a feira se torna receptiva às necessidades dos sujeitos. A fiscalização na feira não é um elemento crucial que restringe o acesso dos novos feirantes ao espaço, o que evidencia a natureza "livre" da feira.

O conteúdo cultural foi demonstrado com a relevância da feira do Feijão e Senhora Santana, por meio da história e dos hábitos dos trabalhadores e consumidores que participam das feiras desde sua formação. As características das feiras pesquisadas indicam seu caráter popular, com a presença predominante da população de baixa renda tanto nos sujeitos que trabalham no cotidiano, como para os fregueses e cliente que consomem nesses espaços.

Por fim, as transformações que ocorreram na feira no século XXI, por meio da gestão privada e da administração pública, demonstram a relação de proximidade da cidade com o desenvolvimento urbano baseado nas forças econômicas atuais. A desobstrução de ruas para o uso de estacionamento de veículos particulares e as reformas visando a "modernização" do espaço, garantindo determinada ordem e higiene dos espaços, demonstram o caráter privatizador da cidade.

3. A feira livre, “de baixo para cima”

O objetivo do capítulo 3 é discutir a relação da feira, representada pelo feirante, com elementos que contribuem e limitam o funcionamento da feira livre, considerando a realidade do contexto urbano contemporâneo da cidade de Juazeiro do Norte. A interpretação foi realizada no sentido de entender a relação da feira com o sistema econômico-político que organiza e determina as variáveis da vida social por meio de um movimento interpretativo que procura apreender a feira “de dentro para fora”, considerando como o neoliberalismo é projetado nos modos de vida, reorganizando “as noções de liberdade, cálculo e obediência, configurando uma nova racionalidade e afetividade coletiva” (Gago, 2018, p. 17).

Desta forma, para entender como a feira se relaciona com o contexto em que está inserida, foi necessário um estudo a partir da feira Agroecológica de Juazeiro do Norte, que funciona desde o início do século XX na cidade por meio da atuação da Associação de Produção Agroecológica Mãe Natureza. Os feirantes-produtores, estimulados por órgãos públicos de fomento econômico da produção rural, receberam formação específica, que os inseriram na lógica de desenvolvimento do trabalho contemporâneo, representado, nesta pesquisa, no empreendedorismo.

A segunda parte do capítulo expõe e analisa a história e percepções dos feirantes entrevistados nas diversas feiras pesquisadas sobre a origem na feira, o trabalho como feirantes, a relação do feirante e a feira com o poder público, e as melhorias necessárias para as feiras e para o trabalho dos feirantes. Os feirantes entrevistados trabalhavam nas feiras-satélites, a feira do Feijão e Senhora Santana, no comércio externo do mercado Central e na feira Santa Luzia. As entrevistas foram conduzidas para entender a relação entre os feirantes e as feiras, explorando suas origens nas feiras, suas percepções sobre

3.1 Cariri Shopping Center e modernidade “fortificada” do bairro Triângulo, a *mancha fortificada*

A hospedagem na pesquisa de campo foi projetada como uma forma de acesso etnográfico à experiência urbana. Por isso, me hospedei em duas regiões especificadas da cidade, a região central com sua condição histórica, a concentração simbólica do catolicismo popular, o caráter popular dos serviços públicos, privados e as atividades econômicas relacionadas ao comércio, além do caráter residencial. Por meio da rede de contatos da pesquisa, recebi a oportunidade de me hospedar na Casa Paroquial da Basílica Menor e Santuário Diocesano Nossa Senhora das Dores, a igreja matriz localizada no centro histórico. Com o trabalho do reitor Padre Cícero José, fui recebido com generosidade pelos funcionários e outros padres que residiam na casa naquele período. Ao me hospedar no bairro central, foi possível caminhar cotidianamente pelas ruas comerciais, a praça Padre Cícero, a praça da capela do Socorro, largo da prefeitura, prédios públicos como a biblioteca municipal, mercados públicos e as feiras livres.

Com a hospedagem dividida, me hospedei no bairro Triângulo durante as últimas semanas das viagens, onde a observação participante contemplou a região verticalizada do bairro, com espaços modernos de consumo, serviço, habitação e lazer. A acomodação na rua Noêmia Cruz Landim, permitiu o acesso diário às largas avenidas Pres. Castelo Branco e Avenida Padre Cícero, ao Cariri Shopping, às ruas que contornam o shopping com edifícios residenciais, hotéis e centros comerciais modernos à luz da segregação espacial contemporânea, reproduzindo a lógica dos “enclaves fortificados” (Caldeira, 2011), com paramentos rígidos de ordem, organização, segurança e condição sanitária (Figura 36).

Figura 37 - Vista aérea da região da pesquisa de campo no bairro Triângulo, com destaque ao shopping Center e os condomínios verticais no seu entorno



Fonte: Google Maps, 2024.

Inaugurado em 1997, o primeiro shopping center do Cariri e o primeiro construído no estado do Ceará fora da capital Fortaleza. Ainda que com uma estrutura física limitada, o empreendimento imobiliário aproximou Juazeiro do Norte à lógica do consumo moderno, realizado nas grandes cidades brasileiras em “enclaves fortificados” (Ibid.). Em 2001, a gestão do shopping, estimulada pelos acionistas do grupo Tenco Reality, iniciou a ampliação física que foi concluída parcialmente em 2012, quando passou a ser chamado Cariri Garden Shopping, com a finalização das obras o espaço houve a duplicação da estrutura física. A reinauguração do shopping foi acompanhada pelo lançamento da primeira loja da franquia norte-americana McDonalds do interior do estado do Ceará (Pereira, 2018), um símbolo de consumo moderno ocidental de origem americana.

Atualmente, o Cariri Shopping compõe o portfólio de empreendimentos imobiliários do grupo Aliansce Sonae (Allos), com a canadense CPPIB - Canada Pension Plan Investments Board como principal acionista (Composição acionária, 2024), possui 140 lojas que desmobilizam acesso à serviço financeiro, saúde, educação, bens de consumo duráveis e não-duráveis, estacionamento com mais de mil vagas, salas de cinema e praça de alimentação. De escola particular à

supermercado, o comércio e serviço oferecido pelo espaço do shopping center atende as necessidades de consumo cotidiano da classe média e elite, sem desconsiderar o valor da tradição cultural, que nesse caso é rentável devido a dimensão religiosa e popular que influi na economia do município. Desta forma, o shopping “proporciona aos consumidores uma experiência diferenciada, com valorização da regionalidade, privilegiando a cultura local e levando desenvolvimento ao interior do estado do Ceará” (Sobre o shopping..., 2024).

A modernização da região foi inaugurada com a instalação do shopping center, o que atraiu investimentos para novos empreendimentos imobiliários nas primeiras décadas do século XXI. Nesse contexto, destaco os edifícios comerciais e residências construídas e inauguradas ao longo dos últimos 25 anos, o edifício Cariri Medical Center, inaugurado em 2001 onde atuam profissionais particulares da área da saúde, edifício Pátio Cariri Corporate, edifício Office Cariri, o impressionante conjunto comercial formado por três edifícios conectados por “pontes”, o Unique Torre Business, com duas unidades comerciais e a terceira residencial, o edifício Central Park Comercial e o Central Park Residencial, o edifício Pátio Cariri Residence e, por fim, uma unidade do hotel Ibis, que compõe uma da rede hoteleira internacional do grupo francês Accor.

Em um momento específico de necessidade da pesquisa de campo, me hospedei no hotel Ibis. Ao longo da diária foi possível observar o cotidiano privado orientado pela lógica dos enclaves. Além do hotel, as ruas do entorno eram compostas por diversos condomínios verticais, ao caminhar pelas ruas da região constatei a presença reduzida de pedestres, se comparado a circulação de veículos automotivos com seus vidros escuros e fechados pelo uso do ar-condicionado. O conjunto de edificações e os imóveis comerciais e de serviço privado da região chamam atenção pela proporção da estrutura física, a arquitetura moderna contemporânea com fachadas ou detalhes espelhados, com destaque aos nomes dos edifícios que referenciam à língua e cultura norte-americana inglesa (Central Park, Medical Center, Unique, Residence) e indicação à cultura empresarial (Corporate, Office, Business). A Figura 37 e 38 expõem as transformações imobiliárias e espaciais que ocorreram ao longo da década de 2010, o que reforça a interpretação sobre o avanço da economia imobiliária e o reforço da modernização que conduzem o desenvolvimento urbano da cidade de Juazeiro do Norte.

Figura 38 - Rua Profa. Maria Nilde Couto Bem sentido leste-oeste, vista lateral-sul do Cariri Garden Shopping à esquerda, ao fundo a construção do edifício Office Cariri em 2012



Fonte: Google Streetview, 2012

Figura 39 - Rua Profa. Maria Nilde Couto Bem sentido leste-oeste, vista lateral-sul do Cariri Shopping à esquerda, ao fundo os empreendimentos imobiliários verticais em 2022



Fonte: Google Streetview, 2022.

Ainda que próximo à rodoviária municipal e ao mercado público do bairro Triângulo, a região onde há a concentração de “enclaves fortificados” (Caldeira, 2011) compõe uma área do bairro por onde há circulação da população. A área indicada é atravessada pelo fluxo urbano, devido a sua localização próxima à avenida Padre Cícero, que conecta o centro histórico, na região norte, com os bairros ao sul, e

avenida Pres. Castelo Branco que atravessa a cidade no sentido horizontal, ligando bairro Triângulo ao lado leste do município.

O conjunto de condomínios e edifícios privados é limitado espacialmente pelo fluxo de mobilidade da urbana, o que pode limitar a expansão imobiliária de grandes empreendimentos. Essa região específica do bairro Triângulo, cuja urbanização é orientada pela privatização da vida cotidiana e corresponde com o projeto hegemônico de desenvolvimento urbano contemporâneo, é definida nesta pesquisa como *mancha fortificada*.

A categoria *mancha fortificada* foi elaborada por meio da articulação entre a categoria “enclave fortificado” de Teresa Caldeira (2011) e a categoria “mancha” desenvolvida pelo antropólogo Magnani (1984).

Magnani desenvolveu a categoria “mancha” no seu trabalho etnográfico *Festa no Pedaco*, em que analisa elementos da cultura popular a partir da antropologia urbana. A categoria “mancha” surge como ferramenta analista sobre padrões de uso e ordenamento espacial, são áreas que contempla a circulação de sujeitos diversos.

“(...) permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências e sem o estabelecimento de laços mais estreitos entre eles. São as manchas, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. (...)” (Magnani, 2002, p. 22).

A “mancha” é composta pelas relações, atividades e práticas desenvolvidas entre os espaços que compõe determinada área, transformando-a em um ponto referencial na paisagem urbana e no imaginário social (Ibid.). Os sujeitos que circulam na “mancha” são socialmente heterogêneos e participam dos “cruzamentos não previstos, encontros até certo ponto inesperados, para combinatórias mais variadas” (Ibid., p. 23).

Portanto, a análise dos conjuntos de “enclaves fortificados” no bairro Triângulo resultou na identificação da “mancha fortificada”, como uma área de concentração de espaços que se desdobram para a vida pública, atuando na segregação urbana, estimulando a privatização da vida pública e proporcionando um contexto de esterilidade para o desenvolvimento de relações sociais (Carvalho, 2019). Ainda que a área não seja predominantemente um bairro “fortificado”, a proximidade dos

empreendimentos imobiliários produz uma mancha social na cidade de Juazeiro do Norte.

3.1.1 Feira agroecológica, comércios populares na praça e no estacionamento do shopping center

Durante a hospedagem no bairro Triângulo frequentei o Cariri Shopping para realizar etnografia e acessar serviços financeiros, como caixa-eletrônico, e de alimentação no supermercado localizado no subsolo do edifício. Nesse contexto, foi quando descobri a feira Agroecológica que acontecia às quartas-feiras no estacionamento do shopping center, como extensão da principal feira agroecológica que ocorria às sextas-feiras na praça José Geraldo da Cruz, como veremos a seguir.

A história da feira agroecológica do shopping está associada ao trabalho realizado pela EMATERCE (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará)³⁴ aos produtores rurais residentes em Caririaçu, cidade distante 22 km de Juazeiro do Norte. A contribuição da EMATERCE para os agricultores é realizada “por meio da utilização de processos educativos na construção de conhecimentos pelos extensionistas, agricultores e suas organizações, que assegurem a geração de emprego e renda no meio rural” (Institucional EMATERCE, 2024).

O trabalho de formação e orientação ofertado pelo órgão público estadual resultou na organização dos produtores e na criação da Associação de Produção Agroecológica Mãe Natureza, que criou a feira livre agroecológica em Juazeiro do Norte em 2006-2007³⁵. Desde seu início, a feira ocorre na Praça José Geraldo da Cruz (conhecida como Praça das Cacimbas), no bairro Franciscanos, entre a região central e o bairro Pirajá.

Nesse contexto, a necessidade da criação da feira pela associação de feirantes ocorreu devido à desvalorização da mercadoria produzida em pequena escala, no formato de agricultura familiar, e livre de agrotóxico. Segundo os feirantes, a

³⁴ Fundada em 1954 como Associação de Crédito e Assistência Rural do Ceará (ACARCE), em 1976 houve uma reestruturação que causou a atualização do órgão público para a EMATERCE, que atualmente está vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará – SDA (Institucional EMATERCE, 2024).

³⁵ Os dados obtidos divergem em relação ao ano específico da criação da feira agroecológica.

mercadoria produzida pode apresentar aspecto físico diferente se comparada à produção que utiliza insumos químicos, comercializada pelos fornecedores-atravesadores do centro tradicional de abastecimento e comércio popular do Pirajá e do CEASA.

(...) Os agricultores levavam seus produtos para o Mercado Público do Pirajá, mas por não possuírem água ou terrenos em abundância se viram incapazes de concorrer com os comerciantes de lá, que produziam em larga escala. Outro empecilho dizia respeito à diferença de tamanho: por não conterem hormônios, os orgânicos eram menores e não foram bem vistos pela cliente do Pirajá. (Como a Mãe Natureza nasceu, 2015)

3.1.2 A feira Agroecológica no estacionamento do shopping center

A feira agroecologia ocorria às sextas-feiras na praça José Geraldo da Cruz, quando a associação dos feirantes foi convidada em 2016 pelo Cariri Garden Shopping para expor suas mercadorias dentro do estabelecimento. Com a articulação entre a Associação Mãe Natureza, SEMASP, EMATERCE e a administração do shopping center, os feirantes começaram a realizar as feiras na área do estacionamento do shopping. Concomitante à feira de sexta, a feira agroecológica ocorria semanalmente às quartas-feiras, das 6h às 10h, com estacionamento gratuito até as 9h nos dias da feira (Walker, 2016).

A partir das 6h, no estacionamento do Cariri Shopping, quem quiser encontrar uma boa variedade de legumes, verduras e hortifrúti como rúcula, salsa, espinafre, agrião, rabanete, alface, pimentão, tomate, plantas medicinais, cereja, vai dispor de pelo menos 17 feirantes que compõem a Associação Agroecológica Mãe Natureza (AMA) (...). (Santiago, 2016)

Contudo, em 2022 a feira era formada por uma fileira curta, com quatro barracas de metal com lonas azuis (somente as lonas foram disponibilizadas pelo poder público, que possuem em detalhe, uma faixa amarela com o título “Feira Agroecológica”, com indicação da SEMASP, EMATERCE e o emblema da prefeitura de Juazeiro do Norte), ocupando seis vagas de estacionamento no shopping (Figura – 39). Segundo os feirantes, o período da pandemia Covid-19 afetou as atividades da feira pela redução dos números de feirantes e, principalmente, de consumidores. Ao ser questionado sobre o que poderia melhorar na feira, o feirante responde, “só falta

cliente, a gente trazia bastante coisa [mercadoria] e vendia, hoje o povo [feirantes] que traz, ainda leva de volta” (Cícero, fev. de 2022)³⁶. A observação participante confirmou o desconforto do feirante com o pequeno fluxo de clientes que estavam “de passagem” ou os que entravam no estacionamento do shopping para realizar pequenas compras e partiam sem entrar no edifício principal.

Ao ser questionada sobre a possibilidade concorrencial da feira com o comércio do shopping center, principalmente com o “supermercadinho São Luiz” instalado no subsolo do edifício (Figura 40), para a feirante Cicinha (abril de 2023)³⁷ não havia concorrência com o shopping tendo em vista a qualidade superior dos produtos comercializados na feira.

Figura 40 – Feira Agroecológico no estacionamento, com o shopping center ao fundo



Fonte: Produzido pelo autor, 2022.

³⁶ Cícero, XX anos, feirante da feira Agroecológica no *shopping center*, residente em Caririaçu.

³⁷ Cicinha, XX anos, feirante da feira Agroecológica no *shopping center*, residente em Caririaçu.

Figura 41 - Feira agroecológica ocupando vagas de estacionamento, no segundo plano a logomarca do supermercado que funciona no subsolo do edifício do Cariri Shopping



Fonte: Produzido pelo autor, 2024.

Em 2024, os feirantes relataram o término da feira no shopping center devido à pouca frequência de consumidores no ano anterior. Como foi citado anteriormente, a pandemia de Covid-19 com seu ápice no Brasil entre os anos de 2020 a 2022 contribuiu para a queda das atividades comerciais da feira, com reduzida manifestação de interesses de consumidores e com a diminuição de feirantes que apresentaram dificuldades de adaptação às demandas da pandemia, “pessoal que fazia parte, bocado já desistiu” (Cícera, fev. de 2024).

3.1.3 A feira Agroecológica na praça pública

Atualmente, a feira agroecológica na praça José Geraldo da Cruz ocorre, como desde seu início, às sextas-feiras com a chegada dos feirantes por volta das 5-6h da manhã e encerramento das atividades as 12h, “na hora do almoço” (Cícero, fev. de 2022) (Figura 41). Ao utilizar a ideia de um “acontecimento” para representar a hora em que acaba a feira, o feirante demonstra o ritmo que prevalece no funcionamento

da feira, ou seja, o ritmo cíclico, da construção das tradições, que se sobrepõe ao ritmo linear, baseado na disposição sucessiva de acontecimentos (Lefebvre, 2004).

Figura 42 - Vista aérea da Praça José Geraldo da Cruz, local da feira Agroecológica



Fonte: Google Maps, 2024

Como no shopping center, a feira na praça é pequena. Durante a pesquisa foi possível observar a presença dos mesmos feirantes em ambas as feiras, considerando alguma variação de participação e ausência. A praça se torna espaço de trabalho para, em médias, três feirantes, dois que comercializam mercadoria produzida sem agrotóxicos e um terceiro feirante que comercializa bolos e café que alimentam fregueses e feirantes. Ocupando aproximadamente 15 metros da calçada norte da praça, a estrutura física dos feirantes é a mesma, com as barracas de metal e lonas azuis.

Figura 43 -Relação comercial e confiança entre feirante e freguês, com pagamento de contas e anotações em caderneta



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Figura 44 – Interações entre feirantes e fregueses na feira Agroecológica, no primeiro plano as mercadorias produzidas pelo feirante-produtor



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Diferente das observações realizadas na feira do shopping, na praça a circulação de fregueses demonstrou, em determinado grau, maior frequência e intimidade dos consumidores com os feirantes, com a presença fregueses e clientes que chegavam caminhando ou com veículo automotivo, com destaque para o uso de motocicletas (Figura 45).

Desta forma, podemos observar como os diferentes contextos urbanos influenciam as feiras Agroecológicas. O funcionamento da feira está relacionado com o fluxo de fregueses e clientes, ou seja, a presença das pessoas determina a existência da feira. Ao considerarmos a feira que ocorria no estacionamento do *shopping center*, é possível observar como esse fenômeno se desenvolveu no contexto social orientado pela “esterilidade” desses espaços (Carvalho, 2019). A instalação de uma feira na área reservada para o estacionamento de veículos demonstrou a capacidade de incorporação de conteúdo popular pelo shopping como forma de obtenção de lucro por meio da publicidade baseada na tendência atual de valorização de elementos populares. O convite aos feirantes foi superficial e persistiu até a desistência dos feirantes devido à falta de consumidores.

Oferecer o espaço para a realização da feira foi uma forma de atender à demanda crescente do consumo consciente preocupado com a origem e o processo de produção da mercadoria. Contudo, a feira, por ser livre, demanda circulação aberta, acessível à totalidade da população. Por isso, o convite aos feirantes para realizar uma feira no estacionamento do *shopping* revela a intenção superficial e contraditória, pois, a tradicional feira livre não acompanha a lógica da esterilidade social e privatizante dos enclaves.

Com a feira Agroecológica da praça José Geraldo da Cruz, localizada próxima à região central, entre o centro histórico e o mercado Pirajá, há um fluxo de consumidores que garantem o interesse e a presença dos feirantes. O contexto urbano onde a feira está instalada, representada pela praça e a rua, influencia a liberdade social baseada na espontaneidade de comportamentos (Carvalho, 2019). Nesse contexto, o conteúdo histórico, religioso e comercial da região contribui para o cotidiano urbano e se desdobra, na medida que influenciam, para a existência da feira livre.

Portanto, a existência da feira livre está relacionada ao espaço urbano. A limitação de potência social e cultural que ocorre nos “enclaves fortificados” (Caldeira, 2011) e o transbordamento da espontaneidade enquanto força social e simbólica nos espaços públicos interferem e no limite determinam o funcionamento econômico da feira e na sua viabilidade para feirantes e consumidores.

Figura 45 – Vista frontal da feira Agroecológica na praça José Geraldo da Cruz, no detalhe o freguês estacionando a motocicleta



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

3.1.4 Os trabalhos do feirante agroecológico

Quando questionados sobre outros trabalhos, além da feira, as respostas dos feirantes-produtores da feira Agroecológica indicaram a relevância do trabalho na feira, responsável pela principal fonte de renda. De forma fixa ou transitória entre feiras, o conjunto de feirantes trabalha majoritariamente na produção agrária e no comércio.

Os feirantes-produtores da feira Agroecológica são fixos, ou seja, trabalham regularmente nas feiras organizadas pela Associação Mãe Natureza. Contudo, de

forma singular, ou seja, diferente da média de entrevistados, esses feirantes relataram o contato com experiências de trabalho em outras áreas, incluindo o caso do feirante que abandonou a feira para investir na produção de areia voltada para a construção civil. Como forma de ampliar a renda ou de mudar a profissão, a principal motivação compartilhada está baseada nas necessidades básicas para a reprodução social da vida.

Ao contrário dos feirantes entrevistados católicos, a feirante Cicinha é evangélica (abril de 2023). Levando em conta seu nome e de outros participantes que o receberam em homenagem ao Padre Cícero, podemos perceber a contradição religiosa, em certo nível, entre sua formação no catolicismo refletida pelo seu nome de batismo e sua adesão à fé neopentecostal nos tempos atuais.

A feirante que trabalha há mais de dez anos na feira Agroecológica, atualmente produz sabonetes “caseiros” que vende junto a perfumes e “produtos de catálogo”. Segundo a feirante, “trabalho, assim, em casa né, que eu vendo alguns produtos, perfume, sabonete, peças intimas, que tanto faço, como eu compro pra revender” (Cicinha, abril de 2023).

Durante a entrevista, a feirante Cícera respondia meus questionamentos e atendia seus fregueses com atenção quando se aproximavam da sua barraca, nesses momentos recorrentes nas entrevistas com os feirantes eu permanecia em silêncio. Ouvindo a conversa do freguês com a feirante foi possível identificar a ausência de uma feirante da feira na praça José Geraldo da Cruz. Freguês pergunta, “aquela outra não vem, não? Marli, né? Ela vai passar um tempinho sem vir”. (Tem espinafre? Não tem). Ela está com uns probleminhas, vai se ausentar por um pouquinho (Espinafre não tem, né? Tem não, tá difícil)” (Conversa entre freguês e Cícera, fev. de 2024).

A feirante Marli, referenciada pela conversa entre a feirante Cícera seu freguês, estava ausente devido à tentativa frustrada de trabalho na área de produção de material para construção, que resultou no prejuízo que impossibilitou o novo trabalho como, também, o trabalho como feirante. Ao questionar Cícera sobre detalhes da história de Marli, foram reveladas as particularidades que demonstram a aproximação mínima, mas presente, da feirante com a lógica de empreendedorismo popular³⁸.

³⁸ ³⁸ O debate sobre o empreendedorismo popular é amplo nas produções contemporâneas das Ciências Sociais brasileira, como é possível observar nos trabalhos de Carneiro, 2017; Kopper, 2015;

Ela não tá vindo, porque assim porque ela passou umas dificuldades. É daquelas pessoas que metem os pés pelas mãos, né, investem numa coisa achando que vai dar certo. Aí foi isso que eles fizeram, eles investiram em outra coisa achando que ia ter lucro, aí eles fizeram foi se ferrar, aí se desestruturaram, aí agora vão dar um tempo para poder voltar. Eles inventaram um negócio de vender areia, eles acharam que era fácil porque eles tinham muita terra lá, aí inventaram de comprar maquinário, essas coisas, aí foi quando se ferraram, porque só tão tendo prejuízo. Porque não é uma coisa que é fácil, muita gente também aconselhou a gente sair e se envolver com outras coisas né. Eu falei para ela, eu digo, se a gente sair e se a gente quebra a cara, né. Para ir para frente é bom, mas quando é para voltar, eu prefiro ficar aqui mesmo. (Cícera, fev. de 2024)

O trabalho extra de Cicinha com a venda de perfumes e sabonetes como, também, o caso relatado sobre os prejuízos da feirante Marli em um novo trabalho, demonstram a aproximação das feirantes com a precariedade da reprodução social da vida no campo popular na contemporaneidade.

Portanto, os dados apresentados sobre os trabalhadores da feira Agroecológica, ainda que limitados para o desenvolvimento de uma discussão abrangente, indicam pequenos acenos à lógica contemporânea do empreendedorismo popular. Os elementos presentes no trabalho dos feirantes como, segundo exposto, a valorização da autonomia, do trabalho individual baseado no merecimento e o reforço ideológico da religião protestante, dialoga com premissas da lógica do empreendedorismo popular. Contudo, ainda que haja algumas aproximações do trabalho do feirante à tendência globalizante do empreendedorismo, as intersecções são frágeis e distantes da condição concreta da prática neoliberal.

Rangel, 2019. A categoria de empreendedorismo popular é utilizada nessa pesquisa a partir das contribuições de Costa (2022). “O empreendedorismo popular é um movimento de continuidades e mudanças, em que práticas residuais da economia popular são permeadas pelas tendências dominantes que conformam a lógica cultural do capitalismo contemporâneo, duas éticas que se atraem e se rejeitam. Ele se posiciona na intersecção entre a ética individualista do trabalho por conta própria e do pequeno comércio tradicionais, de um lado, e a utopia libertadora prometida pelo discurso empreendedor mais moderno de outro, gerando tentativas de acomodação, tensões e conflitos na *relação* entre eles. Conflitos que partem de diferentes compreensões do significado do trabalho, como concepção ou execução, da autonomia e do sofrimento. Seu principal obstáculo, por sinal, se encontra na lógica familiar, pois os sujeitos populares “são em certa medida demasiado velhos ‘em suas próprias cabeças’; velhos em razão dos esquemas que interiorizaram e dos quais têm muita dificuldade em se desfazer, para não se sentirem excluídos da ‘modernidade’”, como apontaram Michel Pialoux e Stéphane Beaud (2012, p. 316).” (Costa, 2022, p. 42)

3.2 História, trabalho e feira livre para os feirantes

3.2.1 O início como feirante

O feirante-comerciante Cícero³⁹, antes de tornar-se feirante na feira Santa Luzia, trabalhava com produção rural. Em busca de “melhores oportunidades”, migrou para São Paulo onde trabalhou como servente de pedreiro por quatro anos. Com o retorno ao Ceará, encontrou dificuldades em se recolocar no mercado de trabalho, especialmente após os 50 anos, quando “fica difícil pra achar emprego” (Cícero, fev. de 2022).

Na feira do Feijão, satélite do mercado Pirajá, feirantes relataram a origem das suas relações com a feira livre, como Maciel⁴⁰ que frequentava a feira, acompanhando seu tio feirante. Com dez anos, começou a trabalhar na feira por “aventura” e para complementar a renda familiar (Maciel, fev. de 2024). A feirante Cícera⁴¹ (fev. de 2022) produz e vende farinha de puba (bolo de carimã) e goma (para tapioca), “continuou” o trabalhado da mãe que era feirante. Conhecida como Dona Maria⁴² (jan. de 2022), a feirante relata que “nasceu e cresceu na feira” e, hoje, continua o trabalho de origem familiar, como as mulheres da sua família, irmãos e pai que eram feirantes e produtores.

A feirante-comerciante Meire⁴³ trabalha na feira do Feijão, localizada na área comercial do bairro Pirajá, há mais de dez anos. Antes da feira, a entrevistada trabalhava como “sacoleira” (Meire, fev. de 2022).

Marli começou a trabalhar na feira Senhora Santana “sem muito conhecimento” (Marli, fev. de 2024), mas aprendeu com sua tia que trabalhava como feirante. Após receber a banca da tia, permaneceu a trabalhar na feira. Criada na área rural, filha de agricultores, enfrentou as dificuldades da vida e trabalho “na roça”. Em Juazeiro do Norte, o trabalho na feira ajudou na adaptação dela à cidade. A feirante Marli é mãe de oito filhos, “são cinco homens e duas mulheres. Só eu trabalho na feira” (Marli, fev. de 2024). Esteve casada por 27 anos e, após a separação, expressou sua felicidade

³⁹ Cícero, 54 anos, feirante da feira Santa Luzia, residente em Juazeiro do Norte.

⁴⁰ Maciel, 39 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte.

⁴¹ Cícera, 42 anos, feirante da feira Santa Luzia, residente em Crato.

⁴² Dona Maria, 62 anos, feirante da feira Santa Luzia, residente em Crato.

⁴³ Meire, 47 anos, feirante da feira do Feijão, residente em Juazeiro do Norte.

com a construção de “independência financeira”, que encontrou trabalhando na feira, onde vende cebola, tomate, manga, pequi e feijão.

Na feira Senhora Santana a feirante-comerciante Branca começou a trabalhar na feira há dois anos (abril de 2023), após ficar desempregada devido à falência da fábrica de calçados onde trabalhava. No contexto da Senhora Santana, Manoel é feirante-comerciante e trabalha na mesma feira há 18 anos, segundo o feirante, por ser analfabeto, foi na feira que encontrou oportunidade de trabalho (Manoel, abril de 2023).

Na década de 1970 o feirante Cícero cresceu ajudando seus pais no açougue do mercado Central, no contexto após as reformas que ocorreram no mercado após o incêndio (que foi exposto no capítulo um). Na adolescência, Cícero trabalhou em frigoríficos e como garçom, mas decidiu retornar e seguir no trabalho familiar devido uma experiência que classificou como “ruim”.

Aconteceu um imprevisto lá no trabalho, eu estava no horário de lanche e um cliente pediu um café completo no último apartamento e um dos garçons não estava fazendo nada, e eu estava fazendo o lanche, aí a menina pediu pra ir levar, aí eu não, tô lanchando aqui, não posso ir não, não vou. A menina falou pra patroa e me deu uma chamada, dizendo assim, você pode fazer o que quiser, mas quando o cliente solicita você deixa de fazer, mas a maneira que se dirigiu a minha pessoa, achei humilhante aquilo, achava que eu estava certo, mas na hora que ela se dirigiu a minha pessoa, a partir de amanhã eu não trabalho mais aqui, isso tem 39 anos. (Cícero, fev. de 2024)

O relato do feirante ilustra a insatisfação de um trabalhador que, após um tensionamento com a “patroa”, decidiu deixar o emprego. A falta de valorização e o tratamento humilhante, segundo o feirante, estimularam, em determinado grau, sua busca pela autonomia, que encontrou ao retornar para o comércio popular do mercado Central. Com o trabalho regular na feira, compartilhado com a família, conseguiu adquirir seu “ponto” fixo.

Em muitos casos, a busca pela autonomia aparece contrapondo-se à inerente situação de submissão que caracteriza o trabalho assalariado. Submissão não apenas organizacional, relacionada à hierarquia das funções dentro de uma empresa, mas também à indissociável submissão pessoal, subjetiva, que tende a vir atrelada à venda da força de trabalho. É a obrigação não contratual de “ouvir historinhas do patrão”. Noção está de “historinha” que abarca todo um conjunto de ofensas, humilhações e reprimendas percebidas como injustas. (Rangel, 2019, p. 106)

Por fim, aos 20 anos de idade, Cícero casou-se com uma comerciante de verduras e permaneceu no mercado. Atualmente, seu núcleo familiar, formado por esposa e filha, possui e trabalha em um “ponto” comercial de hortifrut na área interna do mercado Central e em duas bancas na área externa. Segundo a história dos entrevistados, o envolvimento de crianças e adolescentes que acompanham seus familiares-feirantes influencia, em alguns casos determina, as futuras oportunidades e trajetórias desses sujeitos.

Contudo, o feirante que não possui a tradição familiar compartilha com essas unidades familiares de trabalho a mesma necessidade material e subjetiva de sobrevivência à vulnerabilidade social. Ainda que limitada estruturalmente e considerando a subalternidade e informalidade do trabalho, a feira pode ser considerada um ponto de apoio para diferentes trajetórias de vida, como um “coração de mãe, na feira sempre cabe mais um” (Branca, abril de 2023). Desta forma, a feira torna-se um meio de sobrevivência e resistência para o campo popular.

3.2.2 O trabalho do feirante

A feirante-comerciante Socorro⁴⁴ trabalha na feira Santa Luzia com seu filho e comercializa mamão, melão, macaxeira e feijão. A renda proveniente do trabalho na feira é complementada pela política pública de transferência de renda, o Bolsa Família, que contribui para pagar contas básicas, como de água, e para manter o filho na escola. Assim como todos os feirantes, a feirante encontra na feira uma maneira de sustentar sua família, apesar dos obstáculos da precariedade do trabalho. O feirante Cícero trabalha “há anos” na feira Santa Luzia com a revenda de mercadoria adquirida com “fornecedores”, inicialmente atuava como feirante-produtor.

O feirante Maciel trabalha na feira do Feijão de terça a domingo vendendo principalmente jiló maduro e cebola. Ao longo da entrevista, o feirante destaca o uso do “Pix” como uma inovação recente que facilita os pagamentos. Sobre o trabalho na feira, ele destaca a exigência física como “ponto negativo” e a flexibilidade de horários de chegada e partida como “positivo”.

⁴⁴ Socorro, 46 anos, feirante da feira Santa Luzia, residente em Juazeiro do Norte.

Feirante há oito anos, Inês continuou trabalhando na feira do Feijão mesmo depois de aposentada para ajudar os filhos, embora não dependa mais do trabalho como renda principal. A feirante-comerciante vende limão e feijão, mercadorias adquiridas na região; o feijão, por exemplo, vem de Brejo do Santo, trazido por um fornecedor que o compra e revende em Juazeiro. Inês começa seu dia de trabalho cedo, chegando à feira por volta das 2h da manhã, de terça a sábado, e reserva curiosamente os domingos para descanso (Inês, abril de 2023).

A feirante Marli que também trabalha na feira-satélite Senhora Santana entende seu trabalho enquanto uma oportunidade de interação social e conexão com a “comunidade” da feira, além de encontrar “realização” pessoal no trabalho (Marli, fev. de 2024)

No mercado Central, Cícero considera a feira sua principal fonte de “sustento”, trabalhando diariamente de segunda a sábado com a “ajuda” de sua esposa e filha durante o expediente.

Gosto demais, porque é bom, porque a gente consegue com o sacrifício do nosso trabalho, apesar que não seja reconhecido por muitas pessoas, mas a gente consegue dignamente o pão de cada dia né, eu vejo muitos comerciantes reclamando da movimentação, já eu, pronto hoje a tarde eu quase que não tive tempo de descascar macaxeira que estava vendendo, era descascando e o povo levando, aquele movimento todinho, fazendo entrega, um mente de corrida, graças a deus, eu vou pra outro meio da gratidão, e agradecer a Deus por esse movimento que eu tenho aqui, mas pra acontecer esse movimento alguma coisa a gente faz aqui, diferencia de outros né. A minha filha de 26 anos, as pessoas elogiam muito a forma como ela atende, o atendimento, muitas pessoas dizem, “sua filha é muito educada”, daí também vem a qualidade da mercadoria o preço bom. (Cícero, fev. de 2024)

Ao ser questionado sobre a existência de cursos de formação profissional, além dos feirantes da feira Agroecológica apoiada por órgãos públicos de desenvolvimento rural, somente Cícero do mercado Central mencionou que ele e sua família participaram de um curso de formação oferecido pelo Sebrae-Ceará sobre normativas e práticas de higiene e manipulação de alimentos.

Desta forma, os feirantes possuem uma diversidade de experiências e atividades, refletindo a complexidade do trabalho nas feiras. Nesse contexto, observa-se a contribuição familiar e comunitária como, também, a adaptação à inovação

tecnológica e econômica (com a introdução do “Pix”, por exemplo) no trabalho dos feirantes.

A possibilidade de trabalhar na feira pode ser considerada uma oportunidade de recomeço e dignidade, como ocorreu com Branca, após o desemprego, e Manoel, devido à sua alfabetização limitada, encontraram na feira a possibilidade de trabalho.

Nesse contexto, as características do trabalho dos feirantes aproximam-no da noção de trabalhadores autônomos não-proletários.

(...) formado por pessoas que não conseguiram se engajar no exército de reserva (seja como assalariados ou desempregados) e por indivíduos que não foram totalmente expropriados de seus meios de produção, pois mantiveram seus *instrumentos de trabalho*, ainda que precários (como, por exemplo, o tabuleiro do vendedor ambulante), sobrevivendo por meio deles em meio às atividades não-tipicamente capitalistas. (Carneiro, 2017, p. 59)

Em linhas gerais, o trabalho “não-tipicamente capitalistas” dialoga com as transformações econômicas que se desdobram por meio da globalização neoliberal. Ainda que haja aproximações entre o trabalho do feirante com práticas econômicas atuais, demonstradas nesta pesquisa por meio de fatores externos como a introdução de novas tecnologias e demandas financeiras, o conteúdo histórico enquanto base para tradição popular contemporânea predomina nesse jogo de influências e adaptações.

3.2.3 Relação com o poder público

Na feira do Feijão, no entorno do mercado Pirajá, os feirantes não possuem uma associação, mas comunicam-se por um grupo via WhatsApp (aplicativo de comunicação virtual, utilizado em celulares). Com as ameaças de mudanças estruturais que surgiram por demandas externas à feira, como a transformação do pátio e liberação das ruas para funcionamento do serviço “zona azul” para estacionamento, a feirante Quitéria (fev. de 2022) relatou a relação hierarquizada do poder público com os feirantes, como quando houve os anúncios das mudanças, sem diálogo e consulta aos feirantes. Nesse contexto, as mudanças externas, com

tendências modernas e, em alguns casos, privatizantes, a atuação e mediação do poder público são responsáveis pelo impacto negativo no trabalho dos feirantes e para as necessidades dos consumidores.

Contudo, a relação dos feirantes com o poder público também foi caracterizada pela determinada neutralidade na feira Senhora Santana. A feirante Marli relata que, embora a prefeitura não ofereça assistência direta, “também não atrapalha o trabalho dos feirantes” (Marli, fev. de 2024). Ela ressalta positivamente a permissão concedida pela prefeitura para a permanência dos feirantes na feira-satélite, contudo, as cobranças eventuais de taxas são questões que tensionam, ainda que superficialmente, a relação entre feirantes-fixos da Senhora Santana e o poder público. Considerando a história da experiência negativa com a gestão privada, a relação entre feira livre e prefeitura, nesse caso, tende à neutralidade, tendo em vista o esforço, ainda que limitado, do poder público em atender as demandas do espaço, como foi observado na pesquisa.

Ainda na feira Santa Luzia, a relação dos feirantes com o poder público não apresenta tensionamentos ou contribuições. O feirante José (abril de 2023) destacou que a prefeitura “ajuda” ao não cobrar pelo espaço ocupado pelos feirantes, mas as promessas de melhorias, como a disponibilização de bancas adequadas, ainda não foram cumpridas. Porém, o feirante Cícero (abril de 2023) complementa que, apesar da “ajuda” sobre a ausência de taxas, a prefeitura poderia fazer mais para organizar o espaço e melhorar as condições físicas do trabalho dos feirantes. Finalmente, ele destaca que a falta de incentivos governamentais, empregos e dinheiro entre os clientes são as principais barreiras para a expansão das feiras.

Em linhas gerais, enquanto o poder público oferece suporte mínimo, como isenção de taxas e promessas de melhorias, os feirantes frequentemente enfrentam desafios relacionados à infraestrutura inadequada e mudanças inesperadas. A relação é complexa e revela a necessidade de um apoio consistente e eficaz para que as feiras possam continuar desempenhando seu papel essencial na sociedade.

Portanto, a relação entre o poder público e as feiras é influenciada pela relevância econômica e urbana específica de cada feira para a cidade. Essa relação demonstra um caráter contraditório, com apoio e tensões entre as instituições, como

foi evidenciado no capítulo dois e como é revelado pelas opiniões dos feirantes que trabalham em diferentes feiras.

3.2.4 Melhorias da feira

A feira de Santa Luzia enfrenta desafios consideráveis em termos de infraestrutura e condições de trabalho, e os feirantes expressam várias necessidades e sugestões para melhorias que poderiam impactar positivamente suas atividades e a experiência dos clientes. Cícero, feirante na feira Santa Luzia, acredita que a principal forma de melhorar a feira é aumentar o poder de compra dos fregueses, o que está diretamente relacionado à criação de empregos, pois a “união faz a força” (Cícero, abril de 2023); o feirante argumenta que a falta de emprego é uma fraqueza que limita o consumo na feira. Contudo, apesar das dificuldades financeiras, para o feirante a feira continuava ativa e acredita que a “presença de Deus” desempenhava um papel importante no seu progresso. Com o argumento do feirante sobre o poder aquisitivo dos fregueses, o trabalhador autônomo demonstra a relação entre trabalho e rentabilidade com os consumidores que “sustentam” a atividade comercial.

Essa dependência em relação ao cliente, muito comum em trabalhos autônomos, cria uma situação em que o trabalhador, supostamente independente, vê-se numa condição economicamente subordinada ao arbítrio do comprador. Nesse sentido, a liberdade do trabalhador autônomo é limitada pelas condições de manutenção do seu capital social – no caso, a garantia da satisfação do cliente. (Rangel, 2019, p. 99)

O feirante Cícero menciona que o trânsito ao redor da feira é um problema, pois pode desencorajar alguns clientes, apesar de outros apreciarem o local. A ausência de banheiros adequados é uma preocupação também. Os feirantes precisam recorrer a soluções improvisadas, como o sanitário do açougue de um colega, uma situação que evidencia a falta de infraestrutura básica. A situação cria uma dependência entre feirantes com instalações temporárias ou da solidariedade de proprietários de estabelecimentos comerciais próximos à feira. A feirante Socorro (dev. De 2022) relata que, apesar das amizades que ajudam no momento de necessidade, a ausência de banheiros, como condições sanitárias básicas, se tornou um problema permanente na feira Santa Luzia.

Além disso, ele observa que as romarias, embora impactem a cidade, interferem pouco diretamente nos negócios da feira Santa Luzia devido à distância desta feira com as atividades religiosas centralizadas na região central.

No mercado Central, o feirante Cícero (fev. De 2024) expressou frustração com a presença de animais na feira, o feirante relatou ter sido mordido por um cachorro e critica a falta de intervenção dos órgãos responsáveis. Embora a prefeitura tenha interrompido a cobrança de “impostos”, Cícero menciona que a segurança na feira é fornecida por uma empresa particular, e os feirantes são responsáveis por pagar uma taxa mensal.

Desta forma, é possível observar que os feirantes de Santa Luzia, como em outras feiras livres, enfrentam problemas relacionados à infraestrutura e às condições de trabalho. A falta de banheiros adequados é uma preocupação constante, que obriga os feirantes a buscar soluções improvisadas. Além disso, o feirante Cícero destaca a necessidade de aumentar o poder de compra dos clientes, diretamente ligados à criação de empregos, para melhorar as vendas.

Problemas de trânsito e a presença de animais domésticos “abandonados” também impactam negativamente, assim como a falta de segurança, que é garantida por uma empresa privada paga pelos próprios feirantes. Em linhas gerais, os feirantes indiciam a necessidade de um suporte mais consistente do poder público para melhorar a infraestrutura, apoiar a economia local e resolver problemas de segurança e trânsito, que beneficiariam feirantes e consumidores, atualizando a vitalidade da feira.

3.3 Feirantes e feiras na disputa entre interferências externas e resistências populares

Em linhas gerais, as aproximações dos feirantes com práticas políticas e econômicas atuais são demonstradas, nesta pesquisa, por meio do contato com fatores de origem externa à feira, como a introdução de novas tecnologias e demandas financeiras. Contudo, mesmo com as interferências e infiltrações externas à feira, o conteúdo da tradição popular, baseado na história de resistência e adaptabilidade (Thompson, 1988), revela-se historicamente vivo no cotidiano do fenômeno social.

A feira Agroecológica, ocorrendo tanto no *shopping*, quanto na praça, representa um encontro entre a economia tradicional-popular e a modernização urbana contemporânea. A criação da feira relacionada com o estímulo de órgãos públicos de fomento à economia rural foi determinante para a formação dos feirantes e aproximação dos trabalhadores com a lógica de gestão empreendedora. Mesmo com o fim da feira no estacionamento do shopping, os feirantes continuaram com a feira na praça com a introdução de novas práticas de trabalho complementar à renda principal.

A história dos feirantes demonstra a contribuição familiar para sua permanência no trabalho, fortalecendo e atualizando a economia e a tradição popular. Nesse contexto, é possível afirmar que os feirantes compartilham da necessidade de sobrevivência, o que norteia sua experiência inicial enquanto feirantes.

A relação entre o poder público e os feirantes é marcada pela ambiguidade, uma mistura de apoio, como a isenção de taxas, e a ausência de suporte adequado, com intervenções coercitivas que limitam o trabalho na feira. Essas mudanças são implementadas de forma que não necessariamente refletem as necessidades reais da feira, criando um ambiente de instabilidade e incerteza para os comerciantes.

No entanto, quanto maior a importância econômica e espacial de uma feira, maior é a intervenção pública, que é majoritariamente focada em promover o desenvolvimento urbano moderno, sem considerar plenamente as necessidades e opiniões dos feirantes e fregueses.

Por fim, os feirantes relatam que, além da ausência do poder público, o principal problema da feira está relacionado às condições materiais e subjetivas dos consumidores, que se afastam da feira livre por limitações econômicas ou pela atualização da visão de mundo baseada na lógica da cidade “privatizada”.

Conclusão

Com a finalização da pesquisa, retorno às questões centrais. Qual foi a participação da feira na formação de Juazeiro do Norte e sua relação com o desenvolvimento econômico e urbano da cidade ao longo do século XX? Na contemporaneidade, como a feira é integrada na cidade e como as mudanças políticas e econômicas, principalmente voltadas ao trabalho, são incorporadas pelos feirantes?

A pesquisa sobre a feira livre, enquanto um fenômeno social, ao longo dos anos demonstrou a necessidade analítica de um movimento dialético de aprofundamento de camadas para alcançar a complexidade da realidade urbana na qual a feira livre participa.

Desta forma, a feira livre é considerada um espaço de trocas comerciais de bens de consumo não-duráveis que atendem às necessidades da vida cotidiana. Para a sociedade, a feira possui uma função social definida, em linhas gerais, pelo abastecimento populacional, escoamento de média e pequena produção rural e absorção de força de trabalho formal e, majoritariamente, informal, caracterizado pelo trabalho por conta própria, aproximando-os ao trabalho autônomo.

Ainda que com variações, esse formato de feira livre tradicional, com funções sociais que agem sobre o contexto em que está inserida, acompanha a história das aglomerações que formaram as cidades projetadas pela modernidade urbana. No caso brasileiro, a feira esteve presente ao longo dos séculos de história nacional, no período colonial com as feiras de gado no interior do Nordeste, na transição do rural tradicional para o urbano moderno e na contemporaneidade com a ampliação do seu uso na venda de diversas mercadorias e serviços. A continuidade da feira livre na atualidade demonstra sua relevância para a sociedade, além da adaptabilidade às transformações sociais e as transições políticas econômicas, que conduziram a história da sociedade nacional. Desta forma, considerando seu processo histórico, é possível afirmar que a feira livre se tornou parte da tradição que compõe a vida social brasileira.

Nesse contexto, a feira acompanhou a formação de Juazeiro do Norte, revelando sua aproximação com a história de formação das cidades no Nordeste.

Nesse contexto, os argumentos apresentados justificam a relação de proximidade da feira livre com a criação do povoado, no processo de formação da vila e na municipalização de Juazeiro do Norte.

A segunda característica fundamental da tradição da feira livre é seu caráter popular. Na história da feira e na contemporaneidade é possível identificar a presença da feira na realidade da população que vive à margem da lógica estrutural do sistema político-econômico. Na figura do feirante, produtor ou não, e no consumidor, a classe popular encontra na feira um espaço para o sustento material e cultural que participa da reprodução da vida social.

A feira livre, enquanto parte da tradição popular, é sustentada por interesses e relações comerciais, concomitante às influências sociais, culturais e políticas definidas por determinado espaço e temporalidade. Desta forma, a análise sobre a história da feira livre em Juazeiro do Norte demonstrou sua contribuição para a formação do caráter comercial do município, contribuindo para a economia da cidade.

A expansão da feira ao longo do século XX em Juazeiro compõe o movimento de crescimento populacional da cidade, o período da história social brasileira caracterizado pela transição do rural para o urbano. A ampliação da feira intensificou sua relevância para a economia, estendendo-se ao Cariri e a outros estados, contribuindo diretamente para o desenvolvimento comercial da cidade, setor da economia urbana que permanece relevante na atualidade.

Contudo, o processo de industrialização, modernização da economia urbana e dos espaços da cidade, na segunda metade do século XX, alcançaram a feira livre de forma limitante. No contexto do estado moderno, houve a institucionalização da feira livre como espaço público. Conduzida historicamente por pressupostos positivistas, o poder público atuou sobre a feira no sentido de ordená-la aos interesses modernos, garantindo sua contribuição para o progresso urbano.

Os interesses da elite comercial local em restringir a potência comercial e econômica da feira encontrou apoio no poder público, que justificou as mudanças da feira pelo progresso da modernização da cidade, com a eliminação das atividades “desordeiras” e “com pouco higiene” realizadas na feira. Desta forma, a tradicional e popular feira livre semanal que ocorria desde as primeiras décadas da formação da cidade, alcançando a distância entre a praça Padre Cícero e o mercado público

Central nos anos 1950 e 1960, foi cerceada e encerrada, ainda que tenha permanecido residualmente o comércio popular próximo ao mercado Central e com a dissipação dos ambulantes pelas ruas do centro.

A feira do Feijão e a feira Nossa Senhora Santana são feiras livres tradicionais em relação ao comércio popular da cidade. Contudo, seu processo de origem apresenta singularidades que determinam sua relevância atual para a cidade. Essas feiras foram formadas a partir das atividades comerciais realizadas em certos mercados públicos, como o mercado do Pirajá e o mercado José Teófilo Machado, que atraíram o comerciante autônomo e as pessoas em busca de trabalho, um conjunto de indivíduos que compartilhavam a precariedade da vida urbana e a necessidade de sobrevivência que formou as feiras-satélites. Assim, a feira-satélite é definida como um fenômeno econômico-social que circula em torno de espaços comerciais públicos e populares, agindo como extensões das operações comerciais, porém com certa independência, devido à distinção social entre trabalhadores de "dentro do mercado" e "de fora", intensificada pelo poder público que se comporta de maneira diferente sobre os espaços. As feiras-satélites são relevantes para o comércio popular ao contribuir para as atividades econômicas, compor a função social de abastecimento urbano, por dispor de espaço para trabalho e participar da cultura popular. Por isso, além da relevância dos mercados públicos, as feiras-satélites participam do conjunto de espaços que fortalecem a relevância comercial da região onde estão instaladas.

A pesquisa sobre o cotidiano da feira contribuiu para a identificação de diferentes temporalidades que formam o espaço da feira livre na atualidade. Desta forma, a apreensão do cotidiano da feira revelou como feirantes e consumidores determinam seus ritmos diários. Ainda que a participação dos fregueses e clientes seja fundamental para a existência da feira, o trabalho na feira é que determina seu ritmo diário. Por isso, para entendermos a feira foi necessário realizar um estudo sobre o trabalho na feira, que resultou na classificação do feirante-produtor, feirante-comerciante, feirante-fixo, feirante-transitório, fornecedores e produtor, as quais distinguem e localizam os trabalhadores na teia de relações sociais e comerciais que ocorrem na feira.

Nesse contexto, a condição precária do trabalho na feira, concomitante à absorção de força de trabalho vulnerável, demonstra uma função social relevante para

o município, na medida em que a feira se torna receptiva às necessidades de sobrevivência dos sujeitos. A fiscalização na feira não é um elemento crucial que limita o acesso dos novos feirantes ao espaço, o que caracteriza o sentido “livre” da feira.

Na contemporaneidade, a urbanização é influenciada pela ascensão do projeto privatizador da cidade, observadas nos grandes centros urbanos e expandido para as cidades médias na virada do século XX para o XXI. O desenvolvimento urbano baseado na privatização dos espaços e vida pública, no distanciamento da vida social e coletiva, na desvalorização da estrutura pública, com a financeirização da vida urbana, representadas nesta pesquisa pelo mercado imobiliário que determina a gentrificação contemporânea; foram características de um projeto neoliberal de cidade que encontrou em Juazeiro do Norte a possibilidade de expansão, como foi observado nas pesquisas anteriores que desenvolvi sobre a feira livre na cidade de Marília-SP.

As mudanças que ocorreram nas feiras em Juazeiro no século XXI, por meio da gestão privada e da administração pública, revelam a relação da cidade com o desenvolvimento urbano baseado nas forças econômicas atuais. Ainda que haja o esforço mínimo do poder público em atender os feirantes, a desobstrução de ruas para o uso de estacionamento de veículos particulares e as reformas visando a “modernização” do espaço, garantindo determinada ordem e higiene dos espaços, demonstram o caráter privatizador da cidade.

Desta forma, as mudanças que ocorreram nas feiras da cidade de Marília e Juazeiro do Norte demonstram aproximações políticas e urbanas. O deslocamento da tradicional feira de domingo pelos interesses da igreja neopentecostal e mediada pelo poder público em Marília encontra similaridades nas mudanças das feiras estudadas em Juazeiro do Norte. Contudo, diferente de Marília onde, mesmo com a resistência dos feirantes, o poder legislativo e o executivo realizaram uma mudança radical de local da feira (transferindo-a para margem da região central, distante do terminal rodoviário urbano), em Juazeiro o poder público tende a apresentar uma mediação moderada, atendendo às demandas dos feirantes com reformas e deslocamentos pontuais, ainda que a prioridade seja a expansão da modernidade e atender as demandas das linhas do capital urbano. Nas duas cidades não houve a eliminação da feira, mas o tratamento do poder público em relação ao assunto demonstra, em determinado grau, a diferença na relevância político-econômica, social e cultural das

feiras como, também, a diferença do projeto político de desenvolvimento urbano baseado nos interesses neoliberais do mercado imobiliário entre as cidades.

Para entender o desenvolvimento contemporâneo “por dentro”, foi considerado a feira Agroecológica devido às suas particularidades em relação as outras feiras pesquisadas.

A feira Agroecológica, ocorrendo tanto no *shopping* quanto na praça, representa um encontro entre a economia tradicional popular e a modernização urbana contemporânea. A criação da feira relacionada com o estímulo de órgãos públicos de fomento à economia rural foi determinante para a formação dos feirantes e aproximação dos trabalhadores com a lógica de gestão empreendedora. Mesmo com o fim da feira no estacionamento do shopping, os feirantes continuaram com a feira na praça, introduzindo novas práticas de trabalho complementar à renda principal.

A análise da feira segundo os feirantes demonstrou sua importância para a vida daqueles que constroem a feira livre. A história dos feirantes demonstrou a participação familiar no processo de introdução à feira, fortalecendo e atualizando a economia e a tradição popular. Desta forma, é possível afirmar que a origem dos feirantes, como trabalhadores da feira, está relacionada à necessidade compartilhada de sobrevivência, individual e familiar.

A relação entre o poder público e os feirantes é marcada pela ambiguidade, uma mistura de apoio, como a isenção de taxas, e a ausência de suporte adequado, com intervenções coercitivas que limitam o trabalho na feira. Essas mudanças são implementadas de forma que não refletem necessariamente as necessidades reais da feira, criando um ambiente de instabilidade e incerteza para os comerciantes.

Por fim, concluímos a tese confirmando a importância da história e contemporaneidade das feiras livres para a cidade de Juazeiro do Norte-CE, considerando sua participação na economia do município, perpetuando a tradição e acompanhando as atualizações que compõe a história da cultura popular. Mesmo com o projeto urbano moderno e atual, conduzido pelos interesses econômicos liberais e neoliberais e mediado pelo poder público, a feira livre persiste, demonstrando sua relevância para a sociedade urbana e sua resistência popular diante das forças do capital que ameaçam sua continuidade.

Referências

ANDRADE, Manuel Correio do. **A terra o homem no Nordeste**. Editora Brasiliense, São Paulo, 3ed., p. 251, 1973.

ARAUJO, Maria de Lourdes. **A cidade do Padre Cícero**: trabalho e fé. Tese de Doutorado (Programa em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 260p., 2005

BERNARDES, Nilo; JABLONSKY, Tibor. Fotografia, **Feira em Juazeiro do Norte (CE)**. In: IBGE, cod. 230730, fev. 1962a. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410560>> Acesso em: jun. 2024.

BERNARDES, Nilo; JABLONSKY, Tibor. Fotografia, **Feira em Juazeiro do Norte (CE)**. In: IBGE, cod. 230730, fev. 1962b. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410555>> Acesso em: jun. 2024.

BERNARDES, Nilo; JABLONSKY, Tibor. Fotografia, **Feira em Juazeiro do Norte (CE)**. In: IBGE, cod. 230730, fev. 1962c. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410556>> Acesso em: jun. 2024.

BERNARDES, Nilo; JABLONSKY, Tibor. Fotografia, **Feira em Juazeiro do Norte (CE)**. In: IBGE, cod. 230730, fev. 1962d. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410557>> Acesso em: jun. 2024.

BERNARDES, Nilo; JABLONSKY, Tibor. Fotografia, **Feira em Juazeiro do Norte (CE)**. In: IBGE, cod. 230730, fev. 1962e. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410558>> Acesso em: jun. 2024.

BRAGA, Antonio Mende da Costa. **Padre Cícero: sociologia de um Padre, antropologia de um Santo**. Bauru-SP: Edusc, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Tradução: Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. 3ª ed. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2011.

CARNEIRO, Cristianne Maria Barbosa. **Os fios (in)visíveis do comercio informal, um estudo sobre os shoppings populares no Nordeste**. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e regional). UFRJ, Rio de Janeiro, 190p., 2017.

CARVALHO, M. V. S. P. **Da feira à cidade: interpretação e análise de tensões urbanas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – UNESP Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Marília-SP, 2016.

CARVALHO, Marcus Vinicius de Souza Perez. **Feira livre na cidade de Marília-SP: tensões e cotidiano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2019.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra, 1976.

CEASA CARIRI comemora três anos de funcionamento com resultados positivos. **CEASA-CE**, 2015. Disponível em: < <https://www.ceasa-ce.com.br/2015/02/23/ceasa-cariri-comemora-tres-anos-de-funcionamento-com-resultados-positivos/> > Acesso em: jun. 2024.

COMO A MÃE NATUREZA NASCEU. **Feira Agroecológica**, 2024. Disponível em: < <https://feiramaenatureza.wixsite.com/agroecologicas> > Acesso em: jul. 2024.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA. **A Companhia. Allos**, 2024. Disponível em: < <https://ri.allos.co/a-companhia/composicao-acionaria/> > Acesso em: jul. 2024.

CORDEIRO, Maria Paula Jacinto. **Entre chegadas e partidas: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

COSTA, Henrique Bosso. **Um lugar ao sol, utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), UNICAMP, 278p., 2022

DARDOT, Pierre, Laval, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: Boitempo, 2016.

FORTI, Maria do Carmo Pagan. **Maria do Juazeiro: a beata do milagre.** São Paulo: Annablume, 1999

FREHSE, Fraya. Frehse. **Minicurso: Etnografia na Sociologia: Fundamentos e potencialidades.** IPTV-USP, 2014. Disponível em: <<https://iptv.usp.br/portal/video.action?itemId=26241>> Acesso em: jul. 2024.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular.** Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

GESTÃO do mercado público em Juazeiro gera polêmica. **Diário do Nordeste**, 2013. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/gestao-do-mercado-publico-em-juazeiro-gera-polemica-1.393034>> Acesso em: jul. 2024.

GOMES, Assis Daniel. **Da “Terra do Padre Cícero” à “Cidade do progresso”. Intervenções urbanas em Juazeiro do Norte (1950-1980).** Editora: Pontocom, Salvador, 2015

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro, vol. XVI, p. 337, 1959.

KOPPER, Moisés. **De camelôs a lojistas, a transição do mercado de rua para um shopping em Porto Alegre.** Caderno CRH, vol. 28, n. 75, p. 591-605, Salvador, 2015.

LEFREBVRE, Henri. **Elements of Rhythmanalysis.** London/New York: Continuum, 2004.

LEITE NETO, João. **Índios e Terras: 1850-1880.** 2006. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2006.

LUNA, Vinicius Ferreira, DUARTE, Cristina Coutinho, SILVA, Juliana Maria Oliveira, ANJOS, Lilian Souza, NÓBREGA, Ranyére Silva. **Chuvvas em Juazeiro do Norte, Ceará: análise dos extremos e suas repercussões.** Revista de Geografia, Recife, vol. 40, nº. 1, pp. 147-165, 2023.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

NEVES, Frederico de Castro. **O Nordeste e a historiografia brasileira**. Ponta de Lança: revista eletrônica de história, memória & cultura, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 6-24, out. 2012.

Obras municipais. **Informações de obras, ART e engenharia**. Prefeitura de Juazeiro do Norte, 2024. Disponível em: <<https://www.juazeirodonorte.ce.gov.br/obras.php?id=77>> Acesso em: jul. 2024.

OLIVEIRA, Antonio José de. **Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)**. 2003. 153f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Mestrado em História do Ceará, Fortaleza (CE), 2003.

OLIVEIRA, Bárbara Almeida, OLIVEIRA, Bianca de Almeida. **A Patrimonialização como estratégia de turistificação da cidade de Juazeiro do Norte**. In: Enecult18, 2022, Salvador. Disponível em: <<https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-607/139209.pdf>> Acesso em: jul. 2024

OLIVEIRA, Paulo Wendell Alves de. **Memória da cidade: transformações e permanências na produção espacial do núcleo de formação histórica da cidade de Juazeiro do Norte – CE**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia, Fortaleza, 240p. 2014.

PALMÉRIO, José. **A Semana Inglesa: Folga distribuída nos dias úteis?** Revista Do Serviço Público, vol. 4, nº 2, pp. 67-69, 1945. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8110>> Acesso em: jun. 2024.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Centro, centralidade e cidade média: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE**. 2014. 318 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **A nova condição urbana: espaços comerciais e de consumo na reestruturação da cidade Juazeiro do Norte/CE e Ribeirão**

Preto/SP. 2018. 485 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2018.

PINHO, Maria de Fátima de Moraes. **Horto do Padim Ciço: narrativas, imaginário, intervenções**. Editora Sertão Cult: Sobral-CE, 2023.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo, no Brasil e no mundo**. São Paulo: Edusp, 1965

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1978.

QUEIROZ, Ivan da Silva. **A metrópole do Cariri: institucionalização no âmbito estadual e a dinâmica urbano-regional da aglomeração do CRAJUBAR**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

RANGEL, Felipe. **A empresarização do comércio popular em São Paulo, trabalho, empreendedorismo e formalização excludente**. Tese (Doutorado em Sociologia). UFSCAR, São Carlos, 217p., 2019.

REIS JUNIOR, Darlan de Oliveira. A história vista de baixo: terra, trabalho e conflito. In: SILVA, Amanda Teixeira. **Novas histórias do Cariri**. Curitiba: Editora CRV. 2019

ROQUE, Ronson. **Vaticano autoriza processo de beatificação do Padre Cícero**. Jornal do Cariri, Região do Cariri, 2022. Disponível em: <<https://jornaldocariri.com.br/wp-content/uploads/2022/08/JC-23A29AGOSTO2022-1.pdf>> Acesso em: jul. 2024.

IBGE, 1946

SANTIAGO, Aécio. **Novos Sertões: feiras agroecológicas conquistam público e mercado**. Governo do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2016/09/12/novos-serto-es-feiras-agroecologicas-conquistam-publico-e-mercado/>> Acesso em: jul. 2024.

SANTOS, Elisângela. **Padre Cícero recebe o perdão da Igreja e fiéis comemoram**. Diário do Nordeste, 2015. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/padre-cicero-recebe-o-perdao-da-igreja-e-fieis-comemoram-1.1454293>> Acesso em: jul. 2024

SANTOS, José Carlos. **Os caminhos da terceirização em Juazeiro do Norte: um olhar sobre as instituições públicas**. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Edusp, 2023.

SECRETÁRIO DAS CIDADES participa de inauguração da Ceasa Cariri. **Secretaria das cidades, Governo do Estado do Ceará**, 2012. Disponível em: <<https://www.cidades.ce.gov.br/2012/02/23/secretario-das-cidades-participa-de-inauguracao-da-ceasa-cariri/>> Acesso em: jul. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Douracy. **O Cariri – Crato e Juazeiro do Norte – Estudo de geografia regional**. Crato: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.

SOARES, Anael Ribeiro. **Nas tramas do vivido, contradições e conflitos no cotidiano do bairro João Cabral em meio à metamorfose da cidade de Juazeiro do Norte CE**. Dissertação de mestrado (Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2019.

SOBRE O SHOOPING. **Cariri Shopping**, 2024. Disponível em: <<https://caririshopping.com.br/sobre-o-shopping/>> Acesso em: jul. 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (org.). **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TELEFÉRICO DO HORTO é inaugurado e vai fomentar ainda mais o turismo no Cariri. **Governo do Estado do Ceará**, 2022. Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2022/03/28/teleferico-do-horto-e-inaugurado-e-vai-fomentar-ainda-mais-o-turismo-no-cariri/>> Acesso em: jul. 2024.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum, estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VAN DEN BRULE, David Melo. **Territorialização como apropriação do espaço público pelos camelôs nas romarias de Juazeiro do Norte-CE**. Dissertação (mestrado em Geografia Social. UFPB, João Pessoa, 2011. Disponível em:

<<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5800/1/arquivototal.pdf>> Acesso em: jul. 2024.

WALKER, Daniel. CASIMIRO, Renato. **O comércio de Juazeiro de ontem**. História de Juazeiro, Juazeiro do Norte, 19 de maio de 2011. Disponível em: <<http://historiadejuazeiro.blogspot.com/search?updated-max=2011-06-16T11:37:00-07:00&max-results=30&start=28&by-date=false>> Acesso em: set. 2023.

WALKER, Daniel. **Juazeiro em 1909 (antes da independência)**. História de Juazeiro, 18 abril, 2013. Disponível em: <<https://historiadejuazeiro.blogspot.com/2013/04/juazeiro-em-1909-antes-da-independencia.html>> Acesso em: jun. 2024.

WALKER, Daniel. **Feira de produtos agroecológicos terá início nesta quarta-feira no Cariri Garden Shopping**. Portal de Juazeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.portaldejuazeiro.com/2016/06/feira-de-produtos-agroecologicos-tera.html>> Acesso em: jul. 2024.

WALKER, Daniel. **A Praça Padre Cícero**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

WALKER, Daniel. **Prefeitura extingue contrato com a SR Empreendimentos da Rodoviária, Terminal Metropolitano e Mercado do Peixe**. Portal de Juazeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldejuazeiro.com/2017/06/prefeitura-extingue-contrato-com-sr.html>> Acesso em: jul. 2022.

ANEXO A – Lei nº. 16.927, de nove de julho de 2019**LEI N.º 16.927, DE 09.07.19 (D.O. 10.07.19)****LEI N.º 16.927, DE 09.07.19 (D.O. 10.07.19)**

**FICAM INCLUÍDAS, NO CALENDÁRIO OFICIAL DE
EVENTOS DO ESTADO DO CEARÁ, AS DATAS DE
ROMARIAS DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam incluídas, no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Ceará, as datas de Romarias de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, abaixo elencadas, considerando a Lei Estadual n.º 15.549, de 11 de março de 2014, que denomina o Município de Capital Cearense das Romarias:

I – 17 de janeiro: Celebração em memória da morte da Beata Maria de Araújo;

II – 18 a 20 de janeiro: Romaria de São Sebastião;

III – 29 de janeiro a 2 de fevereiro: Romaria de Nossa Senhora das Candeias;

IV – 24 de março: Semana do nascimento do Padre Cícero, nomenclatura dada pela Lei n.º 14.910, de 25, de abril de 2011;

V – 20 de julho: Romaria em memória da morte do Padre Cícero;

VI – 10 a 15 de setembro: Romaria de Nossa Senhora das Dores;

VII – 24 de setembro a 5 de outubro: Romaria de São Francisco;

VIII – 29 de outubro a 2 de novembro: Romaria de Finados;

IX – 30 de novembro: Ordenação do Padre Cícero; e

X – 23 de dezembro a 6 de janeiro: Romaria do Ciclo Natalino.

Parágrafo único. As festividades de que trata esta Lei deverão ocorrer, anualmente, até uma semana que antecede o dia alusivo.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 09 de julho de 2019.

Camilo Sobreira de Santana

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ

Iniciativa: DEPUTADO NELINHO

ANEXO B - Roteiro de entrevista

Roteiro de entrevista estruturada

Nome:

Data:

Local da entrevista:

Contato:

1) Perfil social e econômico

Cidade que reside

Idade

Escolaridade

Estado civil

Com quem e como reside

Religião e frequência

Profissão (outros trabalhos)

Renda

Renda familiar

Auxílio social do Estado

Principal meio de transporte

2) Para feirantes

2.1) História e trabalho

Quando (?), por que (?) e como (?) começou a fazer feira?

Qual diferença com a feira do passado?

Trabalha sozinho ou com outras pessoas

Possui outro trabalho, por quê? Qual seu primeiro trabalho?

Trabalha em quantas feiras, quais? Por quê?

Qual mercadoria vende? Qual origem dela? É produtor? Revende a mercadoria do produtor ou do intermediador

Quais formas de pagamento são aceitas?

Como é a relação com outros feirantes e fregueses?

Há alguma organização entre os feirantes, associação, grupo ou coletivo?

Como é trabalhar na feira livre?

Há cursos de formação como do SEBRAE?

O que é a feira livre?

2.2) Sobre mudanças e tensões da feira

Além dos feirantes e consumidores, outras pessoas frequentam a feira? Quem são?

Quais os problemas da feira? Como melhorar?

Como a prefeitura (poder público) contribui ou atrapalha a feira? Por quê? Há fiscalização e pagamento de taxas?

As romarias influenciam a feira, como?

3) Para frequentadores da feira

3.1) História e Consumo

Quando (?) e por que (?) começou a frequentar a feira?

Qual diferença com a feira do passado?

Como é a relação com os feirantes e com outros frequentadores?

Como você chega na feira? O que você acha da localização da feira?

Como é consumir e frequentar a feira livre? O que é um bom dia de feira?

O que você compra na feira?

Frequenta outras feiras?

Quais vantagens e desvantagens de comprar na feira?

O que é a feira livre?

O que é ser freguês da feira?

3.2) Sobre mudanças e tensões da feira

Além dos feirantes e consumidores, outras pessoas frequentam a feira? Quem são?

Frequenta o supermercado (shopping center, mercado central)? (Quais diferenças entre os espaços?)

Quais os problemas da feira? Como melhorar?

Como a prefeitura (poder público) poderia contribuir para feira? Por quê?

ANEXO C - Lei 1076 de 10 de abr. de 1984



ESTADO DO CEARÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

LEI Nº. 1076 EMENTA: CRIA FEIRA LIVRE NO BAIRRO DE FÁTIMA
de 10 de abril de 1984 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
Reg. Livro fls.

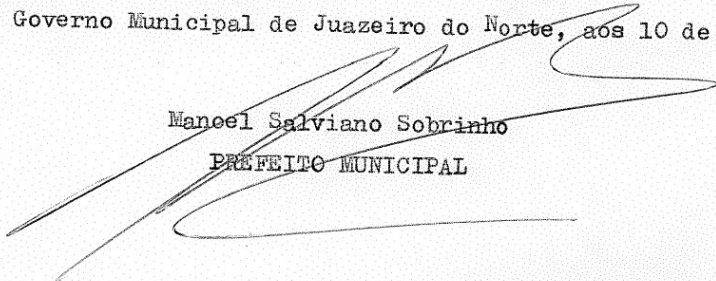
O PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE faço saber que a
CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.

Art. 1º - Fica criada uma FEIRA LIVRE, no bairro de Fátima, nas
Ruas Santa Rita, Floriano Peixoto, Dr. Floro e Machado de Assis.

Art. 2º - A FEIRA será semanal, nos dias de sexta-feira, e será
comercializada por comerciantes, feirantes, camelôs, etc.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, re-
vogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo Municipal de Juazeiro do Norte, aos 10 de -
abril de 1984.



Manoel Salviano Sobrinho

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO D - Lei 1355 de 04 de abril de 1988


ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RECEBIDO em 14 04 88
ARQUIVADO em _____

LEI Nº. 1.355 EMENTA:-
de 04 de Abril de 1988 Dá criação de Feira Livre e adota outras
Reg. Livro _____ fls. _____ providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE faço saber que a
CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei.**

Art.1º - Fica autorizado a criação de uma Feira Livre no Bairro
dos SALESIANOS, nos dias de segunda feira, no horário comercial, para
atender a população do referido Bairro.

Art.2º - Apresente Lei entra em vigor na data de sua publicação,
revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Geraldo da Cruz, em Juazeiro do Norte-Ce,
aos 04 de abril de 1988.


MANOEL SALVIANO SOBRINHO
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO E – Lei nº 3821, de 19 de maio de 2011

República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Poder Executivo

LEI Nº 3821, DE 19 DE MAIO DE 2011

Autoriza o Executivo Municipal a celebrar instrumento de permuta de Próprios municipais por imóveis pertencentes a particular e adota outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar instrumento de permuta de Próprios pertencentes ao Patrimônio Público Municipal por imóveis pertencentes a particular, na forma abaixo:

I – IMÓVEL pertencente ao MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, CNPJ/MF nº 07.974.082/0001-14, constituído da QUADRA 15 – ÁREA INSTITUCIONAL e da QUADRA 16 – ÁREA VERDE, do LOTEAMENTO CALIFÓRNIA, neste Município, medindo ambas, 41.003,628m², apresentando suas medidas e delimitações conforme o Memorial Descritivo em anexo, parte integrante desta Lei, adquirido conforme matrícula no Cartório imobiliário desta Comarca;

II – IMÓVEL pertencente ao MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, CNPJ/MF nº 07.974.082/0001-14, constituído da parte da QUADRA “K”, do LOTEAMENTO JARDIM GONZAGA, nesta cidade, com área de 2.432,10m² (DOIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E DOIS METROS VÍRGULA DEZ CENTÍMETROS QUADRADOS), apresentando suas medidas dentro dos seguintes limites e confrontações: ao NORTE, onde mede 66,03m, com a Escola Municipal Prefeito Mozart Cardoso de Alencar; ao SUL, onde mede 66,05m, com terras pertencentes ao Juizado da Mulher e o PSF 07; ao LESTE, onde mede 36,50m, com a Rua Arnóbio Bacelar Caneca e ao OESTE, onde mede 37,20m, com a Rua Genário Oliveira, adquirido conforme matrícula no Cartório do Registro de Imóveis desta Comarca;

III – IMÓVEL pertencente ao MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, CNPJ/MF nº 07.974.082/0001-14, constituído da ÁREA VERDE do LOTEAMENTO LAGOA VILLE, nesta cidade, com uma área de 16.632,00m² (DEZESSEIS MIL, SEISCENTOS E TRINTA E DOIS METROS QUADRADOS), apresentando suas medidas

República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Poder Executivo

distância de 80,28m do lado leste, extremado-se com a Gleba 01-B, encontra-se o V3.1; concluindo todo o perímetro do polígono, adquirido pela matrícula nº 7.084, do Livro nº 2, do Cartório Padre Cícero desta Comarca;

V – IMÓVEL pertencente a empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 69.703.635/0001-51, com sede à rua Capitão Gustavo, 3156, Fortaleza-CE, constituído de um TERRENO localizado na lugar denominado “SÍTIO CHUMBADA”, neste Município, constituído da GLEBA 01-D, com área total de 3.025,00m² (TRÊS MIL, VINTE E CINCO METROS QUADRADOS), que sua precisa individualização inicia-se no marco de partida com coordenadas geográficas do ponto V3.2 E-474771.77 N-9201043.08, com os seguintes rumos, distâncias e confrontações: partindo do ponto denominado V3.2 com ângulo de 90º e distância de 30,25m do lado sul, extremado-se com a estrada principal, encontra-se o V3.3; com ângulo de 90º e distância de 100,00m do lado oeste, extremado-se com a gleba 01-E, encontra-se o V2.5; com ângulo de 90º e distância de 30,25m do lado norte, extremado-se com a Gleba 01-H, encontra-se o V2.4; com ângulo de 90º e distância de 100,00m do lado leste, extremado-se com a Gleba 01-C, encontra-se o V3.2, concluindo todo o perímetro do polígono, adquirido pela matrícula nº 7.084, do Livro nº 2, do Cartório Padre Cícero desta Comarca;

VI – IMÓVEL pertencente a empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 69.703.635/0001-51, com sede à rua Capitão Gustavo, 3156, Fortaleza-CE, constituído de um TERRENO localizado na lugar denominado “SÍTIO CHUMBADA”, neste Município, constituído da GLEBA 01-E, com área total de 3.025,00m² (TRÊS MIL, VINTE E CINCO METROS QUADRADOS), que sua precisa individualização inicia-se no marco de partida com coordenadas geográficas do ponto V3.3 E-474747.23 N-9201060.76, com os seguintes rumos, distâncias e confrontações: partindo do ponto denominado V3.3 com ângulo de 90º e distância de 30,25m do lado sul, extremado-se com a estrada principal, encontra-se o V3.4; com ângulo de 90º e distância de 100,00m do lado oeste, extremado-se com a gleba 01-F, encontra-se o V2.6; com ângulo de 90º e distância de 30,25m do lado norte, extremado-se com a Gleba 01-H, encontra-se o V2.5; com ângulo de 90º e distância de 100,00m do lado leste, extremado-se com a Gleba 01-D, encontra-se o V3.3, concluindo todo o perímetro do polígono, adquirido pela matrícula nº 7.084, do Livro nº 2, do Cartório Padre Cícero desta Comarca;

VII – IMÓVEL pertencente a empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 69.703.635/0001-51, com sede à rua Capitão Gustavo, 3156, Fortaleza-CE, constituído de um TERRENO localizado na lugar denominado “SÍTIO CHUMBADA”, neste Município, constituído da GLEBA 01-F, com área total de 3.025,00m² (TRÊS MIL, VINTE E CINCO METROS QUADRADOS), que sua precisa individualização inicia-se no marco de partida com coordenadas geográficas do ponto V3.3 E-474747.23 N-9201060.76, com os seguintes rumos, distâncias e confrontações: partindo do ponto denominado V3.4 com ângulo de 90º e distância de 30,25m do lado sul, extremado-se com a estrada principal, encontra-se o V3.5; com ângulo de 90º e distância de 100,00m do lado oeste, extremado-se com a gleba 01-G, encontra-se o V2.7; com ângulo de 90º e distância de 30,25m do lado norte, extremado-se com a Gleba 01-H, encontra-se o V2.6; com ângulo de 90º e distância de

República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Poder Executivo

IX – IMÓVEL pertencente a empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 69.703.635/0001-51, com sede à rua Capitão Gustavo, 3156, Fortaleza-CE, constituído de um TERRENO localizado na lugar denominado “SÍTIO CHUMBADA”, neste Município, constituído da GLEBA 01-H, com área total de 3.025,00m² (TRÊS MIL, VINTE E CINCO METROS QUADRADOS), que sua precisa individualização inicia-se no marco de partida com coordenadas geográficas do ponto V2.1 E-474837.98 N-9201142.98, com os seguintes rumos, distâncias e confrontações: partindo do ponto denominado V2.1 com ângulo de 133º e distância de 26,65m do lado leste, extremado-se com o Sítio dos Ferreiras, encontra-se o V2.2; com ângulo de 47º e distância de 164,81m do lado sul, extremado-se com as glebas 01-C, 01-D, 01-E, 01-F, 01-G e 01-A, encontra-se o V2.9; com ângulo de 90º e distância de 19,43m do lado oeste, extremado-se com a Gleba 01-A, encontra-se o V2.10; com ângulo de 90º e distância de 146,57m do lado norte, extremado-se com a Gleba 01-A, encontra-se o V3.5, concluindo todo o perímetro do polígono, adquirido pela matrícula nº 7.083, do Livro nº 2, do Cartório Padre Cícero desta Comarca;

Art. 2º – Os imóveis descritos e caracterizado nos incisos I, II e III do art. 1º, pertencentes ao Município de Juazeiro do Norte, serão permutados pelos imóveis descritos e caracterizados no incisos IV, V, VI, VII, VIII e IX do art. 1º, pertencente à empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, já qualificada, com a finalidade de utilização pela municipalidade, na construção de Unidades Habitacionais e Interesse Social, na localidade do Sítio Chumbada, nesta Município.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Geraldo da Cruz, em Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 19 (dezenove) dias do mês de maio do ano dois mil e onze (2011).////////

Dr. Manoel Raimundo de Santana Neto
PREFEITO DE JUAZEIRO DO NORTE

Publicado em 23/05/2011

ANEXO F – Decreto nº. 322, de 26 de maio de 2017

DECRETO Nº 322, DE 26 DE MAIO DE 2017

Declara Caducidade da Concessão de Serviço Público de Titularidade da Empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, referente à Exploração do Terminal Rodoviário Interestadual e Intermunicipal, Terminal Rodoviário Metropolitano e do Centro de Abastecimento Gumerindo Ferreira (Mercado do Peixe), em razão da presença de graves irregularidades na prestação do serviço público, do descumprimento de cláusulas contidas no Contrato de Concessão nº 2008.01.24.02 contratuais e de grave lesão contra o erário público.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, Estado do Ceará, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Juazeiro do Norte;

CONSIDERANDO que é dever do Administrador Público zelar pela coisa pública;

CONSIDERANDO que a Administração Pública, no exercício cotidiano de suas funções, está autorizada a anular ou revogar seus próprios atos, sem a necessidade de intervenção do Poder Judiciário, quando tais atos são contrários à lei ou ao Interesse Público;

CONSIDERANDO que no regime jurídico administrativo a noção de autotutela é concebida, aprioristicamente, como um Princípio norteador da atuação da Administração Pública, paralelamente e harmonicamente com outros mandamentos de otimização fundamentais, como a Legalidade, a Supremacia do Interesse Público, a Impessoalidade, a Eficiência, a Transparência, Boa-fé, Juridicidade Administrativa, dentre outros;

CONSIDERANDO que, conforme Súmulas nº 346 e 473, ambas do Supremo Tribunal Federal, a Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos;

CONSIDERANDO que o contrato de concessão nº 2008.01.24.02, celebrado entre o Município de Juazeiro do Norte e a empresa Sílvio Rui Empreendimentos Imobiliários Ltda, que versa sobre a concessão administrativa dos espaços públicos: *i)* Terminal Rodoviário Interestadual e Intermunicipal; e *ii)* Terminal Rodoviário Metropolitano, vem sendo reiteradamente descumprido, onerando esta Municipalidade e causando grave lesão ao erário público;

CONSIDERANDO o descumprimento das Cláusulas contratuais cláusula 9.1, alíneas 'a' e 'n' do Contrato de nº 2008.01.24.02, correspondentes, respectivamente: *i)* à obrigação, por parte da Cessionária, de realizar o recolhimento ao erário, mensalmente, de quantia equivalente a 2% (dois por cento) de todo o valor apurado com locação de boxes nos espaços públicos objeto de concessão; e *ii)* à imposição contratual de manutenção, por parte da cessionária, durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei de Licitações;

CONSIDERANDO que o débito da Concessionária para com esta Municipalidade, decorrente de inadimplência recorrente durante os anos de 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, em frontal descumprimento da cláusula 9.1, alíneas 'a' do Contrato de Concessão nº 2008.01.24.02, ultrapassa R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais), conforme Relatório da Auditoria da Secretária Municipal de Gestão.

CONSIDERANDO que a regularidade fiscal e trabalhista constitui uma das condições de habilitação para participar de certame licitatório, conforme art. 27, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO o débito da empresa contratada se encontrar inscrito em dívida ativa, conforme C.D.A. nº 000084/2012, cuja dívida está sendo executada judicialmente nos autos do processo nº 37035-87.2012.8.06.0112/0, em tramite na 3ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, cujo montante atualizado em 26/04/2017 é R\$ 1.039.596,75 (um milhão, trinta e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos);

CONSIDERANDO a irregularidade trabalhista da empresa contratada atualmente em discussão judicial nos autos do processo nº 0000551-85.2014.5.07.0028, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho da Região do Cariri;

CONSIDERANDO que o desdém contínuo da concessionária, ao descumprir as cláusulas do referido contrato de concessão, ensejou a existência de Ação Civil Pública postulada pelo Ministério Público, em que se obteve êxito em sentença que decretou a nulidade do processo licitatório e reconheceu o dever do Município de arregar a administração dos equipamentos objetos da concessão administrativa, culminando na interferência do poder judiciário nos péssimos serviços prestados no âmbito dos Mercados Públicos de Juazeiro do Norte;

CONSIDERANDO que foi concedido a Concessionária o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos autos do Processo Administrativo nº 885/2015, cuja tramitação ocorreu na Procuradoria Geral do Município, conforme determina o Princípio/Garantia Constitucional do Devido Processo Legal;

CONSIDERANDO que a Concessionária foi reiteradamente Notificada Extrajudicialmente por esta Municipalidade para apresentar comprovantes e provas documentais atestando o cumprimento da cláusula 9.01, alíneas 'a' e 'n' do Contrato de nº 2008.01.24.02;

CONSIDERANDO que a empresa SILVIO RUI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA não logrou êxito em quaisquer das defesas administrativas apresentadas;

CONSIDERANDO o teor denegatório da decisão administrativa prolatada nos autos do Processo Administrativo de nº 885/2015;

CONSIDERANDO a previsão de extinção contratual contida na cláusula décima primeira, item 11.1 do referido instrumento e o amparo legal disposto no art. 77 *usque* 80 da Lei de

Licitações – Lei nº 8.666/93;

CONSIDERANDO ainda que a extinção contratual da concessão é matéria específica tratada pela Lei nº 8.987/1995;

CONSIDERANDO que a caducidade declarada é a forma de extinção da concessão, nos termos do art. 35, inciso III da Lei das Concessões – Lei nº 8.987/95;

CONSIDERANDO, finalmente, que a caducidade da concessão poderá ser declarada pelo poder concedente quando a Concessionária descumprir cláusulas contratuais, nos termos do art. 38, § 1º, inciso II, da mencionada Lei de Concessões;

DECRETA

Art. 1º – Fica declarada a caducidade e conseqüentemente a extinção do contrato de concessão de serviço público de titularidade da empresa SILVIO RUI EMPRENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, de nº 2008.01.24.02.

Art. 2º – Os bens atingidos por este Decreto, quais sejam: Terminal Rodoviário Interestadual e Intermunicipal, Terminal Rodoviário Metropolitano e do Centro de Abastecimento Gumerindo Ferreira (Mercado do Peixe), passarão para Administração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos – SEMASP, do Município de Juazeiro do Norte/CE.

Art. 3º – Fica nomeado para exercício da Gerência Provisória dos bens públicos referidos no *caput* do art. 2º, deste decreto, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, o servidor municipal JOSÉ NILTON CARNEIRO, portador do RG nº 252727 SSP/CE e CPF nº 086.596.054-20, atual Diretor de Praças e Logradouros Públicos, conforme Portaria nº 0044/2017.

Art. 4º – Fica determinado que o Gerente Provisório dos bens públicos arrogados à Municipalidade poderá requisitar servidores municipais para auxiliá-lo, mediante a existência prévia de análise de impacto financeiro.

Art. 5º – Ficará a cargo do Gerente Provisório, realizar o inventário dos bens móveis, bem como a prestação de contas referente à gestão dos espaços públicos mencionados no artigo 2º deste diploma legal.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Municipal José Geraldo da Cruz, em Juazeiro do Norte/CE, Estado do Ceará, aos 26 (vinte e seis) dias de maio de dois mil e dezessete (2017).

JOSÉ ARNON CRUZ BEZERRA DE MENEZES PREFEITO DE
JUAZEIRO DO NORTE

ANEXO G – Imagens das mudanças da feira Senhora Santana ao longo da década de 2010, na perspectiva espacial da rua Senhora Santana sentido sul-norte.

Figura 46 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2011



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Figura 47 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2012



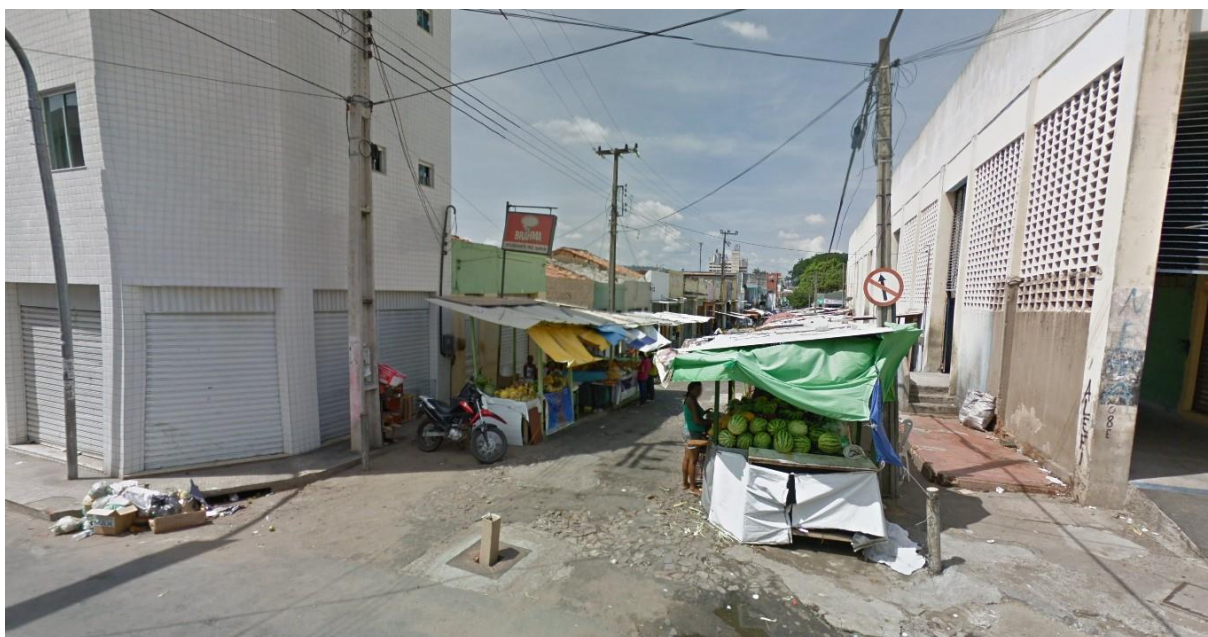
Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Figura 48 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2015



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Figura 49 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2017



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

Figura 50 - Feira-satélite Senhora Santana na rua Senhora Santana (sentido sul-norte) em 2019



Fonte: Produzido pelo autor, 2023.

